



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

SÉRGIO NEVES MATEUS TINOCO

**UM ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A
RELAÇÃO ENTRE ESQUEMAS CONCEITUAIS
E A(S) REALIDADE(S)**

GOIÂNIA
2023

**UFG**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE
TESES****E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

SÉRGIO NEVES MATEUS TINOCO

3. Título do trabalho

Um Estudo Introdutório Sobre A Relação Entre Esquemas Conceituais e A(S) Realidade (S)''

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Neves Mateus Tinoco, Discente**, em 24/08/2023, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Lazzeri Vieira, Professor do Magistério Superior**, em 24/08/2023, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **3991937** e o código CRC **CDC94EA4**.

SÉRGIO NEVES MATEUS TINOCO

**UM ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A
RELAÇÃO ENTRE ESQUEMAS CONCEITUAIS
E A(S) REALIDADE(S)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia.

Orientador: Prof.^a Dr. Filipe Lazzeri
Vieira.

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Tinoco, Sergio Neves Mateus
Um Estudo Introdutório Sobre a Relação Entre Esquemas
Conceituais E A(s) Realidade(s) [manuscrito] / Sergio Neves Mateus
Tinoco. - 2023.
138 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Lazzeri Vieira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Filosofia (Fafil), Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
Goiânia, 2023.

1. Esquemas Conceituais. 2. Relatividade Ontológica. 3.
Incomensurabilidade Semântica. 4. Cosmovisão. 5. Quine, Kuhn e
Davidson. I. Vieira, Filipe Lazzeri, orient. II. Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE FILOSOFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 25/2023 da sessão de Defesa de Mestrado de SÉRGIO NEVES MATEUS TINOCO, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, que confere o título de Mestre, na área de concentração em Filosofia.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, a partir das 14:00 horas, On line, realizou-se a sessão pública de Defesa de Mestrado intitulada "Um Estudo Introdutório Sobre A Relação Entre Esquemas Conceituais e A(S) Realidade (S)". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Filipe Lazzeri Vieira (FAFIL-UFG) com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Professor Doutor André Leclerc (UnB), integrante titular externo; Professor Doutor Guilherme Ghisoni da Silva (FAFIL-UFG), integrante titular interno. Durante a arguição, os membros da Banca Examinadora **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Filipe Lazzeri Vieira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos integrantes da Banca Examinadora, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Bazilio Dalla Vecchia, Coordenador de Pós-Graduação**, em 28/08/2023, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Lazzeri Vieira, Professor do Magistério Superior**, em 12/09/2023, às 20:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Ghisoni Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 13/09/2023, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3991932** e o código CRC **45D5BD59**.

AGRADECIMENTOS

Registro os meus agradecimentos à minha família, pelo apoio. Ao Professor Dr. Filipe Lazzeri Vieira, pelas indicações de leituras, correções e apontamentos; aos Professores Dr. André Lerclec e Dr. Guilherme Ghisoni da Silva, pelas sugestões realizadas durante a banca de qualificação do trabalho. Estendo os agradecimentos a todos os demais professores da Universidade Federal de Goiás, por dedicarem a vida a esse nobre ofício de transmissão do conhecimento; e também aproveito para agradecer ao corpo administrativo da FAFIL, em especial à secretária Marlene Pereira de Oliveira.

Léxicos diferentes – os de diferentes culturas ou de diferentes períodos históricos, por exemplo - dão acesso a diferentes conjuntos de mundos possíveis, superpondo-se em grande parte, mas jamais por completo. (KUHN, 1989, p.80)

Esquemas conceituais, segundo nos dizem, são modos de organizar a experiência; são sistemas de categorias que dão forma aos dados dos sentidos; são pontos de vista a partir dos quais indivíduos, culturas ou períodos examinam a cena que se passa. Lá pode não haver tradução de um esquema para outro. (DAVIDSON, 1973, p.5)

*Dedico este trabalho aos meus filhos: Luis Henrique e Cecília; para que saibam
que mesmo em meio às dificuldades cotidianas ainda é
possível fazermos o que amamos.*

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo lançar luz sobre a importância da linguagem na constituição, ou ao menos na percepção, da realidade. Para tanto, buscamos investigar a relação entre realidade e esquemas conceituais, a partir de duas perspectivas diferentes: 1ª) a que considera a realidade como sendo única, absoluta e igual para todos os seres humanos, cabendo à ciência e à filosofia descobrir como é o seu funcionamento e expressar isso por meio de um sistema linguístico adequado; 2ª) a que considera que não temos um acesso direto a uma realidade única, mas antes necessitamos de esquemas conceituais previamente constituídos, esquemas estes que determinam certos recortes na multiplicidade dos dados sensíveis e conformam, a partir disso, diferentes realidades. Portanto, nessa segunda perspectiva, a linguagem não espelha a realidade, mas antes é um dos instrumentos que ajudam a estruturar realidades diferentes. Estudaremos a primeira visão no Capítulo 1 e a segunda no Capítulo 2. Durante essa investigação, veremos que as teses mais importantes sobre o tema são: i) a da relatividade ontológica; e ii) a da incomensurabilidade dos esquemas conceituais. Já no Capítulo 3 estudamos o artigo “On the Very Idea of a Conceptual Scheme” de Donald Davidson, apresentando suas críticas à noção de esquemas conceituais condicionando realidades diferentes. Veremos que seus ataques teóricos não se dirigem diretamente à tese da relatividade ontológica, mas sim à tese da incomensurabilidade dos esquemas conceituais, pois ela é um pressuposto para que se estabeleça o relativismo ontológico. Embora Davidson proponha a categoria “esquemas conceituais” e unifique as propostas de Quine e Kuhn a partir dela, demonstraremos que as suas críticas se dirigem mais especificamente à teoria kuhniana. Passaremos então a estudar a reestruturação da proposta kuhniana, após essas críticas, e como o autor da *Estrutura das Revoluções Científicas* ressignificou as suas teses em seus escritos finais tendo como foco discussões do campo da filosofia da linguagem, em especial utilizando-se de reflexões sobre o processo da tradução. Portanto, situaremos o nosso estudo introdutório, sobre as relações entre esquemas conceituais e realidade(s), nas discussões estabelecidas entre três grandes filósofos estadunidenses do século 20: Quine, Kuhn e Davidson.

Palavras-chave: cosmovisão, relatividade ontológica, incomensurabilidade semântica, esquemas conceituais, Quine, Kuhn, Davidson.

Abstract

This dissertation aims to discuss the relationship between reality and conceptual schemes from two different perspectives: 1st) one that considers reality as being unique, absolute and equal for all human beings, playing science and philosophy the role of discovering how it works and of expressing it through an adequate linguistic system; 2nd) another that considers we do not have direct access to a single reality, but rather need previously constituted conceptual schemes, schemes that determine certain cuts in the multiplicity of sensitive data and conform, from this, different realities. Therefore, according to the second perspective, language does not mirror reality, but rather is one of the instruments that build it. We will study the first view in Chapter 1 and the second in Chapter 2. In this study we will see that the most important theses on the subject are: i) ontological relativity; and ii) incommensurability of conceptual schemes. In Chapter 3, we study Donald Davidson's article "On the Very Idea of a Conceptual Scheme," and we present his criticisms of the notion of conceptual schemes conditioning different realities. We will see that his theoretical attacks are not directly directed at the thesis of ontological relativity, but rather at the thesis of the incommensurability of conceptual schemes, a prerequisite for establishing ontological relativism. Although Davidson establishes the category "conceptual schemes" and unifies Quine's and Kuhn's proposals, we will demonstrate that his criticisms are directed more specifically at Kuhn's. We then restructure Kuhn's proposal, and how the author of the *Structure of Scientific Revolutions* re-signified his theses, in his final writings, in the light of philosophy of language, in particular using reflections that have the aim of focusing on the translation process. Thus, as the subject under study is quite broad, we will place our introductory study of the relations between conceptual schemes and reality(ies) in the discussions established between three great American philosophers of the 20th century: Quine, Kuhn and Davidson.

Keywords: cosmovision, ontological relativity, semantic incommensurability, conceptual schemes, Quine, Kuhn, Davidson.

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1: A realidade única e a busca por um esquema conceitual perfeito que a espelhe	21
1.1- Linguagem e realidade no Tractatus Logico-Philosophicus	21
1.2- Carnap, o dualismo de sentenças e o reducionismo verificacionista	35
1.3 - Conclusão do Capítulo 1	46
Capítulo 2: As múltiplas realidades condicionadas por esquemas conceituais diferentes	48
2.1- Quine	49
2.1.1 - Parte negativa: críticas aos dois dogmas do empirismo	50
2.1.1.1 - Críticas ao primeiro dogma: a distinção entre proposições analíticas e sintéticas	51
2.1.1.2- Críticas ao segundo dogma: o reducionismo verificacionista	57
2.1.2 Parte positiva: o holismo semântico, indeterminação da tradução, inescrutabilidade da referência e o relativismo ontológico.	64
2.1.2.1- Holismo e a determinação das referências, indeterminação da tradução e inescrutabilidade da referência	69
2.1.3- Conclusão da Seção sobre Quine	82
2.2- Kuhn	83
2.2.1 - A noção de paradigma e de revolução científica	84
2.2.2 - As realidades díspares a partir de diferentes paradigmas	90
2.2.3- Conclusão da Seção sobre Kuhn	98
2.3 - Conclusão do Capítulo 2	99
Capítulo 3: As críticas de Davidson à tese da incomensurabilidade (ou da não inter-tradutibilidade) dos esquemas conceituais e as respostas de Kuhn	103
3.1- Davidson	104
3.1.1- Retomada dos Capítulos 1 e 2 a partir do texto “On the Very Idea of a Conceptual Scheme”	104
3.1.1.2- As críticas de Davidson à tese da incomensurabilidade.	108
3.1.1.2.1 – Crítica à Incomensurabilidade Radical (ou Falha Total na Tradução)	108
3.1.1.2.2 – Crítica à incomensurabilidade moderada (ou à falha parcial na tradução)	110
3.2- Kuhn	112
3.2.1- Kuhn: incomensurabilidade semântica e relatividade ontológica em O caminho desde A estrutura	112
3.2.1.1 - “O que são as revoluções científicas”	113
3.2.1.2 - “Comensurabilidade, comparatividade e comunicabilidade”	119
3.3 - Conclusão do Capítulo 3	131
Considerações finais	133
Referências Bibliográficas	138

Introdução

Motivação

Ao observar as condições de vida, as ações e os valores adotados pelas pessoas, pode nos surgir uma pergunta: elas enxergam a realidade da mesma forma? No momento em que escrevo esse parágrafo, por exemplo, são quatro horas da tarde do dia nove de abril (sábado) do ano 2022 depois de Cristo. Talvez uma pessoa de outra cultura não categorize esse evento natural da mesma forma. Mas pessoas da nossa própria cultura ocidental, do nosso meio geográfico e que utilizam o mesmo calendário para categorizar os movimentos de rotação e translação do planeta, podem possuir visões (crenças, valores, etc.) diferentes acerca do presente dia. Os adventistas, por exemplo, estão “guardando” o dia de hoje, praticando estudos bíblicos, promovendo cultos e fazendo obras da sua igreja, pois consideram que sábado é um “dia sagrado”. Já outras pessoas estão bebendo cerveja e usando drogas ilícitas, pois consideram que sábado é “dia de curtir”. Eu estou aqui escrevendo estas linhas e meditando sobre a conduta de ambos, pois para mim sábado é um “dia como outro qualquer”. Estou pensando, o que tem de igual e o que tem de diferente nos três casos? Provavelmente, vemos o mesmo brilho do sol, temos sensação térmica semelhante, sentimos o mesmo cheiro do ambiente, escutamos os mesmos ruídos, etc. mas significamos esses dados de diferentes modos, a partir da nossa cosmovisão¹ ou do nosso esquema conceitual² (no caso em tela, especificamente sobre a nossa crença acerca do dia de sábado).

Se a realidade - o que existe para os seres humanos - depende desses esquemas conceituais a partir dos quais interagimos com o fluxo experiencial, então ela não é única. Isso explicaria tantas divergências (teológicas, políticas, éticas, estéticas, etc.) e os distintos modos

¹ Lazzeri (2023) caracteriza cosmovisão nos seguintes termos: “Trata-se da maneira de se interpretar o mundo e nossas experiências, em seus diferentes aspectos – físico, astronômico, biológico, psicológico, político, econômico, etc. –, e também dos valores cognitivos e morais que adotamos, seja individual ou comunitariamente. Envolvem os elementos ontológicos, epistemológicos, éticos e lógicos pressupostos por um/a agente, ou por uma comunidade (por ex., científica) de agentes” (LAZZERI, 2023, p.11).

² Na presente dissertação, para promover a coesão entre os capítulos, após a Introdução evitaremos utilizar o termo “cosmovisão” e adotaremos o termo “esquemas conceituais” utilizando a definição proposta por Davidson: “Esquemas conceituais, segundo nos dizem, são modos de organizar a experiência; são sistemas de categorias que dão forma aos dados dos sentidos; são pontos de vista a partir dos quais indivíduos, culturas ou períodos examinam a cena que se passa”. (DAVIDSON, 1973, p.5). A justificativa para tal medida é que os autores a serem estudados não trataram diretamente desse tema (“cosmovisão e as suas implicações para a percepção da realidade”), mas discutiram outros temas correlatos e que nos permite pensar o assunto.

de agir e viver. Nem mesmo a ciência, que pretende construir representações que dizem de uma forma objetiva e consensual como a realidade é, ficou livre das divergências. Isto posto, surge uma pergunta: será que a realidade é igual para todos independentemente de fatores subjetivos (experiências pessoais, crenças pessoais, etc.) e intersubjetivos (cultura, idioma, valores coletivos, etc.)? Será que vemos o mundo da mesma forma, isto é, a partir dos mesmos dados e sintetizando-os a partir das mesmas categorias³, como diria Kant? Ou a realidade é conformada não somente por dados sensíveis e categorias fixas do entendimento, mas também por esquemas conceituais que conformam os dados sensíveis de maneiras diferentes? E se a realidade é formada pela multiplicidade da sensibilidade juntamente com o esquema conceitual que a condiciona, como é constituída esse esquema conceitual? Qual deles é o melhor e por quê? Ou não podemos compará-los, pois são únicos e incomensuráveis? Até que ponto um esquema conceitual é individual ou coletivo? Essas foram algumas das questões que me levaram a pesquisar o presente tema; e esta dissertação é o resultado de meus esforços iniciais para encontrar possíveis respostas para tais questões, tendo como foco principal o pensamento de três filósofos estadunidenses do século 20: Quine, Davidson e Kuhn.

Concepção filosófica que norteia o presente trabalho

Segundo Lazzeri (2023), se considerarmos os conceitos como lentes por meio das quais vemos o mundo, então a filosofia é, dentre outras coisas, uma atividade que investiga essas lentes. Outrossim, a atividade filosófica poderá investigar, além dos conceitos, também como eles interagem (ou conflitam) entre si e suas relações com as experiências individuais e coletivas, as quais constituem a realidade humana. Conceitos como: certo, errado, verdade, conhecimento, liberdade, justiça, existência, sentido da vida, realidade, entre outros, conectam-se entre si e com outros elementos, formando um sistema conceitual (ou uma cosmovisão) e constituem uma lente pela qual um indivíduo ou um grupo cultural “enxerga” o mundo. Nesse sentido:

³ As formas estruturantes dos conteúdos empíricos, Kant (2001, § 13) chamou de categorias do entendimento. Elas possuem as seguintes características: i- são dadas *a priori* na estrutura do sujeito; ii) são condições de possibilidade da experiência; iii) organizam e unificam os dados empíricos, conferindo-lhes sentido. Assim a realidade (fenomênica) seria formada a partir dos mesmos dados sensíveis e organizadas a partir das mesmas categorias. Kant não levou em consideração, em sua *Crítica da Razão Pura*, as influências intersubjetivas e subjetivas na formação dessa “realidade fenomênica”, pois realizou um estudo transcendental. Mas será que isso é plausível? É possível apartar um ser humano das suas memórias, crenças, valores, etc.?

Pesquisas filosóficas [...] dizem respeito a certos tipos de questões sobre conceitos-chave em visões de mundo e teorias. Por extensão, tem-se também como parte de seus objetos de estudo, isto é, parte dos problemas filosóficos, aqueles de estudo de diferentes concepções a respeito desses conceitos. Os propósitos desses estudos incluem explicitar pressupostos e implicações, desfazer confusões conceituais, comparar possíveis vantagens e desvantagens, e fazer aprimoramento, defesa ou crítica delas. (LAZZERI, 2023, p.2).

É importante ressaltar que um estudo filosófico, segundo essa proposta, compara e confronta as visões diferentes acerca de um determinado tema, investigando os pontos fortes e fracos de cada proposta em disputa, constituindo um estudo sobre os elementos conceituais das diferentes visões.

Assim, um trabalho filosófico, nessa perspectiva, pode ser considerado de natureza metateórico, podendo ser “um exercício aprofundado de pensamento sobre pensamentos” (LAZZERI, 2023, p.3). Do que foi dito até aqui podemos conceber a pesquisa filosófica, até certo ponto, como uma investigação dos elementos que compõem e condicionam as visões de mundo. Sendo assim, esse tipo de pesquisa:

[E]nvolve a preocupação em desvendar-se quais são os compromissos de uma dada visão de mundo, subjacente a uma dada teoria científica ou grupo de pessoas; como esses compromissos se comparam com os de outra visão de mundo, já adotadas ou imagináveis; quais compromissos adotar e por quais razões. (...) Por extensão, uma pesquisa filosófica é um estudo sistemático de questões de visão de mundo – sobre compromissos ontológicos, epistemológicos, éticos e lógicos, conforme veremos –, envolvendo o debate (que muitas vezes se configura como embate) de concepções diferentes sobre um ou mais compromissos delas constitutivos. (LAZZERI, 2023, p.4).

Conforme a citação, Lazzeri destacou quatro tipos de compromissos que estruturam uma determinada visão de mundo: “ontológicos, epistemológicos, éticos e lógicos”. O presente trabalho visa investigar um elemento correlato: a linguagem. Como uma determinada língua (ou idioma) contribui para a formação de uma cosmovisão e para constituição (ou pelo menos para a percepção) da realidade? Vale ressaltar que uma cosmovisão é um conjunto holístico de

elementos e podemos até evidenciar um certo elemento, mas sem perder de vista que se trata de um conjunto sistêmico.

Ao definirmos uma pesquisa filosófica como uma busca de respostas não empíricas a certas questões, e investigação dos conceitos constituintes de uma determinada cosmovisão, pode parecer que, nessa concepção, a filosofia está apartada da vida, com implicações puramente teóricas. Porém, essa é uma ideia errônea. A filosofia, ao investigar a rede conceitual que constitui uma cosmovisão, pode promover a possibilidade de eleição, adoção, aprimoramento e mudança consciente dos conceitos. Essa atividade dá-nos o poder de estabelecer conscientemente a nossa própria cosmovisão a nível individual, quanto influenciar as mudanças de percepções a nível coletivo. E vale dizer que o que leva, por exemplo, uma sociedade a destruir a natureza para aumentar o consumo de bens industrializados, entre tantas outras coisas (como o racismo, a homofobia, a xenofobia, etc.), é exatamente os elementos (ou conceitos) constituintes de sua cosmovisão. Assim, a filosofia, como investigação crítica e consciente dos elementos das visões de mundo, interferirá nos rumos da vida, seja de um indivíduo, seja de uma sociedade. Nesse sentido, nos diz Lazzeri:

[P]or meio da reflexão filosófica, examinamos nossas e outras visões de mundo, de maneira, por exemplo, a avaliarmos nosso modo de interpretar a realidade e de viver, sobre o que deveríamos procurar mudar do contexto em que nos inserimos e em nós mesmos. Uma visão de mundo é algo, estritamente falando, sempre em fluxo, não algo estanque. (LAZZERI, 2023, p.12).

Daí a possibilidade de aperfeiçoamento e mudança, e para esse processo a filosofia surge como ferramenta essencial.

Nesse sentido, adotaremos a concepção de que a filosofia, embora seja uma atividade eminentemente intelectual, é útil para a vida, pois permite-nos investigar, questionar, aprimorar ou modificar os conceitos que condicionam as visões de mundo. Assim, na medida do possível, fugiremos do hermetismo característico de parte dos textos filosóficos, e tentaremos tornar o nosso texto o mais claro e acessível possível. Tendo isso em vista, seguiremos também a concepção de pesquisa e escrita filosófica esposada por Juliana Aggio (2023), que sugere que a filosofia deve ser “feita com menos tecnicismo, com uma linguagem menos hermética e com uma clareza convincente e profunda, encarando o texto como pretexto para uma vivência transformadora de si e do mundo” (AGGIO, 2023, p.4).

Apresentada as concepções filosóficas que norteiam o presente trabalho (revelando em parte alguns elementos da visão de mundo do próprio autor da presente dissertação), podemos passar a uma melhor caracterização do tema.

Tema e objetivos

Para uma maior adequação ao idioleto dos autores (em especial de Donald Davidson), a partir de agora não utilizaremos mais o termo “cosmovisão”, e sim “esquema conceitual”. Desse modo, as perguntas que norteiam nossa pesquisa são: a realidade é una ou múltipla? Um esquema conceitual espelha a realidade ou a constrói? Estes esquemas conceituais se comunicam ou não são intertradutíveis? Outrossim, o tema da presente pesquisa pode ser definido como sendo: as concepções de realidade e sua relação com os esquemas conceituais e a relação dos esquemas conceituais entre si.

Estudaremos duas vertentes diferentes de pensamento acerca desse tema. No primeiro capítulo elencamos autores que, direta ou indiretamente, tratam sobre o assunto, mas não problematizam, pelo menos não nos textos que estudaremos, sobre questões acerca dos fatores subjetivos e intersubjetivos que condicionam os dados sensíveis; antes sustentam, nos textos analisados, que a realidade é única e igual para todos. Nesse caso, quem busca a verdade poderia conhecê-la e expressá-la de forma objetiva, em termos proposicionais; bastando para isso aprimorar suas ferramentas cognoscíveis e linguísticas, e constituindo um esquema conceitual que espelhará perfeitamente a realidade fornecendo unidade às diversas “ciências do real”. As proposições (analíticas e sintéticas) constituintes desse esquema conceitual científico representará a realidade linguisticamente, por meio das proposições protocolares, que são as bases elementares das proposições sintéticas. Nessa visão somos concebidos como “espectadores passivos” e as informações fluem “de fora para dentro”, sendo depois processadas em nosso aparato sensório-cognitivo.

No Capítulo 2 apresentaremos autores que defendem que todas as observações do mundo à nossa volta, inclusive as comunicadas em trabalhos científicos, são mediadas por diferentes esquemas conceituais (e também por expectativas, interesses prévios e condicionamentos) que os observadores possuem. Assim, o processo de apreensão do fluxo experiencial não é neutro, mas impregnado de conceitos, teorias, valores, interesses e limitados pela língua (com sua rede lexical e suas categorias taxonômicas); ou seja, para eles

existe uma seleção das informações sensoriais que recebemos, determinada por um esquema conceitual, e, em função disso, existem diferentes maneiras possíveis de organizá-las, formando realidades distintas. Nesse sentido, objetivamos estudar a proposta da relatividade ontológica, que se aporta nas teses da indeterminação da tradução e inescrutabilidade da referência (em Quine) ou na incomensurabilidade dos paradigmas (em Kuhn).

No Capítulo 3 temos por objetivo apresentar como Davidson unificou as propostas de relativismo ontológico feitas por Quine e por Kuhn em uma mesma categoria: esquemas conceituais variáveis - realidades distintas (ou diferentes pontos de vistas). Logo em seguida apresentaremos as críticas de Davidson à proposta de que os esquemas conceituais não são inter-traduzíveis (ou que são incomensuráveis). No Capítulo 2 trataremos de diferenciar as duas teorias, e por isso teremos uma seção para Quine e outra para Kuhn, e no Capítulo 3, vamos apresentar uma justificativa por que Davidson unificou as duas teorias e defender que os seus ataques teóricos, no texto “On the Very Idea of a Conceptual Scheme”, publicado em 1973, deveriam se dirigir mais especificamente à proposta de Kuhn. Feito isso, passaremos a investigar como Kuhn tentou se desvencilhar dessas críticas, nos escritos posteriores à *Estrutura das Revoluções Científicas*, recorrendo às reflexões que são imanentes ao campo da filosofia da linguagem.

Metodologia

A presente dissertação pode ser vista como um todo, mas também como composta por partes independentes. Neste sentido, cada capítulo terá uma introdução, desenvolvimento e conclusão. Nos ateremos, dentro do possível, apenas às obras primárias dos autores; isto é, não apresentaremos as querelas exegéticas e hermenêuticas dos comentadores, uma vez que os próprios textos selecionados já exercem, pelo menos em alguma medida, esse papel, pois os filósofos aqui estudados fizeram parte do mesmo círculo de estudos e debates (Carnap, Quine, Kuhn e Davidson). Por exemplo, Quine pode ser visto como um estudioso da obra de Carnap; Davidson, da obra de Quine e de Kuhn; Kuhn, um estudioso da obra de Quine e Davidson. Nessa linhagem, ao fazermos esse recorte histórico, dos debates que ocorreram nos centros acadêmicos dos Estados Unidos no século XX acerca de diversas questões inter-relacionadas (relação entre esquemas conceituais e realidade, relativismo ontológico, incomensurabilidade semântica, problemas acerca da tradução, etc.) estaremos apresentando

não apenas uma retomada da história da filosofia, mas também uma atividade exegética dos textos selecionados a partir da ótica dos próprios autores. Embora em alguns momentos tentaremos mergulhar no pensamento de cada autor, o leitor não pode perder de vista o nosso objetivo central: investigar a relação entre os esquemas conceituais e a(s) realidade(s); e mais especificamente, como a linguagem condiciona a nossa percepção do fluxo experiencial.

Como os filósofos que figuram neste estudo possuem várias obras e, alguns deles, mudam a forma de pensar ao longo do tempo, selecionaremos textos específicos de determinada fase do pensamento dos autores. Outro critério de escolha é que os textos selecionados possuam um diálogo entre si. Para justificar a escolha do percurso (histórico e exegético) adotado, e as nossas interpretações dos textos, não pouparemos citações. Esperamos constituir um estudo agradável e acessível a todos estudantes que se interessam pelo tema, e não direcionado apenas aos especialistas, conforme propõe Aggio (2023, p.4).

Como fio condutor na constituição dos três capítulos, temos o percurso filosófico apontado por Donald Davidson em seu artigo “On the Very Idea of a Conceptual Scheme” (1973). Nesse texto Davidson apresenta as críticas de Quine aos dogmas do empirismo lógico (isto é, ao dualismo de sentenças significativas e ao reducionismo verificacionista) e, a partir disso, expõe a teoria quineana, associando-a à teoria kuhniana. Por fim, Davison critica a noção de incomensurabilidade (ou a não inter-tradutibilidade) dos esquemas conceituais, conforme supostamente é defendido por Quine e Kuhn, tendo como foco principal a negação da ideia de não tradutibilidade dos esquemas conceituais.

Sendo assim, no Capítulo 1, faremos a reconstrução da concepção de realidade única espelhada pela linguagem, e da noção de um esquema conceitual constituído por proposições analíticas e sintéticas (1º dogma) e do reducionismo verificacionista (2º dogma). Após isso, passaremos ao Capítulo 2, onde iniciaremos apresentando as críticas de Quine ao que foi estabelecido no Capítulo 1 e a sua proposta alternativa: o holismo semântico e o relativismo ontológico. Destacamos o surgimento de uma nova concepção da relação entre linguagem e realidade. Nessa nova maneira de pensar a relação, a linguagem não espelha a realidade, antes sendo um dos elementos que a constitui. Assim, a realidade passa a ser vista como dependente dos aparatos linguísticos e culturais humanos. Proposta semelhante à de Quine é a de Kuhn (por isso, Davidson fez questão de unificar as duas). Na *Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn sustenta que a realidade, ou melhor “as realidades”, são dependentes dos diferentes paradigmas utilizados pelas comunidades científicas. Vale ressaltar que o texto de Davidson,

que constitui o fio condutor da presente dissertação, foi publicado em 1973. Portanto, obviamente, se refere às obras anteriores a essa data. Assim, no Capítulo 2, consideramos somente os escritos quineanos (“Dois Dogmas do Empirismo”, *Palavra e Objeto* e o *Relatividade Ontológica e Outros Ensaio*) e os kuhnianos (*Estrutura das Revoluções Científicas* e o “Posfácio” à *Estrutura*) da década de 1960 e anos anteriores.

Finalmente, no Capítulo 3, apresentamos o texto de Davidson e suas críticas à noção de esquemas conceituais não inter-traduzíveis (ou incomensuráveis) condicionando realidades distintas, conforme supostamente é defendido por Quine e por Kuhn. Tentaremos demonstrar que as críticas de Davidson à incomensurabilidade (total e local) se dirigem especificamente à Kuhn. Tendo em vista esse fato, e que Kuhn em seus escritos finais tenta responder a Davidson diretamente, encerraremos a nossa investigação acerca da relação dos esquemas conceituais entre si e entre eles e a realidade, estudando os artigos de Kuhn reunidos na obra *O caminho desde a Estrutura* (2017), em especial os textos “O que são as Revoluções Científicas” (publicado em 1981) e o “Comensurabilidade, Comparatividade e Comunicabilidade” (publicado em 1983), além de outras passagens constantes na referida obra. Veremos como Kuhn continuou sustentando as suas teses e tentando se desvencilhar das críticas recebidas.

Esperamos que após todo o esforço empreendido durante o presente estudo introdutório, tendo como base o pensamento de Quine, Davidson e Kuhn, a partir dos quais buscamos teorias para pensar o tema, possamos elucidar, ainda que perfunctoriamente, as possíveis relações entre os esquemas conceituais e a(s) realidade(s), bem como a importância da linguagem como elemento da nossa percepção de mundo. Como a nossa proposta é constituir um estudo introdutório, na presente dissertação não pretendemos defender uma das posições, apenas elucidar o problema e apresentar algumas das respostas que foram elaboradas, constituindo somente uma introdução ao tema. Em trabalhos futuros apresentaremos a nossa visão e defenderemos uma tese acerca do assunto.

Capítulo 1: A realidade única e a busca por um esquema conceitual perfeito que a espelhe

Introdução Capítulo 1

No presente capítulo temos por objetivo investigar a concepção de realidade única e como Carnap, influenciado pelo *Tractatus Logico-Philosophicus* (2001), propõe mecanismos (lógicos e semânticos) capazes de estabelecer uma ligação entre realidade e linguagem, via proposições protocolares. Isto posto, pretendemos traçar uma conexão entre o *Tractatus* e o artigo “Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem” (2016), onde fica estabelecido o que Quine, posteriormente, chamará de “os dois dogmas do empirismo”.

Embora Frege tenha elaborado um sistema lógico-linguístico poderoso e aberto a discussão sobre a relação entre sinais, sentido e referência⁴, não elucidou a questão sobre como a linguagem espelharia a dimensão dos referentes. Coube à Wittgenstein, em seu *Tractatus Logico-Philosophicus* (2001) apresentar uma explicação sobre a relação entre linguagem, pensamento e realidade. Nesta obra, a única que estudaremos de Wittgenstein, o pensador austríaco estabeleceu: i) um novo critério de sentido proposicional; ii) uma explicação de como a linguagem espelha a realidade (a partir de uma relação afiguradora); e iii) um novo papel para a filosofia: crítica da linguagem. Existem outras interpretações sobre as pretensões de Wittgenstein com essa obra, mas essa foi a leitura de Carnap, conforme apresentaremos no subtópico 1.2. Assim reconstruiremos as teses tractaquinianas a partir dessa exegese.

1.1- Linguagem e realidade no *Tractatus Logico-Philosophicus*

⁴ A relação entre sinais, sentido e referência constitui três tipos de discursos: ambíguo, vazio ou científico. Segundo Frege, pode-se ter diferentes sentidos para uma mesma referência (que permanece a mesma, pois é fixa e absoluta), como ocorre na linguagem ordinária. Nesse caso temos o discurso ambíguo, impreciso e polissêmico (FREGE, 2009, p.135). Pode-se ter também um nome (ou expressão) que seja gramaticalmente bem construída, possuindo sentido e que não possui referência: “As palavras “o corpo celeste mais distante da terra” têm um sentido, mas é muito duvidoso que também tenham uma referência (...). Portanto, apreender um sentido nunca assegura a existência de sua referência.” (FREGE, 2009, p.133). Nesse caso temos um discurso vazio. E finalmente, pode-se ter signos que possuem um sentido determinado e referência. Nesse caso um discurso científico. No discurso científico temos uma relação unívoca entre signo e referência. A partir dos trabalhos fregeanos começa-se a aprofundar as discussões sobre a relação entre linguagem e realidade.

Ludwig Wittgenstein (1889-1951) publicou em 1921 o seu *Tractatus Logico-Philosophicus*⁵, onde afirma que os problemas da filosofia, na verdade, seriam pseudoproblemas resultantes de nos lançarmos contra os limites da linguagem a fim de expressar algo que, no fundo, não poderia ser expresso por meio dela. Assim, o *Tractatus* pode ser caracterizado eminentemente como uma obra do campo da filosofia da linguagem, já que aqui a linguagem é investigada com fins filosóficos, e não com fins logicistas de fundamentação da aritmética, como em Frege. Também é possível entender essa obra como uma retomada do projeto de crítica à metafísica, mas utilizando-se o ferramental lógico-linguístico. Essa forma de leitura inspirou Carnap e os filósofos do Círculo de Viena, conforme apresentaremos no próximo tópico. Importa-nos reconstituir as teses do *Tractatus* que evidenciam uma nova finalidade para a filosofia: superação da metafísica pela análise lógica da linguagem.

Na tentativa de delimitar o que pode ser dito (e conhecido cientificamente) e o porquê das restrições, o *Tractatus* propôs uma relação isomórfica entre mundo e linguagem, estabelecendo uma explicação de como a linguagem espelha a realidade e constitui uma figuração do mundo. Portanto, seguindo essa interpretação, encontramos dois objetivos bem delineados no texto de 1921: um positivo (a fundamentação das proposições significativas) e um negativo (crítica dos contrassensos gerados pela filosofia); ambos objetivos são buscados fazendo-se uso dos instrumentos lógicos desenvolvidos desde Frege. Por fim, os seus critérios acabam por atentar contra a sua própria obra, em um processo autofágico. Não vamos retomar aqui mais do que os elementos mínimos para compreender a proposta de espelhamento entre linguagem e realidade e rastrear as influências do *Tractatus* no pensamento de Carnap. Nesta senda, tentaremos expor uma certa exegese da referida obra de Wittgenstein tendo como referencial teórico o texto de Carnap “Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem” (2016) o qual investigaremos no tópico 1.2 e estabeleceremos as conexões.

figuração

⁵ Este é um texto composto por mais de 500 aforismos divididos em sete temáticas principais que procuram desvelar a relação entre realidade, pensamento e linguagem e, mediante essa investigação, tenta responder quais são os limites do conhecimento a partir de um estudo da estrutura da linguagem, pois, segundo o autor, esta fornece as possibilidades e os limites de se representar o pensamento e a realidade.

Pode-se falar sobre qualquer coisa, desde que se respeite a construção sintática correta. Mas, o que garante que estamos falando de algo que realmente é o caso? E quais são as credenciais que nos asseguram que a representação enunciativa da realidade é verdadeira? Em que consiste a conexão entre linguagem e realidade? De que modo o discurso proposicional espelha o mundo? Em resposta a essas questões, Wittgenstein propõe o conceito de figuração:

Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras. - Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se sua **estrutura**; a possibilidade desta, sua **forma** de afiguração. (WITTGENSTEIN, 2001, p.143, aforismo 2.15. Grifo nosso).

Portanto, o processo de figuração, que permite a linguagem (e outras figurações) representar um estado de coisas na realidade, possui uma forma e uma estrutura. A forma confere as possibilidades das configurações e a estrutura é como se configura uma dessas possibilidades. Além disso, a vinculação (relação afigurante) entre objeto e sinal deve obedecer um determinado método projetivo, que reproduz, ou seja, projeta a mesma *estrutura* da realidade no fato figura. Existem diversas formas (espacial, temporal, colorida, sonora, etc.), porém a forma fundamental é a *forma* lógica. Vejamos cada um desses elementos.

Estrutura e forma da figuração

Ao reproduzir uma estrutura (um arranjo) possível, respeitando as possibilidades das formas que se dá na realidade, um fato-figura se tornará compreensível e poderá ser verdadeiro ou falso. Portanto, o que determina as possibilidades estruturais são as formas. A forma sonora, por exemplo, não permite que tenhamos um som e uma pausa ao mesmo tempo. No mesmo sentido, a forma espacial não permite uma estrutura, isto é, um arranjo, em que dois corpos ocupem o mesmo lugar no espaço. E assim por diante. Essas configurações violariam a forma mais fundamental de todas: a forma lógica. Todavia, se a figura estabelecer uma estrutura que respeite os limites da lógica, então ela aponta para um estado de coisas possível, voltaremos a esse ponto, de uma forma mais aprofundada, logo adiante.

Tendo isso em mente podemos responder o seguinte questionamento: o que faz com que um papel cheio de tinta reproduza a imagem de uma pessoa, constituindo uma fotografia? Ou, como bonecos dispostos de uma certa maneira reproduzem a cena de um crime? Ou

ainda, como que linhas de tinta sobre um papel (um mapa) reproduzem o espaço real de um país? Ou, para utilizarmos o exemplo proposto por Wittgenstein, o que faz com que uma partitura musical reproduza exatamente uma determinada sinfonia executada por músicos ou por um disco gramofônico? A resposta é: a relação afiguradora, onde o fato-figura (arranjo de cores, arranjo espacial, arranjo temporal, arranjo sonoro, etc.) reproduz a estrutura presente no estado de coisas. Para tanto, no processo de afiguração é necessário um método projetivo que irá salvaguardar os elementos importantes, reconstruindo a mesma estrutura, no âmbito do fato-figura, e estabelecendo a semelhança interna das configurações. A esse método, Wittgenstein chama de lei de projeção:

Que haja uma regra geral por meio da qual o músico pode extrair a sinfonia da partitura, uma por meio da qual se pode derivar a sinfonia dos sulcos do disco e, segundo a primeira regra, derivar novamente a partitura, é precisamente nisso que consiste a semelhança interna dessas configurações, que parecem tão completamente diferentes. E essa regra é a lei da projeção, lei que projeta a sinfonia na linguagem das notas. É a regra de tradução da linguagem das notas na linguagem do disco gramofônico. (WITTGENSTEIN, 2001, p.167, aforismo 4.0141).

Portanto, para ser uma figuração, o fato-figura deve manter uma relação específica com o que pretende figurar (com o estado de coisas que se dá na realidade). E o que eles possuem em comum é a estrutura semelhante. Neste caso, o método projetivo estabelece a relação afiguradora coordenando ambos elementos (da realidade e do fato-figura) promovendo o isomorfismo estrutural. O método é como antenas que captam o “sinal” (a estrutura) da realidade e o transmite para o fato-figura:

Segundo essa concepção, portanto, à figuração pertence também a relação afiguradora, que a faz figuração.

A relação afiguradora consiste nas coordenações entre os elementos da figuração e as coisas.

Essas coordenações são como que as antenas dos elementos da figuração, com as quais ela toca a realidade. (WITTGENSTEIN, 2001, p.143, aforismos 2.1513-21515).

Assim, a figuração e o estado de coisas afigurado devem possuir a mesma estrutura para que ocorra o processo de afiguração. E, antes disso, é preciso que a estrutura afigurada esteja contida no conjunto das possibilidades da forma da qual deriva.

Forma

De tudo que foi dito até aqui sobre a estrutura, no contexto do *Tractatus*, concluímos que uma forma possibilita várias estruturas e que um estado de coisas é constituído por formas diversas (espaço, tempo, matéria, etc.) o que, por sua vez, possibilita diferentes estruturas possíveis. Daí a existência dos diferentes tipos de figurações podendo ser mais precisas (ou completas) ou mais simples. Uma fotografia, por exemplo, representa um instante (tempo) em que os elementos afigurados estão em uma determinada disposição espacial (espaço) e são constituídos por materiais que refletem determinados comprimentos de ondas (cores). Porém, dentre as formas que a fotografia abrange não está inclusa a forma sonora, por exemplo. Já uma filmagem poderá contemplá-la e por isso é considerada uma figuração mais precisa. Assim, um estado de coisas abrange várias formas e cada forma possui diversas estruturas possíveis. Dentre todas as formas existentes, a mais importante e fundamental entre elas, conforme afirmamos anteriormente, é a forma lógica. Segundo Wittgenstein, toda figuração, por mais abstrata que possa ser, deve reverberar a forma lógica da realidade, para que seja válida:

O que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo - correta ou falsamente - afigurá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade.

Se a forma de afiguração é a forma lógica, a figuração chama-se figuração lógica.

Toda figuração é também uma figuração lógica. (No entanto, nem toda figuração é, p.ex., uma figuração espacial.)

A figuração lógica pode afigurar o mundo. (WITTGENSTEIN, 2001, p.145, aforismos 2.18 -2.19).

Sendo assim, toda figuração, com sentido, possui necessariamente a forma lógica.

Elucidada a questão da forma e estrutura da figuração, passemos a investigar a figuração mais importante para os nossos propósitos: a figuração proposicional ou teoria

pictórica da proposição⁶, pela qual a proposição é concebida como uma figuração de um estado de coisas. A partir disso, tentaremos responder à seguinte pergunta: de que modo o discurso proposicional espelha a realidade e o mundo? Para Wittgenstein, esta figuração ocorre quando os nomes se tornam figuras de objetos, e a proposição reproduz a mesma configuração lógica do estado de coisas. Quando isso ocorre, dizemos que se estabelece um isomorfismo lógico entre linguagem e realidade. Vale ressaltar que, via de regra, esse fato-figura (a proposição) não reproduz outras estruturas do estado de coisa (espaço, tempo, cores, som, etc.), mas tão somente a forma lógica. Assim, o isomorfismo entre linguagem e realidade se dá somente a partir do compartilhamento da mesma estrutura lógica⁷.

Se tomarmos, a título de exemplo, a proposição: “a letra A resplandeceu nesta noite tal como um animal infinitesimal”. Diremos que é sem sentido, pois a sua estrutura não reverbera um estado de coisas logicamente possível. Assim dizemos que a proposição é sem sentido. Adiante retornaremos a esse assunto de uma maneira mais aprofundada, pois a questão do sentido de uma proposição é um elo importante na ligação entre Carnap e Wittgenstein.

A relação afiguradora entre proposições e realidade

As proposições são figurações de estados de coisas e é a estrutura lógica que irá promover o isomorfismo entre linguagem e realidade. Só após de estabelecida a relação, poderemos afirmar se a proposição é verdadeira ou falsa:

⁶ Adiante, quando falarmos do papel da filosofia para o primeiro Wittgenstein, ficará claro que a utilização do termo “teoria” é um equívoco consciente, uma vez que a proposta final do *Tractatus* não é constituir teorias filosóficas, mas combatê-las. Assim, embora a parte do texto composta pelos aforismos iniciais parece ser uma construção teórica, nos aforismos finais explicita-se o caráter anti-teorético da obra, conforme mostraremos em seguida, quando tratarmos da “metáfora da escada”.

⁷ Aqui surge um problema grave que o *Tractatus* não consegue resolver: como investigar a forma lógica da linguagem (e da realidade) utilizando a própria linguagem que já a pressupõe? Parece ocorrer uma espécie de petição de princípio. Ou seja, a forma lógica é condição anterior para que a figuração proposicional funcione, então não se pode demonstrá-la, ou representá-la, mas apenas mostrá-la. Seria preciso um “sair da lógica da realidade-linguagem” e representar o que há de igual entre as duas sem utilizar a linguagem, o que parece impossível. Nesse sentido, diz Wittgenstein: “A proposição pode representar a realidade inteira, não pode, porém, representar o que ela deve ter em comum com a realidade para poder representá-la — a forma lógica. Para podermos representar a forma lógica seria preciso nos colocar, com a proposição, fora da lógica; a saber, fora do mundo. A proposição não pode representar a forma lógica, esta espelha-se naquela. Não é possível representar o que se espelha na linguagem. O que se exprime na linguagem não podemos expressar por meio dela. A proposição mostra a forma lógica da realidade. Ela a exhibe” (WITTGENSTEIN, 2001, p.141, aforismos 4.12 e 4.121).

A proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensamos que seja. (WITTGENSTEIN, 2001, p.165, aforismo 4.01);

Compara-se a realidade com a proposição.

A proposição pode ser verdadeira ou falsa só por ser uma figuração da realidade. (WITTGENSTEIN, 2001, p.173, aforismo 4.05 - 4.06).

Após estabelecida a estrutura lógica da proposição, compara-se com a estrutura lógica de um fato da realidade e com isso ela ganha sentido, podendo ser verdadeira ou falsa. Mas o que é um fato? Fato, segundo o *Tractatus*, é a relação entre objetos e pode ser decomposto em outros fatos atômicos (estado de coisas). A realidade é a soma de todos os estados de coisas possíveis, positivos e negativos, e o mundo constitui-se dos estados de coisas positivos:

A existência e inexistência de estados de coisas é a realidade. (À existência de estados de coisas, chamamos também um fato positivo; à inexistência, um fato negativo.) (WITTGENSTEIN, 2001, p.141, aforismo 2.06).

A totalidade dos estados existentes de coisas é o mundo. (WITTGENSTEIN, 2001, p.141, aforismo 2.04).

Já a linguagem é a soma de todas as proposições possíveis. Assim como um fato pode ser decomposto em fatos atômicos, as proposições podem ser decompostas em proposições elementares. Há, portanto uma relação entre proposições elementares e fatos atômicos (ou estados de coisas):

A proposição mais simples, a proposição elementar, asseve a existência de um estado de coisas. (WITTGENSTEIN, 2001, p.189, aforismo 4.21).

Por fim, os fatos atômicos podem ser divididos em objetos e as proposições em nomes:

Ainda que o mundo seja infinitamente complexo, de modo que cada fato consista em uma infinidade de estados de coisas e cada estado de coisas seja composto de uma infinidade de objetos, mesmo assim deveria haver objetos e estados de coisas. (WITTGENSTEIN, 2001, p.189, aforismo 4.2211).

A proposição elementar consiste em nomes. É uma vinculação, um encadeamento de nomes. (WITTGENSTEIN, 2001, p.189, aforismo 4.22).

Os nomes simples são figuras dos objetos simples nomeados, isso possibilita que as articulações entre os nomes, as quais constituem as proposições elementares, espelhem a mesma lógica das articulações entre os objetos constituem os estados de coisas. Quando isso ocorre, a proposição ganha sentido:

O sentido da proposição é sua concordância ou discordância com as possibilidades de existência ou inexistência dos estados de coisas. (WITTGENSTEIN, 2001, p.189, aforismo 4.2).

Por sua vez, as conexões entre as proposições elementares, as quais passam a constituir as proposições gerais, permitem o espelhamento das conexões entre os estados de coisas que constituem um fato. Quando essas articulações, que formam uma proposição elementar e uma proposição geral, são estabelecidas a partir de uma lei de projeção e a estrutura lógica proposicional reproduz a mesma estrutura lógica de um estado de coisas e de um fato, temos uma correspondência simétrica entre representação enunciativa (linguagem) e estado de coisas (realidade). Assim, a vinculação entre linguagem e realidade se dá a partir da mesma estrutura lógica. Isso permite-nos descrever o mundo, conforme afirma Wittgenstein no aforismo 4.26.

Denota-se a existência de uma simetria entre a complexidade dos estados de coisas da realidade e a complexidade das proposições significativas. Nessa relação simétrica não haveria qualquer fato que não pudesse ser descrito por proposições com sentido. A negação dessa simetria implicaria em dificuldades, pois, ou as proposições significativas poderiam descrever uma complexidade maior do que os estados de coisas possíveis, extrapolando a forma lógica da realidade, ou os estados de coisas possíveis poderiam ser mais complexos do que a linguagem; nesse caso teríamos que fazer menção ao que não pode ser mencionado, o que é impossível. Concluimos, com o primeiro Wittgenstein, que o conjunto das proposições significativas deve espelhar a lógica da realidade.

Como a forma lógica da linguagem é a mesma da realidade (e é isso que permite o isomorfismo entre linguagem e realidade) os limites do mundo são dados pelos limites da linguagem. Assim afirma o *Tractatus*: “Os limites de minha linguagem denotam os limites de

meu mundo” (Aforismo 5.6). A inserção dos pronomes possessivos “minha” e “meu” apontam para as questões do solepsismo⁸ e do sujeito transcendental, tratadas no conjunto de aforismos compreendidos entre o 5.6 e 6. Essa questão não foi contemplada no texto de Carnap, o qual estudaremos no próximo tópico. Como o nosso objetivo principal, neste capítulo, é fazer uma conexão entre os dois pensadores vienenses, não trataremos desse assunto na presente dissertação.

A teoria verifuncional e as três categorias de proposições

Apresentamos, em linhas gerais, o processo de afiguração e a tese de como a linguagem espelha a realidade, a partir do isomorfismo lógico. Começa-se a descortinar a importância de uma análise lógica da linguagem e sua ligação com o sentido de uma proposição: reverberar a forma lógica da realidade é uma condição suficiente para que uma proposição elementar tenha sentido e uma condição necessária para que ela seja verdadeira. Já a proposição molecular, formada a partir da junção de proposições elementares por meio de conectivos lógicos, possui o seu valor de verdade dado unicamente em função dos valores de verdade das proposições elementares. Essa é a base da teoria verifuncional⁹ das proposições. Ou seja, após estabelecida a teoria pictórica da linguagem, estabelece-se também a teoria verifuncional das proposições moleculares. Com isso, instaura-se a possibilidade do uso da tabela verdade para verificar a verdade ou falsidade de uma proposição geral (ou molecular), em função da verdade ou falsidade das proposições elementares que a compõem.

Formalmente, Wittgenstein, representa a passagem da articulação dos nomes para as proposições elementares da seguinte maneira:

Os nomes são os símbolos simples, indico-os por meio de letras isoladas (“x”, “y”, “z”). Escrevo dessa forma a proposição elementar como função dos nomes: “ f_x ”, “ Φ ”.

⁸ Conforme Wittgenstein, se os limites da linguagem dão os limites do mundo (aforismo 5.62), então há um sujeito (metafísico) que estabelece os limites do mundo (aforismo 5.632). Este é o sustentáculo transcendental da realidade. O eu (solipsista) coordena toda a realidade e reduz-se a um ponto sem extensão. Por isso, conclui o *Tractatus*: “Aqui se vê que o solipsismo, levado às últimas consequências, coincide com o realismo puro. O eu do solipsismo reduz-se a um ponto sem extensão, a realidade permanecendo coordenada a ele” (aforismo 5.64).

⁹ Sobre a teoria verifuncional das proposições diz Silva: “A verifuncionalidade deve ser compreendida como a visão a partir da qual todas as proposições complexas devem poder ser entendidas única e exclusivamente a partir das proposições elementares que as constituem. O sentido e o valor de verdade de proposições complexas são, nesta concepção, completamente redutíveis ao sentido e ao valor de verdade das proposições elementares que as constituem, porque aquelas não são nada mais que funções de verdade destas” (SILVA, 2013, p. 171)

(x, y)”, etc. Ou indico-a por meio das letras p, q, r . (WITTGENSTEIN, 2001, p.191, aforismo 4.24).

Forma-se uma proposição elementar que poderá ser verdadeira ou falsa, a depender da sua concordância ou discordância com os estados de coisas. Logo, as únicas proposições com sentido dizem respeito à existência ou inexistência de estados de coisas. Sendo assim, uma proposição tem sentido se ela é capaz de concordar ou discordar de um estado de coisas possível. Se ela espelhar um estado de coisas que ocorre no mundo, então ela é verdadeira, em caso contrário é falsa. Podendo ser falsa ou verdadeira, então será significativa. Esse é o critério da bipolaridade para as proposições elementares. Além disso, denota-se que a proposição constitui a unidade significativa, pois “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado” (WITTGENSTEIN, 2001, p.191, aforismos 3.3). Essa ideia será retomada por Carnap e criticada por Quine, que defenderá o holismo semântico, conforme apresentaremos no Capítulo 2.

Como a forma lógica abarca todas as possibilidades da realidade, logo uma proposição elementar (com sentido) consegue demarcá-la em duas partes: a possibilidade que ocorre e as possibilidades que não ocorrem. Por consequência, quando uma proposição não consegue demarcar o espaço lógico em duas partes, diz-se que ela não possui sentido. Esse é o caso das tautologias, das contradições e das proposições filosóficas (ou pseudo-proposições), conforme veremos adiante. Estabelecido o formalismo da composição da proposição elementar e o critério da bipolaridade, pode-se passar à ideia de análise lógica das proposições gerais, que são formadas por concatenações lógicas das proposições elementares.

Tomando as proposições elementares como letras (p, q e r), como sugere Wittgenstein no aforismo 4.24, poderemos estabelecer as condições de verdade de uma proposição geral a partir das combinações lógicas das possibilidades dos valores de verdade das proposições elementares, onde “V” significa “verdadeiro”, “F” significa “falso” (WITTGENSTEIN, 2001, p.193, aforismo 4

p	q	r
V	V	V
F	V	V
V	F	V
V	V	F
F	F	V
F	V	F
V	F	F
F	F	F

p	q
V	V
F	V
V	F
F	F

p
V
F

A partir disso, assevera Wittgenstein: “As possibilidades de verdade das proposições elementares são as condições de verdade e falsidade das proposições” (WITTGENSTEIN, 2001, p.193, aforismo 4.41). Assim, podemos decompor uma proposição geral em proposições elementares, formalizar e investigar as possibilidades, promovendo uma análise lógica. Ressalta-se que esse processo só poderá ser realizado tendo por base as proposições com sentido, ou seja, com proposições elementares que podem ser verdadeiras ou falsas, não se aplicando portanto às tautologias, às contradições, às proposições matemáticas e às proposições filosóficas.

As tautologias são sempre verdadeiras e as contradições são sempre falsas, independentemente dos estados de coisas possíveis. Assim, suas condições de verdade são permanentes em qualquer situação:

A tautologia não tem condições de verdade, pois é verdadeira incondicionalmente; e a contradição, sob nenhuma condição. Tautologia e contradição não têm sentido. (WITTGENSTEIN, 2001, p.197, aforismo 4.461).

Por exemplo, a forma lógica “ $A \vee (\sim A)$ ” (ou A é o caso ou A não é o caso) é sempre verdadeira, pois para qualquer proposição, ou esta proposição é verdadeira, ou sua negação é verdadeira (princípio do terceiro excluído); já a contradição “ $A \wedge (\sim A)$ ” (A é o caso e A não é o caso) é sempre falsa, pois qualquer possibilidade afirmada envolveria sua própria negação, e tornaria a sentença falsa, pois nada pode ser e não ser simultaneamente (princípio da não-contradição). O mesmo ocorre com as proposições da matemática, pois não dependem dos estados de coisas, quer seja as da geometria (a soma dos ângulos internos de um triângulo é sempre 180° , por exemplo) quer seja da aritmética (sempre $2+2 = 4$, por exemplo).

Além das proposições elementares com sentido (bipolares) e das proposições sem sentido (da lógica e da matemática), ainda existe uma outra categoria de proposições ou

melhor dizendo: de pseudo-proposições. Elas constituem os contra-sensos. Segundo Wittgenstein:

A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contra-sensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contra-senso. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem. (São da mesma espécie que a questão de saber se o bem é mais ou menos idêntico ao belo.)

E não é de admirar que os problemas mais profundos não sejam propriamente problemas. (WITTGENSTEIN, 2001, p.165, aforismo 4.003).

Portanto, os pseudoproblemas filosóficos originam-se de malentendidos que dizem respeito à lógica da linguagem, constituindo o campo da metafísica. Cabe ao filósofo “superar os pseudoproblemas da metafísica pela análise lógica da linguagem¹⁰”.

Um novo papel para a filosofia e a contradição do Tractatus

Tendo isso em vista, Wittgenstein propõe um novo papel para a filosofia: ser uma atividade de análise lógica da linguagem (e do pensamento¹¹). A atividade filosófica deve ser deslocada da produção de “proposições filosóficas” para o de esclarecimento lógico das proposições. Como vimos, isso ocorre porque a filosofia, como atividade produtora de teses e teorias, consegue gerar apenas pseudo proposições e contrassensos, por isso ela deve se restringir a elucidar e delimitar os pensamentos:

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidar. O resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”, mas é tornar proposições claras. Cumprir à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos. (WITTGENSTEIN, 2001, p.177, aforismo 4.112).

¹⁰ Essa proposta inspirou o texto de Carnap, o qual investigaremos no próximo tópico, cujo título é exatamente esse: “Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem” .

¹¹ “Pensamento é uma proposição com sentido” (aforismo 4).

Podemos ver aqui a proposta de uma epistemologia aportada em bases lógico-linguísticas.

Antes de Wittgenstein, filósofos como Hume¹² e Kant¹³ investigaram o que se pode conhecer legitimamente tendo como foco as capacidades e limitações do entendimento e da sensibilidade humana. Mas Wittgenstein modifica a direção da investigação: os limites do que se pode conhecer legitimamente são os mesmos do que pode ser expresso pela linguagem. Por isso o autor do *Tractatus* passa a investigar os limites da linguagem e não os do nosso aparato sensório-cognitivo, pois a linguagem é a expressão do pensamento. Isso é plausível pois ao investigar seus próprios limites, o pensar estaria automaticamente ultrapassando os dois lados da linha divisora e indo para além do seu alcance. Outrossim, “ilumina-se” ao máximo o que pode ser dito para só então mostrar que “há as sombras”, ou seja, mostrar o que não pode ser dito e nem pensado: “Deve delimitar o pensável e com isso o impensável. Deve demarcar o impensável do interior por meio do pensável. Denotará o indizível, representando claramente o dizível”. (WITTGENSTEIN, 2001, p.177, aforismos 4.114 e 4.115). Neste sentido, o filósofo vienense propõe traçar o limite do entendimento a partir das suas possibilidades de expressão (na linguagem) e sobre aquilo que não se pode falar claramente (sobre as “sombras”) deve-se calar, é o que ele diz no Prefácio ao *Tractatus*:

Poder-se-ia apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: em geral o que pode ser dito, o que pode ser claramente, mas o que não se pode falar deve-se calar. Pretende, portanto, estabelecer um limite ao pensar, ou melhor, não ao pensar mas à expressão do pensamento, porquanto para traçar um limite ao pensar deveríamos poder pensar ambos os lados desse limite (de sorte que deveríamos pensar o que não pode ser pensado). O limite será, pois, traçado unicamente no interior da língua; tudo o que fica além dele será simplesmente absurdo. (WITTGENSTEIN, 2001, p.131).

¹² Segundo Hume, tudo o que está em nossas mentes, e possui algum significado, deve resultar: i) ou das nossas percepções, que respondem às questões de fato; ii) ou da relação entre as ideias. Diz ele: “Todos os objetos da razão ou investigação humanas podem ser naturalmente divididos em dois tipos, a saber, relações de ideias e questões de fato. Do primeiro tipo são as ciências da geometria, álgebra e aritmética (...). O conhecimento acerca das questões de fato não é, em nenhum caso, alcançado por meio de raciocínios a priori, mas provém inteiramente da experiência, ao descobrirmos que certos objetos particulares acham-se constantemente conjugados uns aos outros”. (Hume, 2004, p.53). Aqui vemos que a investigação humeana se dirige ao funcionamento do nosso aparato sensório cognitivo e não ao dispositivo que formata o conhecimento, a linguagem.

¹³ Em sua tentativa de síntese entre o empirismo e o racionalismo, Kant diz: “Todo o nosso conhecimento começa pelos sentidos, daí passa ao entendimento e termina na razão.”. (KANT, 2001, p.324, A-299). Observe que o veículo de formatação do conhecimento (a linguagem) não é levado em consideração na teoria do conhecimento kantiana.

A partir de tudo que foi apresentado até aqui, concluímos que o que é "dizível", ou seja, dito com lastro (e que pode constituir um conhecimento legítimo), são apenas as proposições elementares (e as proposições moleculares que delas derivam) que espelham ou figuram estados de coisas da realidade e do mundo.

A contradição do Tractatus e a metáfora da escada

Mas aqui surge uma complicação: e as proposições que constituem os aforismos do *Tractatus*? Elas figuram estados de coisas? Como pode a obra qualificar as proposições filosóficas como contra-sensos e ela própria ser composta de proposições filosóficas? Não seria esse livro um grande contrassenso? A resposta é: sim. E o próprio Wittgenstein confessa isso no penúltimo aforismo:

Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar a escada fora após ter subido por ela.) Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente. (WITTGENSTEIN, 2001, p.281, aforismo 6.54).

Em virtude dessa situação, Wittgenstein modifica o seu pensamento em suas próximas obras, e atenta filosoficamente contra o *Tractatus*. Porém, mesmo que o livro seja “um grande contrassenso”, acaba por influenciar inúmeros pensadores posteriores que adotariam uma postura antimetafísica utilizando-se de instrumentos lógico-linguísticos. Entre eles Carnap.

Podemos concluir que Wittgenstein, no *Tractatus*, buscou estabelecer um isomorfismo lógico entre linguagem e realidade a partir do processo de afiguração, onde cada proposição significativa representaria um estado de coisas possível. Se considerarmos apenas o estudo apresentado até aqui, infere-se que a realidade é considerada única, sendo constituída pelo espaço lógico que abarca todas as possibilidades de fatos. E que a totalidade dos estados de coisas existentes é o mundo. Pode-se vincular a linguagem com a realidade. Quando uma proposição elementar expressa um fato que realmente se dá, ela é verdadeira, caso contrário é falsa. Poder-se-ia dizer que, embora o primeiro Wittgenstein diferencie realidade (conjunto de

fatos logicamente possíveis, existentes e inexistentes) e mundo (conjunto de fatos existentes) que o mundo é objetivo e independente de esquemas conceituais, mas que pode ser representado por eles: “A especificação de todas as proposições elementares verdadeiras descreve o mundo completamente” (aforismo 4.26). E que, além disso, “o mundo independe da minha vontade” (aforismo 6.373). Porém, essa leitura objetivista pode ser problematizada se considerarmos os seus aforismos sobre os sistemas científicos¹⁴. Todavia, como não é nosso objetivo esgotar todas as nuances do *Tractatus*, ficaremos com essa primeira leitura, com ênfase na teoria pictórica da linguagem, na importância das proposições elementares para descrição (espelhamento) dos estados de coisas existentes e na filosofia como atividade de esclarecimento da linguagem, pois ela já é suficiente para nos auxiliar na investigação do texto de Carnap, onde essas idéias serão retomadas e os “dois dogmas do empirismo” ficarão estabelecidos.

1.2- Carnap, o dualismo de sentenças e o reducionismo verificacionista

Empirismo lógico: o Círculo de Viena e a concepção científica do mundo

¹⁴ Além dos três tipos de proposições que apresentamos (com sentido, sem sentido e contrassenso) existe um outro tipo: as leis e os princípios da ciência natural. Como exemplo podemos citar a lei da indução, a lei da conservação e o princípio da causalidade. Estes princípios regulativos da ciência possuem sentido e não são como as proposições elementares que representam estados de coisas na realidade. As leis e os princípios científicos não descrevem fatos no mundo, mas dizem como os fatos devem ser descritos. São como modelos ou “redes” que proporcionam as diretrizes para construção das proposições elementares de um determinado campo das ciências naturais, dando unidade às proposições e possibilitando uma determinada descrição da realidade. Porém, um sistema científico não é absoluto, mas tão somente uma das maneiras arbitrárias de ver o mundo. Como exemplo, Wittgenstein cita a mecânica newtoniana. Assim, os sistemas científicos são como redes de determinadas formas geométricas, que recobrem uma superfície branca dando a ela uma determinada conformação: “(...) Às diversas redes correspondem diversos sistemas de descrever o mundo. A mecânica determina uma forma de descrição do mundo, pois diz: todas as proposições da descrição do mundo devem ser obtidas de um número de proposições dadas — os axiomas mecânicos — segundo um modo dado. Com isto provê as pedras para a construção do edifício científico, dizendo: sejam quais forem os edifícios que pretendas levantar, deves construí-los com estas e apenas estas pedras” (TLP, Aforismo 6.341). Portanto, um sistema científico fornece as “pedras” (leis e princípios) que os cientistas utilizam para a “construção do edifício” (descrição da realidade). Como os sistemas podem variar, as descrições da realidade também. Essa questão dos sistemas científicos, contrasta com os aforismos onde fica estabelecido a teoria pictórica da linguagem.

A filosofia desenvolvida no *Tractatus*, associada ao empirismo, logicismo e à postura antimetafísica de filósofos como Hume, são as principais correntes de pensamento¹⁵ que influenciaram um grupo de pensadores (cientistas e filósofos) que se reuniam na Universidade de Viena de 1922 a 1936 sob a coordenação do professor de filosofia da ciência Moritz Schlick. Esse grupo, que também se autodenominava “Sociedade Ernst Mach”, procurava refletir sobre questões acerca do conhecimento científico: o fundamento da ciência, o método científico, a linguagem da ciência, entre outras ideias. Eles passaram a elaborar novos critérios de demarcação que diferenciam ciência e metafísica, formulando uma auto-considerada “concepção científica do mundo”. Esse é o título do texto publicado em 1929, subscrito por Hahn, Neurath e Carnap. Diz o prefácio:

No início de 1929, Moritz Schlick recebeu um convite muito tentador de Bonn. Após alguma vacilação decidiu permanecer em Viena. Neste momento, pela primeira vez tornou-se claro a ele e a nós que havia algo como o "Círculo de Viena" da concepção científica do mundo, que continua a desenvolver este modo de pensar em um esforço colaborativo. (HAHN, CARNAP & NEURATH, 1986, p.5).

Hahn et al. (1986) elencam as principais diretrizes do grupo e oferecem um panorama da área de problemas em que trabalham aqueles que fazem parte ou são próximos ao Círculo de Viena.

Da leitura do manifesto, *A Concepção Científica do Mundo - O Círculo de Viena*, depreende-se os principais pontos do empirismo lógico, elaborado pelo Círculo de Viena. São eles: postura antimetafísica (HAHN et al. 1986, p.9); busca pela unidade das ciências a partir de um sistema lógico-linguístico universal (HAHN et al, 1986, p.10); método científico baseado no reducionismo verificacionista (HAHN et al, 1986, p.12); dualismo de sentenças significativas entre analíticas ou sintéticas (HAHN et al, 1986, p.11); a concepção de filosofia como análise lógica da linguagem (HAHN et al, 1986, p.11); e concepção da realidade como sendo única; e a busca por um esquema conceitual unificado, que daria unidade às diversas

¹⁵ O texto *A Concepção Científica do Mundo* elenca cinco áreas históricas da ciência e da filosofia que inspiram o grupo. São elas: 1. Positivismo e Empirismo, 2. Fundamentos, Objetivos e Métodos da Ciência Empírica; 3. Lógica e sua aplicação à realidade; 4. Axiomática; 5. Eudemonismo e sociologia positivista. (HAHN et al., 1986, p.8)

“ciências da realidade”. Como este último ponto é o mais importante para a nossa investigação, segue as passagens na íntegra:

1º- Algo é “real” por estar enquadrado pela estrutura total da experiência”. (HAHN et al. 1986, p.12).

2º- “Originariamente, o maior interesse do Círculo de Viena dirigia-se aos problemas metodológicos das ciências da realidade. (...) [D]iscutiram-se os problemas de submissão da realidade mediante sistemas científicos”. (HAHN et al., 1986, p.14).

3º- “O desenvolvimento da ciência empírica, **que pretende reproduzir a realidade com uma rede de conceitos e juízos o mais uniforme e simples possível**, pode ocorrer de dois modos (...)” (HAHN et al. 1986, p.14. Grifo nosso).

Depreende-se dessas passagens que os pensadores do Círculo de Viena sustentavam que a realidade é única e que pode ser expressa mediante uma rede de conceitos e juízos, a partir de uma linguagem científica aprimorada logicamente e unificada. Assim, a busca da ciência é constituir representações que expressam o real da maneira mais precisa possível. E a filosofia, em vez de produzir um “entulho metafísico”, deve auxiliar nessa construção. Surge aqui a ideia de uma “filosofia científica”. Entre os principais pensadores do Círculo de Viena estava Carnap¹⁶.

As fases do pensamento de Carnap

O construto teórico de Carnap poderá ser dividido de diferentes formas, a depender do grupo de estudiosos. Há um grupo que defende haver um período fundacionista e outro anti-fundacionista, tendo como marco divisor a obra *A Sintaxe Lógica da Linguagem* (1934). Nesse primeiro grupo de estudiosos da obra carnapiana encontra-se, por exemplo, Quine¹⁷.

¹⁶ Selecionamos Carnap em virtude da sua influência sobre o pensamento de Quine. Sobre as observações de Quine acerca do construto teórico do Círculo de Viena, nos diz Lopes dos Santos: “Essas observações, embora aplicáveis a vários autores herdeiros do Círculo de Viena, dirigem-se mais diretamente a Carnap. (...) Esse privilégio justifica-se pelo privilégio concedido a Carnap pelo próprio Quine, ao fazer dele um representante exemplar das concepções criticadas” (LOPES DOS SANTOS, 1995, 61).

¹⁷ Liston (2008, p.11) defende, em sua tese de doutorado, uma posição alternativa às duas anteriores. Segundo ele, existem dois períodos distintos sim, mas seria possível compatibilizá-los: “De um lado, apresentaremos

Porém há autores que acreditam haver uma continuidade na obra de Carnap, tendo como elo a busca pela unidade da ciência em uma base linguística: “A unidade da ciência representa a unidade dos dois períodos do trabalho de Carnap: o fundacionista e o anti-fundacionista” (LISTON, 2008, p.15). Como pretendemos estudar e utilizar as críticas de Quine em “Os Dois Dogmas do Empirismo” como ponte entre o Capítulo 1 e 2 e como ele direciona as suas críticas ao “Carnap fundacionista”, isto é, às obras anteriores à *Sintaxe*, escolhemos o texto “Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem” (1931); pois ele sintetiza de forma simples e clara grande parte das ideias que foram alvos das críticas de Quine. Além disso, apresentaremos a famosa passagem do texto “Pseudoproblemas na Filosofia” (CARNAP, 1975), em que Carnap elucida a sua concepção de realidade e suas críticas às correntes metafísicas realista e idealista.

Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem

Carnap, em seu artigo “Superação da Metafísica pela Análise lógica da Linguagem” (CARNAP, 2016), elenca os recursos da “nova lógica” e defende que por meio desse instrumental lógico poderá promover uma análise da linguagem denunciando a ilegitimidade dos enunciados metafísicos:

Graças ao desenvolvimento da lógica moderna, tornou-se possível dar uma resposta nova e mais precisa à questão acerca da validade e da legitimidade da metafísica. (...) Com isso, chega-se a uma superação radical da metafísica, que não era possível do ponto de vista dos antimetafísicos anteriores. (CARNAP, 2016, p. 95-96)

Um enunciado metafísico constitui uma mera sequência de palavras, mas não forma uma proposição, sendo por isso considerado “sem-sentido”. Ele apenas parece uma proposição; mas é na verdade uma pseudoproposição¹⁸: “Nossa tese, portanto, afirma que as supostas

autores que concordam em dividir a obra de Carnap em dois períodos. De outro, autores que discordam da existência de um período fundacionalista em Carnap. No primeiro grupo, reunimos os seguintes autores: Ayer, Quine e Coffa. No segundo, Uebel e Friedman. Com isso, pretendemos, desde já, deixar claro o argumento de nossa tese, a saber, discordamos, de certa forma, dos dois grupos citados, pois (...) afirmamos não só a identificação de dois períodos, mas também a possibilidade de compatibilizar o trabalho de Carnap ao longo dos dois períodos”. (LISTON, 2008, p.11).

¹⁸ Note a influência do *Tractatus*: “A maioria das proposições e questões escritas sobre temas filosóficos não são falsas mas absurdas. Por isso não podemos em geral responder a questões dessa espécie, apenas estabelecer seu

proposições da metafísica se revelam, pela análise lógica, como pseudoproposições” (CARNAP, 2016, p. 96).

Uma determinada linguagem consiste em um vocabulário (palavras de diferentes tipos) e uma sintaxe (regras para a composição de proposições a partir das palavras). Por isso pode haver dois tipos diferentes de pseudoproposições: “ou introduz-se uma palavra que erroneamente se acredita ter um significado ou as palavras que ocorrem nelas têm significado, mas são combinadas de uma maneira contrária à sintaxe, de tal forma que elas não produzem sentido algum” (CARNAP, 2016, p. 97). Por isso é importante estabelecer um estudo semântico não só das palavras, mas também das proposições, pois estas últimas constituem unidades significativas. Assim, Carnap começa por esclarecer que uma palavra tem significado somente no contexto de uma proposição. Fixa-se a sintaxe em que a palavra ocorre a partir de uma função proposicional: “a forma proposicional elementar da palavra ‘pedra’ é, por exemplo, ‘x é uma pedra’” (CARNAP, 2016, p. 97). Poderemos substituir “x” por uma palavra e verificar se aquela definição fornece um sentido à palavra, por exemplo, “este diamante”, “esta maçã”, etc. Após substituir “x” e formar uma proposição, é preciso verificar sob quais condições aquela proposição elementar é verdadeira e sob quais condições é falsa. Sendo assim, é preciso estabelecer a função proposicional que defina a palavra e o seu método de verificação.

Utilizando-se conceitos metafísicos tradicionais, poderíamos definir o significado da palavra “Deus”, por exemplo, a partir da seguinte função proposicional: “x é o fundamento originário”, substituindo o argumento “x” por “Deus”. Mas como verificar essa proposição elementar (“Deus é o fundamento originário”)? Além disso, Carnap diz que a própria formulação da função proposicional está errada:

A proposição elementar deveria ter aqui a forma “x é um Deus”; o metafísico ou recusa completamente essa forma, sem apresentar outra, ou, quando a admite, não especifica a categoria sintática da variável x. (Categorias são, por exemplo: corpos, propriedades de corpos, relações entre corpos, números etc.). (CARNAP, 2016, p. 101)

caráter absurdo. A maioria das questões e das proposições dos filósofos se apóiam, pois, no nosso desentendimento da lógica da linguagem” (WITTGENSTEIN, 2001, p.165, Aforismo 4.003).

Se nem isso o metafísico não consegue fazer, muito menos especificar o método de verificação. As palavras das construções teóricas metafísicas apenas expressam um sentimento vital e não dizem nada acerca do mundo. Esse sentimento deveria ser expresso por meio da arte, e não por teorias com pretensões de verdade.

Além das pseudoproposições formadas por palavras sem significado, há ainda um segundo tipo. Elas são formadas por palavras com significado, mas combinadas de tal modo que não resulta nenhum sentido. Esse tipo de proposição só é formada porque a sintaxe gramatical permite que o seja, demonstrando-se insuficiente. Isto posto, Carnap defende a importância da observação de dois tipos de sintaxe para a construção proposicional correta: a sintaxe gramatical e a sintaxe lógica:

Que seja possível formular na linguagem comum uma sequência de palavras sem-sentido sem ferir as regras da gramática mostra que a sintaxe gramatical, considerada do ponto de vista da lógica, é insuficiente. (...) Se a sintaxe gramatical distinguísse não apenas as categorias de substantivo, adjetivo, verbo, conjunção etc., mas fizesse também distinções lógicas necessárias no interior dessas categorias, não poderiam ser formuladas pseudoproposições. (CARNAP, 2016, p. 103)

A classe gramatical dos substantivos, por exemplo, abarca em seu conjunto objetos, seres, números, estados e sentimentos, ou seja, abarca coisas com estatutos ontológicos diferentes sob um manto comum, o que gera confusão e ambiguidades.

Essa não discriminação no interior das classes gramaticais gera a possibilidade de construções sintáticas absurdas como, por exemplo: “Sócrates é um unicórnio”. Veja que essa forma sintática possui sentido e reproduz uma construção legítima: “Sócrates é um homem”. Além disso, “unicórnio” e “homem” são pertencentes a uma mesma classe gramatical (substantivos). Conclui-se que a sintaxe gramatical não cumpre inteiramente a tarefa de excluir combinações de palavras formando proposições sem sentido:

1. “César é e”; 2. “César é um número primo”. A sequência de palavras (1) é formulada contrariamente à sintaxe; a sintaxe requer que haja no terceiro lugar não um conectivo, mas um predicado, isto é, um substantivo (com artigo) ou um adjetivo. A sequência de palavras “César é um general”, por exemplo, é formulada de acordo com a sintaxe; ele é uma sequência de palavras dotada de sentido, uma proposição genuína. Mas a sequência de palavras (2) é formulada igualmente de

acordo com a sintaxe, pois ela tem a mesma forma gramatical da proposição mencionada. (2) é, no entanto, sem-sentido. “Número primo” é uma propriedade de números; ela não pode nem ser atribuída a uma pessoa nem ser negada dela. Como (2) parece uma proposição, mas não é, não diz nada, não exprime nem um estado de coisas existente nem um estado de coisas inexistente, chamamos essa sequência de palavras de “pseudoproposição”. (CARNAP, 2016, p. 102-103).

Quando dizemos “Cezar é um número primo” ou “o número sete é sagrado”, por exemplo, ocorre uma violação da sintaxe lógica a qual Carnap denomina “confusão de esferas” dos conceitos. Nesse caso, a predicação é realizada, mas como predicado de uma outra “esfera”, pois seres existentes e números, nos exemplos citados, pertencem a esferas ontológicas distintas. Por isso, é preciso ir além da sintaxe gramatical e estabelecer uma sintaxe lógica da linguagem. O uso da palavra “ser” é um outro exemplo de violações lógicas, pois às vezes ela é utilizada como cópula antes de um predicado (“eu sou latinoamericano”), às vezes, como a indicação de existência (“eu sou”). Nesse segundo caso tem-se a ilusão de um predicado ali onde não há nenhum:

A maior parte dos metafísicos desde a Antiguidade se deixou enganar pela forma verbal e predicativa da palavra “ser”, chegando a pseudoproposições, por exemplo, “Eu sou”, “Deus é”. Encontramos um exemplo desse erro no “cogito, ergo sum” de Descartes”. (CARNAP, 2016, p. 108-109).

Conclui-se que, para que uma proposição não seja sem sentido e possua um significado, além de respeitar a sintaxe gramatical, ela deve respeitar a sintaxe lógica. Mas os critérios de significação cognitiva (cabível do ponto de vista da busca do conhecimento) não param por aí. É preciso que ela seja verificável.

Significado, verificação e proposições protocolares

Segundo Carnap, para que uma proposição tenha sentido cognitivo é preciso saber em que condições ela é verdadeira e em que condições ela é falsa. Assim sendo, a questão do sentido (sob que condições uma proposição possui significado) é respondida simultaneamente à questão da verdade (como saber se uma proposição é verdadeira ou falsa); ou seja, se

soubermos as condições de verdade de uma sentença, então conheceremos o seu sentido. Daí a famosa frase: “o sentido de uma proposição reside no seu método de verificação”:

Dissemos anteriormente que o sentido de uma proposição reside no método de sua verificação. Uma proposição afirma apenas o que nela é verificável. Portanto, uma proposição, se afirma algo, só pode afirmar um fato empírico. Algo que em princípio residiria para além da experiência não poderia ser dito, nem pensado, nem questionado. (CARNAP, 2016, p. 110).

Essa passagem se remete ao *Tractatus*, ou seja, “o que pode ser dito, o pode ser claramente, mas o que não se pode falar deve-se calar”. Nesse sentido, podemos falar apenas sobre o que é empírico e, com exceção das proposições da lógica¹⁹, para Carnap, só possui sentido as proposições que descrevem estados de coisas possíveis e que podem ser verificáveis. Daí ele propor a redução das proposições complexas em um conjunto de proposições simples que se referem ao imediatamente dado empiricamente e que podem ser verificáveis. Essas proposições fundamentais ele denominou “proposições protocolares”. Note a semelhança com a teoria wittgensteiniana apresentada no tópico anterior, porém em vez de chamar as proposições fundamentais de “elementares”, Carnap as chamam de “protocolares”.

Uma proposição protocolar é compreendida como sendo um enunciado básico, relatando uma observação. Elas constituem o fundamento no qual se deve apoiar a ciência. Essa base deve possibilitar a construção de todos os objetos admissíveis e, do mesmo modo, todos os objetos, de diferentes níveis, devem ser reduzidos a elas. Por isso, os textos carnapianos anteriores à 1934 são considerados fundacionistas. Em resumo: cada ramo da ciência constitui proposições complexas acerca de determinado objeto de estudo, que podem ser reduzidas aos enunciados protocolares e estes se referem aos dados. Tal relação correspondentista (entre proposições protocolares e estados de coisas) garantiria a verdade do conhecimento científico. O problema é que não havia um acordo sobre qual seria essa base (se

¹⁹ Para Carnap as proposições da lógica, que podem ser verdadeiras ou falsas em razão da sua forma, também possuem sentido, mesmo que não afirmem nada sobre a realidade: “As proposições (dotadas de sentido) se dividem nos seguintes tipos: primeiramente, há proposições que são verdadeiras apenas em razão de sua forma (“tautologias” segundo Wittgenstein; elas correspondem, mais ou menos, aos “juízos analíticos” de Kant); elas não afirmam nada sobre a realidade A esse tipo pertencem as fórmulas da lógica e da matemática; elas próprias não são enunciados factuais, mas servem para a transformação de tais enunciados. Em segundo lugar, há as negações de tais proposições (“contradições”); elas são contraditórias, portanto, falsas em razão de sua forma”. (CARNAP, 2016, p. 110-111). O segundo tipo de proposições com sentido são as proposições protocolares e as que são formadas a partir delas.

fenomênica ou fisicalista) e sobre o que seria esse “dado” entre os membros do Círculo de Viena; daí Carnap utilizar-se, em um primeiro momento, de uma linguagem fenomenalista e posteriormente (por influência de Neurath) de uma linguagem fisicalista:

Costuma-se falar na teoria do conhecimento que as primeiras proposições se referem ao “dado”; mas não há nenhum acordo sobre o que se deve considerar como sendo o dado. Às vezes, defende-se a concepção segundo a qual as proposições sobre o dado falam das qualidades sensoriais e afetivas mais simples (por exemplo, “quente”, “azul”, “felicidade” etc.); outros se inclinam para a concepção segundo a qual as primeiras proposições falam de vivências totais e relações de similaridade entre elas; segundo outra concepção, as primeiras proposições falam também de coisas. Independentemente da diversidade destas concepções, é certo que uma sequência de palavras tem um sentido apenas se suas relações de dedução são estipuladas a partir de proposições protocolares, seja esta ou aquela a natureza destas proposições protocolares; do mesmo modo que uma palavra tem um significado apenas se as proposições em que ela pode ocorrer são redutíveis a proposições protocolares. (CARNAP, 2016, p. 98).

Esse método de decomposição das proposições complexas em suas partes (ou análise) apresenta a verdade de um enunciado como sendo uma função da verdade dos enunciados que o compõem (proposições protocolares). Ressalta-se aqui novamente a influência do *Tractatus*²⁰ e a reverberação da teoria verifuncional wittgensteiniana.

Unidade da ciência e a “filosofia científica”

A ciência seria unificada por uma linguagem intersubjetiva, universal e fundamentada em proposições protocolares. A proposta de Carnap, aqui estudada, é a partir dessa linguagem unificada, melhorar cada vez mais a relação entre as diversas áreas da ciência, promovendo uma conexão colaborativa dos setores de estudos empíricos, departamentalizados por razões práticas. Assim, seria possível estabelecer correlações entre as leis de diversas áreas da

²⁰ Diz Wittgenstein: “A proposição é uma função de verdade das proposições elementares” (WITTGENSTEIN, 2001, p. 203. Aforismo 5). O estudo semântico de um enunciado envolve uma decomposição deste em proposições mais elementares e que não podem ser decompostas em outras proposições, sendo consideradas auto-evidentes. A partir disso, Wittgenstein apresenta o método de tabelas-verdade e a teoria verifuncional, em que a verdade de uma proposição é apresentada como função de todas as combinações de valores de verdade das proposições elementares que a compõem, conforme mostramos anteriormente.

ciência a fim de alcançar predições bem sucedidas. Nessa linguagem logicamente perfeita, as proposições corresponderiam exatamente às componentes do fato que elas expressam e haveria um espelhamento entre linguagem e realidade, entre proposições e fatos. Nesse contexto, não haveria lugar para a metafísica e a filosofia deveria ser ressignificada como sendo um método de análise lógica da linguagem. Diz ele: “Mas o que resta, então, para a filosofia se todas as proposições que podem ser afirmadas são de natureza empírica e pertencem à ciência do real? O que resta não são proposições, nem teoria, nem sistema, mas apenas um método, a saber, o método de análise lógica”. (CARNAP, 2016, p. 112). Nesse contexto, a filosofia seria uma atividade de análise lógica da linguagem.

Os principais objetivos da filosofia seria a eliminação de palavras e proposições (pseudoproposições) destituídas de significado, a clarificação de conceitos e proposições dotados de sentido e a “fundamentação lógica da ciência do real e da matemática” (CARNAP, 2016, p.112). Assim, a filosofia precisaria ganhar uma vestimenta científica: “A tarefa mencionada da análise lógica, a investigação dos fundamentos, é o que entendemos por ‘filosofia científica’ em oposição à metafísica” (CARNAP, 2016, p. 112). É impossível novamente deixar de notar a influência do *Tractatus*: “O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações” (WITTGENSTEIN, 2001, p.177, aforismo 4.112). Para finalizarmos esse tópico sobre Carnap e o Capítulo 1, vejamos a concepção de realidade e sua relação com o conhecimento, conforme exposto, no § 10 de “Pseudoproblemas da Filosofia” (1975), intitulado: “A realidade do mundo exterior”.

Realidade e conhecimento

Tendo como objetivo tecer uma crítica às disputas metafísicas entre realistas e idealistas e apresentar sua concepção de realidade, Carnap propõe o seguinte exemplo: dois geógrafos, um realista e outro idealista, partem em busca de uma montanha lendária, supostamente existente em algum lugar da África. Ao encontrá-la:

Os dois geógrafos chegarão ao mesmo resultado não apenas sobre a existência da montanha, mas também sobre suas outras características, a saber, a posição, a forma, a altura, etc. Em todas as questões empíricas há unanimidade. Logo, a escolha de um

ponto de vista filosófico não tem nenhuma influência no conteúdo da ciência natural.
(CARNAP, 1975, P.168)

Depreende-se que Carnap, embora não queira adentrar em questões metafísicas ou ontológicas, possui uma determinada visão de realidade, a qual ele chama de “realidade empírica”, que pode ser captada de uma maneira absoluta, independentemente de quaisquer que sejam os esquemas conceituais previamente estabelecidos fornecendo os “dados” absolutos que constituem a referência e o lastro do significado das sentenças protocolares²¹:

Na física, assim como na geografia, existem certos critérios para o conceito de realidade nesse sentido - queremos chamá-lo de "realidade empírica" - que sempre conduzem a resultados definitivos não importando a convicção filosófica do investigador. (CARNAP, 1975, P.168)

Assim, ele distingue entre o conceito científico de realidade dos conceitos filosófico-metafísicos.

Podemos resumir os pontos importantes do pensamento de Carnap, com base nos textos aqui apresentados, da seguinte forma: existem apenas dois tipos de proposições significativas, que se constituem a partir de métodos de verificações específicos, as proposições analíticas (que são verificadas a partir de métodos lógicos) e as proposições sintéticas (que são verificadas a partir de métodos empíricos). Além disso, as proposições sintéticas são redutíveis às proposições protocolares (as portadoras de significado), e essas últimas se remetem diretamente à realidade empírica ou aos “dados” (a referência absoluta), podendo ser verificadas isoladamente. Excetuando essas duas espécies de proposições, as demais são consideradas sem sentido ou como sendo pseudoproposições. Aqui temos as bases dos “dois dogmas do empirismo”, segundo Quine, conforme veremos no início do próximo capítulo: i) o dualismo de sentenças significativas (analíticas e sintéticas); e o reducionismo verificacionista (enunciados científicos complexos devem ser reduzidos às proposições protocolares e estas verificadas isoladamente). Além desses dois pontos mais importantes, temos ainda a ideia de filosofia como atividade de análise lógica da linguagem e o conceito de realidade empírica, independente dos esquemas conceituais humanos.

²¹ Veremos que tanto Quine quanto Kuhn pensam diferente acerca dessa questão.

1.3 - Conclusão do Capítulo 1

Para investigar os pontos do pensamento de Carnap, “os dois dogmas do empirismo” que serão criticados por Quine, voltamos ao *Tractatus* e identificamos algumas passagens que reverberam na proposta de “Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem” (2016), onde “os dogmas” são estabelecidos. Vimos ainda que, com a virada linguística da filosofia, a realidade não poderia ser pensada, compreendida ou expressa a não ser por intermédio da linguagem. Nesse contexto inicia-se um aprofundamento nos estudos lógicos, sintáticos e semânticos que a compõem. Enfoca-se a relação entre esquemas conceituais e realidade e a representação do real (a partir do processo de afiguração) pela linguagem, abrindo-se caminho para as teorias pictórica e verifuncional da linguagem. Esse projeto influenciou os estudiosos do Círculo de Viena, sobretudo Carnap.

O grupo do qual Carnap fez parte, o Círculo de Viena, tentou estabelecer uma linguagem científica única e universal que espelhasse a “realidade empírica”. Utilizando os instrumentos lógicos e linguísticos, buscaram a unidade das ciências. As únicas proposições com sentido nesse sistema, que poderiam ser verdadeiras, eram as proposições da lógica e as proposições que se reportavam aos dados observacionais, as chamadas “proposições protocolares”. As proposições da metafísica, que não se enquadram em nenhuma dessas duas categorias, deveriam ser eliminadas pela análise lógica da linguagem, pois na verdade são pseudoproposições. Estabelece-se assim o dualismo de sentenças significativas: analíticas ou sintéticas. As proposições analíticas eram verdadeiras (ou falsas) em função apenas dos significados dos seus termos, sendo sua verdade obtida de forma *a priori*, a partir de princípios lógicos. Já as proposições protocolares possuem suas condições de verdade dadas *a posteriori*, recorrendo-se a um determinado método de verificação empírico. As proposições protocolares (portadoras de significado) constituem toda a base do conhecimento científico e podem ser verificadas individualmente. A par da discussão sobre os “dados” serem fenomênicos ou físicos, Carnap assegura que eles são a referência das proposições protocolares. De maneira inversa, também todas as proposições científicas poderiam ser reduzidas às proposições protocolares e verificadas isoladamente. À filosofia, segundo Carnap em “Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem”(2016), é dada a missão de dar suporte, por meio da análise lógica, à constituição do sistema linguístico das

ciências do real. Essa atividade propiciará a expurgação das pseudoproposições. Assim, esse sistema linguístico (chamado aqui anacronicamente de “esquema conceitual”) que daria unidade às diversas ciências, seria composto somente de proposições analíticas e sintéticas, sendo único e absoluto.

No Capítulo 2, retomaremos essa proposta a partir da ótica de Quine e apresentaremos suas críticas. Além disso, mostraremos como esse filósofo estadunidense, juntamente com seu conterrâneo Thomas Kuhn, tentaram subverter cada um desses pontos: a “realidade empírica” não é absoluta, mas sim relativa e dependente de esquemas conceituais humanos (que não é uno, mas são múltiplos); a linguagem não espelha a realidade, antes é um dos elementos que a constitui. Além disso, Quine defenderá que as proposições significativas não são avaliadas individualmente (como analíticas ou sintéticas), mas como pertencentes a um sistema. Passemos ao estudo dessa outra forma de compreender a relação entre esquemas conceituais e realidade.

Capítulo 2: As múltiplas realidades condicionadas por esquemas conceituais diferentes

Introdução do Capítulo 2

No presente capítulo estudaremos dois autores que apresentaram propostas antagônicas à tese da realidade empírica absoluta. Além disso, questionaram a busca por um esquema conceitual único e perfeito que a espelhasse. Eles são os norte-americanos Willard Van Orman Quine e Thomas S. Kuhn. Ambos desenvolveram sua filosofia nos Estados Unidos do século XX, sendo assim contemporâneos e conterrâneos, participando do mesmo círculo de estudos.

Começaremos por Quine. Em seu artigo, “Dois Dogmas do Empirismo” (1953), ele inicia por criticar a noção do dualismo de sentenças (analíticas e sintéticas) e posteriormente a ideia do reducionismo verificacionista. A partir dessas críticas ele propõe o esboço de uma proposta alternativa: o holismo semântico. Mas, a parte propositiva de sua filosofia, que mais nos interessa aqui, está no conjunto de artigos reunidos em *Relatividade Ontológica e Outros Ensaios* publicados em 1969²². No capítulo principal, “Relatividade Ontológica” (1969b), ele retoma de *Palavra e Objeto* (2010) o experimento de pensamento denominado “tradução radical”. Nesse caso hipotético um linguista está diante de uma tribo isolada e recém descoberta e inicia a tentativa de tradução da língua nativa para a materna, sem contar com nada, além das disposições discursivas do nativo mediante o fluxo experiencial. Nesse contexto, Quine ataca as concepções semânticas tradicionais, sobretudo o mentalismo humeano, o qual ele chama de “mito do museu”, e defende o behaviorismo semântico. Chegaremos à proposta de relativismo ontológico e tentaremos demonstrar que ela se assenta na junção de outras três teses: o holismo semântico, a inescrutabilidade da referência e a indeterminação da tradução. No final da Seção 2.1, a qual dedicamos a Quine, compararemos a proposta quineana com a apresentada no Capítulo 1.

Em Thomas Kuhn investigaremos *A Estrutura das Revoluções Científicas* e seu Posfácio de 1969. Tentaremos entender como se institui a tese da relatividade ontológica e qual a sua relação com a incomensurabilidade dos paradigmas. Assim, partindo do debate em

²² Mesmo ano de publicação do Posfácio à *Estrutura das Revoluções Científicas* de Kuhn.

torno da questão do progresso do conhecimento científico, investigaremos como Kuhn se contrapõe à noção de aperfeiçoamento contínuo da ciência, quer seja por aproximação da verdade (conforme o verificacionismo) quer seja pelo distanciamento da falsidade (conforme o falseacionismo). Tentaremos demonstrar como que, a partir de uma proposta epistemológica alternativa a essas duas visões, Kuhn faz nascer o seu relativismo ontológico baseado na substituição dos paradigmas que ocorrem durante uma revolução científica. Com a mudança de paradigma, segundo o filósofo, ocorre também uma mudança na própria realidade dos cientistas pré e pós revolucionários. Durante esse estudo ressaltaremos a relação entre os esquemas conceituais (ou paradigmas) e a realidade, demonstrando que a realidade, na *Estrutura das Revoluções Científicas*, não é fixa e absoluta, conforme propôs Carnap, mas relativa e dependente do paradigma. Além disso, não existe um paradigma (ou esquema conceitual) supremo o qual poderia ser considerado mais perfeito e capaz de dar unidade às ciências.

2.1- Quine

Nessa seção apresentaremos alguns pontos da filosofia quineana, que são relevantes para nossa pesquisa, pois lançam luz sobre a relação entre esquemas conceituais e realidade. Para tanto a dividiremos em duas sub-seções: uma para tratarmos da parte negativa e outra para expormos a parte positiva. Portanto, em um primeiro momento, apresentaremos as críticas de Quine às duas teses de Carnap, apresentadas no capítulo anterior; quais sejam: o dualismo de sentenças significativas (analíticas e sintéticas) e o reducionismo verificacionista, conforme aparecem em “Dois Dogmas do Empirismo” (QUINE, 1953). Já na segunda subseção, apresentaremos a parte propositiva. Partiremos do experimento de pensamento conhecido como “tradução radical”, exposto no Capítulo 2 da obra *Palavra e Objeto* (QUINE, 2010), e derivaremos as teses da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência. Essas duas teses, associadas à proposta do holismo semântico, nos levará ao relativismo ontológico quineano. Sendo assim, além do Capítulo 2 de *Palavra e Objeto* (QUINE, 2010), estudaremos a obra: *Relatividade Ontológica e Outros Ensaio* (1975). Finalmente, depois de cumprido todos esses objetivos, poderemos contrapor a teoria quineana à ideia de realidade única, expressa por um esquema conceitual absoluto.

2.1.1 - Parte negativa: críticas aos dois dogmas do empirismo

A pretensão de Quine em “Dois Dogmas do Empirismo” é mostrar que os critérios de significação, adotados por Carnap, não subsistem a uma investigação mais profunda. Mais especificamente, o filósofo estadunidense pretende mostrar que: i) o estatuto epistemológico privilegiado das proposições analíticas (verdades a priori, somente em função dos significado de seus termos) não se sustenta; ii) não se pode fazer uma distinção clara entre proposições analíticas e proposições sintéticas; iii) não podemos reduzir os enunciados empíricos a um conjunto de proposições protocolares, cada uma das quais possuindo uma unidade significativa independente, ou seja, isolada de outros enunciados e que podem ser verificadas individualmente. Para efeito de organização e correspondência ao texto original dividiremos a primeira subseção em três sub-tópicos: 1º- crítica à distinção de sentenças (analíticas e sintéticas) a partir de uma investigação sobre sinonímia e analiticidade; e 2º- crítica ao reducionismo. Ainda tendo por base o texto “Dois Dogmas do Empirismo”, iniciaremos, no 3º sub-tópico, a apresentação da parte propositiva da filosofia quineana: o holismo semântico e o empirismo sem dogmas.

Entretanto, antes de apresentar as críticas de Quine aos dois dogmas do empirismo, façamos uma breve recapitulação da proposta de Carnap, por meio de uma importante passagem do artigo “Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem”, a qual separamos para esse momento:

As proposições (dotadas de sentido) se dividem nos seguintes tipos: primeiramente, há proposições que são verdadeiras apenas em razão de sua forma (“tautologias” segundo Wittgenstein; elas correspondem, mais ou menos, aos “juízos analíticos” de Kant); elas não afirmam nada sobre a realidade. A esse tipo pertencem as fórmulas da lógica e da matemática; elas próprias não são enunciados factuais, mas servem para a transformação de tais enunciados. Em segundo lugar, há as negações de tais proposições (“contradições”); elas são contraditórias, portanto, falsas em razão de sua forma. Para todas as demais proposições, a decisão acerca de sua verdade ou falsidade reside nas proposições protocolares; elas são, pois, proposições empíricas (verdadeiras ou falsas) e pertencem ao domínio da ciência empírica. Se quisermos formular uma proposição que não pertença a esses tipos, ela será automaticamente sem-sentido. Como a metafísica não pretende afirmar proposições analíticas nem cair no domínio da ciência empírica, ela deve necessariamente ou empregar palavras

para as quais não se pode especificar nenhum critério e que são, portanto, vazias de significado ou combinar palavras dotadas de significado de tal modo que não resulta nem uma proposição analítica nem uma proposição empírica. Em ambos os casos, resultam necessariamente pseudoproposições. (CARNAP, 2016, pp. 110-111)

Assim, a tradição do empirismo lógico, que serviu de inspiração para Quine, em especial o seu “professor e amigo”²³ Carnap, em certo momento defendeu dois fundamentos importantes para a constituição do conhecimento seguro. Conforme supracitado, são eles: i) o dualismo de sentenças significativas: analíticas e empíricas (sintéticas); e o reducionismo (enunciados científicos complexos poderiam ser reduzidos às proposições protocolares e essas se reportavam diretamente às experiências). Segue-se de (i) que há uma distinção entre proposições analíticas, proposições sintéticas e as pseudoproposições metafísicas; e de (ii) que as proposições protocolares são irreduzíveis e que cada uma delas pode ser verificada isoladamente, constituindo uma unidade de significação. Resumidamente, esses são os dois pontos do empirismo lógico que Quine pretende atacar, pois segundo ele são constituídos de maneira dogmática.

2.1.1.1 - Críticas ao primeiro dogma: a distinção entre proposições analíticas e sintéticas

Carnap, conforme supracitado, propôs que as sentenças significativas devem ser divididas entre analíticas e sintéticas, com base em seus componentes linguísticos ou factuais; mas tal suposição carece de uma justificação epistêmica. Da forma que foi colocada essa distinção, constitui-se como um mero artigo de fé:

Somos levados a supor, em geral, que a verdade de um enunciado é de algum modo passível de ser decomposta em um componente linguístico e um componente fatural. Dada esta suposição, parecerá em seguida razoável que em alguns enunciados o componente fatural seja nulo; e são estes os enunciados analíticos. Mas, por razoável que seja a priori, uma fronteira entre os enunciados analíticos e sintéticos não foi ainda traçada. Que tal distinção deva ser feita, afinal, é um dogma dos empiristas, sem qualquer base empírica, um metafísico artigo de fé. (QUINE, 1953, p.248)

²³ Quine dedica o livro *Palavra e Objeto* à Carnap com as seguintes palavras: “A Rudolf Carnap, professor e amigo” (QUINE, 2010).

Então, arditosamente, Quine se propõe a realizar a fundamentação entre analítico e sintético. Depois de várias estratégias ele concluirá (por redução ao absurdo) que isso é impossível. Vejamos.

A principal característica de uma sentença analítica é que ela é verdadeira em função da sua forma lógica, isto é, independentemente dos fatos. Neste caso, a noção de significado ganha importância: “um enunciado é analítico quando verdadeiro em virtude de significados e independente de fatos” (Quine, 1953, p. 237). A frase “nenhum solteiro é casado” gera uma verdade lógica, que é obtida somente a partir do significado de “solteiro” e “casado”. Para que possamos evidenciá-la, bastaria substituir a palavra “solteiro” por sua sinonímia: “não casado”. Assim, a verdade lógica salta aos olhos: “nenhum não casado é casado”. Independentemente dos fatos, “nenhum não-A é A”, pois ao contrário violaríamos o princípio da não contradição. Ressalta-se que obtivemos uma verdade lógica ao substituir “solteiro” por “não casado”, ou seja, fazendo o uso de sinonímia. Segue-se que a analiticidade da proposição “nenhum solteiro é casado” depende do significado dos termos “solteiro” e “casado” e do processo de sinonímia (igualdade de significados) que permitiu substituir “solteiro” por “não casado”. Quine, no artigo em estudo, passa então a investigar como ocorre o processo de estabelecimento de sinonímia.

Crítica ao estabelecimento de sinonímia por definição

Podemos estabelecer a sinonímia por definição de três maneiras: i) via dicionário; ii) por uma explicação científica ou filosófica; iii) por uma convenção explícita. A sinonímia via dicionário é estabelecida pelo registro de um lexicógrafo. Mas, essa espécie de cientista sociolinguista apenas estuda o emprego de uma determinada palavra (ou expressão) por um grupo linguístico e como essa palavra (ou expressão) é intersubstituível por outra. Ou seja, o lexicógrafo não explica o porquê de os termos serem sinônimos, mas sim como eles são usados. Assim, ele não está preocupado em evidenciar como se deu o processo de construção da sinonímia:

Se ele registra “solteiro” como “homem que não casou”, é por sua crença de que há uma relação de sinonímia entre estas duas formas, implícita no uso, geral ou preponderante, anterior a seu próprio trabalho. (QUINE, 1953, p.240).

Nesse caso não se explicou o fundamento do processo de sinonímia, pois ele é anterior ao seu registro. Se não é o lexicógrafo quem esclarece os fundamentos da sinonímia, talvez sejam os filósofos ou cientistas?

Na definição por explicação, os filósofos e os cientistas (em seus momentos filosóficos) almejam estabelecer uma relação unívoca entre *definiens* e *definiendum* sempre em busca de aperfeiçoar uma definição. Neste caso, a sinonímia é definida como que por decreto. Aqui temos um primeiro problema: a arbitrariedade do processo. Sendo assim, a proposição seria analítica não em virtude do significado dos termos, mas porque alguns pensadores dizem, arbitrariamente, que estes termos são sinônimos. Além disso, para definirmos “solteiro é um homem que não casou”, por exemplo, utilizamos de sinonímias preexistentes:

[U]ma definição de tipo explicativo gera, por decreto, uma relação de sinonímia entre *definiendum* e *definiens* que não existia anteriormente. Mas tal definição ainda deve sua função explicativa, como foi visto, a sinonímias pré-existentes. (QUINE, 1953, p.240)

Então a relação entre *definiens* e *definiendum* é constituída de forma arbitrária e dogmática e nessa construção o pensador utiliza-se de sinonímias pré existentes, o que nos leva aos problemas apresentados no parágrafo anterior somado à arbitrariedade da definição. Conclui-se que uma definição “mais baseia-se na sinonímia do que a explica” (QUINE, 1953, p.241).

Resta somente uma possibilidade extrema, a terceira (e última) tentativa de Quine de se estabelecer a sinonímia por definição é adotando-se uma convenção explicitamente arbitrária tal como é feita nos escritos lógicos e matemáticos:

Aqui o *definiendum* torna-se sinônimo do *definiens* simplesmente porque foi criado expressamente com tal propósito. Temos então um caso realmente transparente de sinonímia criada por definição (QUINE, 1953, p.241).

Ou seja, o processo de estabelecimento de sinonímia via definição por convenção explícita é assumidamente arbitrário. Em todos os casos de estabelecimento de sinonímia por definição

apresentados até aqui ou não elucidada como se dá o processo (no caso do dicionário) ou demonstra que esse processo é arbitrário (nos dois outros casos). No fim, tais definições são dogmáticas e não necessariamente estabelecidas. Isto posto, não se pode sustentar um status epistêmico privilegiado para as proposições analíticas quando a sinonímia é estabelecida via definição. Mas resta uma segunda possibilidade: “é a de que a sinonímia de duas formas linguísticas consiste simplesmente na sua permutabilidade em todos os contextos sem mudança do valor de verdade: permutabilidade *salva veritate*” (QUINE, 1953, p.242).

Crítica ao estabelecimento de sinonímia via permutabilidade salva veritate

Nessa forma de justificação do processo de estabelecimento da sinonímia cognitiva, duas palavras (ou expressões) são ditas sinônimas quando intersubstituíveis em qualquer contexto, mantendo o valor de verdade do enunciado anterior à substituição dos termos. Assim, “solteiro” e “homem que não casou” seriam sinônimos, pois possuem tal propriedade. Quine não acredita que isso seja possível:

Mas não é totalmente verdadeiro que os sinônimos “solteiro” e “homem que não casou” sejam em todas as oportunidades permutáveis *salva veritate*. Verdades que se transformam em falsidades a partir da substituição de “solteiro” por “homem que não casou” são facilmente construídas com a ajuda de “cabo solteiro” e também com a ajuda de aspas, assim: “solteiro” tem menos de dez letras. (QUINE, 1953, p.242)

Ou seja, a sentença “prendi o meu cachorro com um cabo solteiro” não mantém o mesmo valor de verdade da sentença “prendi o meu cachorro com um homem que não casou”; também a sentença: ““solteiro” tem oito letras” não mantém o mesmo valor de verdade de ““homem que não casou” tem oito letras”.

Para superar o problema, exposto no parágrafo anterior, poderíamos modificar a frase “nenhum solteiro é casado” para “nenhum solteiro é casado é um enunciado analítico”. Isto é, com a introdução de “é um enunciado analítico” estamos dizendo que nesse caso vale a permutabilidade *salva veritate*. Quine aponta uma petição de princípio nesse caso: usa-se a noção de analítico para dizer que, nesse caso específico, vale a permutabilidade, mas ainda estamos querendo fundamentar a analiticidade. Ou seja, para estabelecer a permutabilidade *salva veritate* usa-se a noção de analítico, e para estabelecer a noção de analítico usa-se a

noção permutabilidade *salva veritate*. Para fugir dessa circularidade poderíamos exigir que, para que se possa realizar a permutabilidade *salva veritate*, o enunciado seja apenas verdadeiro em vez de exigir que seja analítico.

Se o enunciado “todos e apenas os solteiros são homens que não casaram”, por exemplo, for verdadeiro, então vale a permutabilidade *salva veritate* entre os termos “solteiros” e “homens que não casaram”, justificando a sinonímia. Mas, segundo Quine, esse critério é fraco para garantir a analiticidade. Vejamos um exemplo: “todas e apenas as criaturas com rins são criaturas com coração”. Essa é uma proposição verdadeira, uma vez que não existem criaturas com rins que não tenham um coração para bombear o sangue. Mas é óbvio que “criaturas com rins” não tem o mesmo sentido que “criaturas com coração”, assim, embora o enunciado seja verdadeiro, os termos não possuem o mesmo significado. Portanto, não basta exigir que o enunciado seja verdadeiro para valer a permutabilidade *salva veritate*, esse é um critério fraco. Após outras tentativas de se estabelecer a sinonímia cognitiva via permutabilidade *salva veritate*, Quine chega à seguinte conclusão: “Numa linguagem extensional, portanto, permutabilidade *salva veritate* não é garantia de sinonímia cognitiva do tipo desejado” (QUINE, 1953, p.244).

O percurso que Quine traçou até aqui, resumidamente, é o seguinte: primeiro tentou-se estabelecer a sinonímia via dicionário, mas o lexicógrafo apenas registra o uso da sinonímia e não evidencia os seus fundamentos. Depois investigou-se o trabalho dos cientistas e filósofos na construção de definições, mostrou-se que esse processo de estabelecimento da sinonímia é arbitrário. Sinonímia estabelecida por uma convenção explícita, como nos escritos lógicos e matemáticos, é mais arbitrário ainda. Passou-se para o estabelecimento de sinonímia via permutabilidade *salva-veritate*, mostrou que sem a adoção de determinados critérios é impossível. O critério forte para garantir a permutabilidade *salva-veritate* é exigir que o enunciado seja analítico, mas aí caiu-se em uma circularidade. O critério fraco seria exigir que o enunciado fosse verdadeiro, mas isso não garantiu a sinonímia. Teve-se que voltar à noção de analiticidade, e os problemas se repetiram. Diz Quine:

À primeira vista a analiticidade pareceu mais naturalmente definível apelando-se a um domínio de significados. Numa análise mais refinada, o apelo aos significados cedeu lugar a um apelo à sinonímia ou à definição. Mas a definição mostrou-se um fogo-fátuo, e a sinonímia mostrou ser mais bem compreendida apenas por força de

um apelo anterior à própria analiticidade. Deste modo voltamos ao problema da analiticidade. (QUINE, 1953, p.245)

Concluí-se que para explicar a sinonímia em última instância depende-se da analiticidade e a analiticidade vai depender da sinonímia. O insucesso das duas tentativas de investigação de como se estabelece a sinonímia cognitiva (por definição e por permutabilidade *salva veritate*) faz com que não seja possível explicar a analiticidade de enunciados do tipo “nenhum solteiro é casado”. Então Quine sugere: “voltemos as costas ao problema da sinonímia, dirigindo-nos novamente ao problema da analiticidade” (QUINE, 1953, p.245).

Crítica à analiticidade com base em regras semânticas

Um filósofo que defende a distinção entre enunciados analíticos e sintéticos pode afirmar que as dificuldades apresentadas por Quine, na tentativa de elucidação da sinonímia, se deve à vagueza e ambiguidade presente na linguagem natural e que, se utilizássemos uma linguagem artificial com regras semânticas explícitas, essas dificuldades seriam dirimidas. Sobre isso diz Quine:

É frequentemente sugerido que a dificuldade em distinguir enunciados analíticos e sintéticos na linguagem comum é devida à vagueza desta linguagem e que a distinção é clara quando possuímos uma precisa linguagem artificial com "regras semânticas" explícitas. Isto, entretanto, como tentarei agora mostrar, é uma confusão. (QUINE, 1953, p.245)

Para desbancar essa ideia, Quine diz que se estabelecêssemos em uma linguagem *Lo*, onde todos os termos possuem definições precisas, quais termos seriam pertencentes a um conjunto que possui o mesmo significado, poderíamos dizer que tais termos são intersubstituíveis e, desta forma, poderíamos produzir enunciados analíticos a partir desses termos e das regras semânticas adotadas, na linguagem *Lo*. Porém, “ao dizer quais os enunciados analíticos para *Lo* explicamos “analítico-para *Lo*”, mas não “analítico” nem “analítico para””. (QUINE, 1953, p.246). Assim, o problema de se saber em que se fundamenta a analiticidade persiste; pois, mesmo na linguagem artificial o que é analítico é estabelecido dogmaticamente, a partir

de razões pragmáticas e não de maneira necessária. Assim, encerram-se as tentativas de demonstrar o status epistemológico privilegiado das proposições analíticas.

Quine tentou mostrar que a classificação de proposições como analíticas é fruto da arbitrariedade e do dogmatismo. Proposições que possam ser necessariamente verdadeiras *a priori*, ou seja, verdadeiras somente em razão do significado de seus termos constituintes, é um dogma, um mero artigo de fé, pois depende da aceitação da noção de sinonímia. Ao tentar elucidar como se dá o processo de estabelecimento de sinonímia, o filósofo estadunidense investigou algumas possibilidades e nenhuma delas se mostrou plausível. O estabelecimento de sinonímia via definição é arbitrário e via permutabilidade *salva-veritate* é inviável. Além disso, o uso de dicionário apenas registra como é o uso da sinonímia, mas não esclarece como ela se estabelece. Assim ele abandona a investigação sobre sinonímias em linguagens naturais e tenta mostrar que mesmo em uma linguagem artificial a analiticidade é estabelecida a partir de um viés pragmático e não por uma necessidade estrita. Essa conclusão faz colapsar a distinção entre proposições analíticas (cuja verdade seria necessária e poderia ser verificada *a priori*) e sintéticas (cuja verdade seria contingente e poderia ser verificada *a posteriori*). Passemos às críticas ao segundo dogma: o reducionismo.

2.1.1.2- Críticas ao segundo dogma: o reducionismo verificacionista

Quine dedica menos linhas para criticar o dogma do reducionismo. Se para a crítica da distinção entre proposições analíticas e sintéticas foram necessários quatro tópicos, para a crítica ao reducionismo (associado à teoria verificacional dos significados), será necessário apenas um, intitulado: “*A teoria verificacional e o reducionismo*” (QUINE, 1953, p.248). Isso porque, de acordo com ele, o Segundo Dogma está associado ao Primeiro: “O dogma do reducionismo, está intimamente ligado a outro dogma - o de que existe uma separação entre o analítico e o sintético” (QUINE, 1953, p.251). A noção de reducionismo tem sua origem em trabalhos de empiristas como Hume e lógicos como Frege. Temos assim duas vertentes de reducionismo: a primeira que diz respeito ao campo da lógica e a segunda que diz respeito às proposições sintéticas. Quine se interessa por essa última. Hume defendia que as ideias significativas que povoam nossas mentes podem ser reduzidas às experiências sensíveis

causadas pelos eventos da realidade. É o chamado Princípio da Cópia²⁴. John Horne Tooke propôs substituir essa unidade portadora de significado: ao invés de serem as ideias, serão as palavras. Mas essa mudança, embora vantajosa, acarretou problemas:

Da tese inicial, partilhada por Hume, de que cada ideia tem conteúdo empírico próprio, John Horne Tooke deu um importante passo adiante e sugeriu que nós, em vez de tratarmos de ideias, passássemos a tratar de palavras, isto é, de linguagem. Trata-se do que ficou conhecido como a virada linguística (*linguistic turn*). A vantagem alcançada aqui, se pensarmos em termos de empirismo, é óbvia: enquanto a ideia é mental e, por isso, privada, a palavra, sendo linguagem, é pública e, assim, aberta a escrutínio segundo padrões empíricos. Esse passo, entretanto, embora vantajoso, apresentou logo algumas dificuldades. Como dar conta, por exemplo, das partículas gramaticais — como preposições, conjunções, cópula? Como defini-las em termos sensoriais? (NASCIMENTO, 2009, p.104).

Assim, várias críticas foram direcionadas ao reducionismo de termos, pois em uma proposição existem termos que não correspondem à experiência nenhuma. Houve a necessidade de uma nova mudança na unidade significativa: não mais um termo corresponde a uma impressão empírica, mas uma proposição como um todo²⁵. Essas proposições, que constituem as unidades significativas, na visão de Carnap, são os chamados enunciados protocolares. Agora os enunciados científicos poderiam ser reduzidos a um conjunto de proposições protocolares que por sua vez corresponderiam diretamente às experiências. A essa espécie de reducionismo, o Círculo de Viena associou a teoria verificacional dos significados. A partir daqui descortina-se a relação entre o Segundo Dogma (o reducionismo) e o Primeiro (a distinção entre proposições analíticas e sintéticas). Vejamos.

²⁴ Sobre as formas de reducionismo anteriores à Carnap, diz Quine: “Hume sustenta que toda ideia deve ou se originar diretamente na experiência sensível, ou então ser composta de ideias assim originadas; retomando uma sugestão de Tooke, podemos reformular esta doutrina num jargão semântico, dizendo que um termo, para ser de algum modo significante, deve ser ou o nome de um dado sensível, ou um composto de tais nomes, ou uma abreviatura de tal composto” (QUINE, 1953, p. 249).

²⁵ Sobre isso diz Quine: “Esta emenda teria inquestionavelmente sido bem recebida por Locke, Hume e Tooke, mas historicamente teve que aguardar uma importante reorientação na semântica - a reorientação pela qual o veículo primário do significado passou a ser visto não mais no termo, mas no enunciado”. (QUINE, 1953, p. 249).

Para os empiristas lógicos, a tradição com a qual Quine dialoga mais diretamente em *Dois Dogmas do Empirismo*, os enunciados são significativos quando possuem um método de verificação, ou conforme apresentamos no Capítulo 1: “o sentido de uma proposição reside no seu método de verificação” (CARNAP, 2016, p. 110). Daí as proposições serem analíticas ou sintéticas, pois possuem métodos de verificação distintos. Os enunciados analíticos, por exemplo, são verdadeiros se estiverem de acordo com um conjunto de princípios e axiomas apresentados pela própria lógica. Nesse caso verifica-se apenas os componentes linguísticos da proposição, não tendo relevância os componentes factuais representados. Já as proposições sintéticas, que dizem algo a respeito da realidade, possuem também componentes factuais que devem ser verificados a partir das experiências. Assim, associada à distinção entre proposições analíticas (cujo interesse para o significado são os elementos linguísticos) e sintéticas (cuja interesse para o significado são os elementos factuais), temos o reducionismo e o verificacionismo: os enunciados podem ser reduzidos à proposições isoladas e verificadas individualmente²⁶, independentemente do esquema conceitual no qual se inserem; e a partir disso, poderemos dizer se é analítica ou sintética. Esses dois dogmas, segundo Quine, andam de mãos dadas:

Minha proposta atual diz que é um disparate, e origem de muitos outros dispartes, falar de um componente linguístico e de um componente factual da verdade de qualquer enunciado particular. tomada globalmente, a ciência tem sua dupla dependência para com a linguagem e a experiência. Mas esta dualidade não é significativamente delineável em termos dos enunciados da ciência tomados um por um. (QUINE, 1953, p. 251).

Portanto, embora um determinado esquema conceitual composto por diversas sentenças, que tente explicar a realidade, possua componentes linguísticos e factuais, é impossível considerar isoladamente²⁷ proposições analíticas e sintéticas em seu interior. Os enunciados de uma

²⁶ Segundo Quine: “O dogma do reducionismo está intimamente ligado a outro dogma - o de que existe uma separação entre o analítico e o sintético. Nós mesmos nos vimos, na realidade, levados deste último ao primeiro problema através da teoria verificacional do significado. Mais diretamente, um dogma claramente suporta o outro neste sentido: enquanto se considera significativo em geral falar de confirmação ou infirmação de um, enunciado, parecerá igualmente significativo falar de um tipo limite de enunciado que é confirmado vacuamente *ipso facto*, aconteça o que acontecer; e tal enunciado é analítico. Os dois dogmas são de fato idênticos em suas raízes” (QUINE, 1953, p. 251).

²⁷ “O empirismo lógico não foi capaz de indicar como identificar o significado empírico de cada enunciado, pelo simples fato de não haver o significado empírico de cada enunciado” (LOPES DOS SANTOS, 1995, p.66).

teoria se conectam entre si em uma junção demasiadamente estreita para que possam ter seu significado constituído isoladamente. Essa tese ficou conhecida como o holismo semântico. Surge aqui uma nova versão de empirismo.

2.1.1.3 - Holismo semântico

Vemos em Quine mais um passo na evolução da proposta da unidade significativa ao longo da história do empirismo²⁸: em Hume eram as ideias, em Tooke os termos, em Carnap as proposições (analíticas e protocolares) e agora é o sistema de sentenças (ou esquema conceitual) como um todo: “nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como corpo organizado” (QUINE, 1953, p. 251). A relação entre uma sentença e os dados empíricos não se dá de uma maneira direta e individual, mas ocorre a partir de um esquema conceitual no qual a sentença avaliada se insere. Da mesma forma que um termo só tem sentido no contexto de uma sentença, uma sentença só ganha sentido no interior de um sistema de sentenças (ou de um esquema conceitual).

Um enunciado individual não poderia significar nada se não fosse as informações auxiliares que o sustenta. Por isso diz Quine: “os dois dogmas são de fato idênticos em sua raiz” (QUINE, 1953, p. 251). Pois ambos se estruturam na noção de significados fixos os quais podem, em tese, ser verificados a partir de proposições isoladas. Em primeiro lugar, Quine critica a noção de significados fixos e a noção de referências absolutas, o que ele chama de “mito do museu”. Em segundo lugar, ele questiona a possibilidade de verificar o significado de cada proposição isoladamente. Trataremos da crítica à ideia de significados fixos e referências absolutas adiante. Por hora vejamos a crítica à proposta de verificar uma sentença isoladamente. Vejamos por exemplo o enunciado sintético: “o planeta Terra gira em torno do Sol”. Sem uma série de informações auxiliares que o sustentam, esse enunciado não faria sentido e não poderia ser uma unidade significativa. Está implícito, por exemplo, que planeta “é um corpo celeste que: (a) está em órbita ao redor do sol; (b) tem forma determinada

²⁸ “São cinco os pontos, ou marcos, mencionados por Quine. O primeiro é a mudança de ideias para palavras. O segundo é a mudança do foco semântico de termos para sentenças. O terceiro é a mudança do foco semântico de sentenças para sistemas de sentenças. O quarto é monismo metodológico: o abandono do dualismo analítico-sintético. O quinto é naturalismo: abandono da meta de uma filosofia primeira anterior à ciência natural” (NASCIMENTO, 2009, p.104).

pelo equilíbrio hidrostático (arredondada) resultante do fato de que sua força de gravidade supera as forças de coesão dos materiais que o constituem; (c) é um objeto de dimensão predominante entre os objetos que se encontram em órbitas vizinhas”²⁹. Se fizéssemos o mesmo procedimento para cada termo que compõe a proposição e em seguida para cada uma dessas “sentenças auxiliares” que se conectam com a sentença avaliada, chegaríamos a um emaranhado de enunciados que compõem um determinado esquema conceitual (ou em termos quineanos: um “campo de força”), do qual a sentença em verificação faz parte. Assim, não é possível isolar um termo ou uma sentença de seu sistema. Um esquema conceitual (e o mundo organizado por ele) constituem-se como blocos indivisíveis³⁰. Assim sendo, Quine conclui que o sistema teórico confronta-se com os dados empíricos “como um corpo organizado”.

Empirismo sem dogmas

A tese holista dos significados engendra uma nova forma de empirismo. Os dados empíricos são computados levando-se em consideração o sistema teórico como um todo, e não apenas palavras, termos ou proposições isoladas. Associada a essa tese semântica da indivisibilidade significativa do esquema conceitual, está também uma pretensão antidogmática. A partir daqui não há uma busca por um único, universal, infalível e perfeito sistema teórico-conceitual-linguístico que possa representar de maneira unívoca a realidade. Ao holismo quineano está associado um empirismo sem dogmas. Ou seja, a ciência (assim como os outros sistemas proposicionais representacionais), além de ser vista como um sistema de proposições conectadas logicamente, é concebida como uma construção humana falível, podendo ter suas sentenças alteradas mediante determinadas circunstâncias. É óbvio, diante de tudo que foi dito até aqui, que uma alteração em uma sentença geraria alterações no sistema como um todo. Sobre isso diz Quine:

²⁹ Instituto de Astronomia e Geofísica - USP. Site:

<http://www.astro.iag.usp.br/~dinamica/iau-planeta.html#:~:text=S%C3%A3o%20planetas%20aqueles%20corpos%20do,relativa%20abund%C3%A2ncia%20local%20de%20mat%C3%A9ria>. Acesso 16/07/2022.

³⁰ “Ciência e mundo se defrontam como blocos indivisíveis e a ideia que um recorte de uma teoria em enunciados corresponde um recorte análogo do mundo em fatos não pode pretender senão um estatuto de dogma. Quine mantém a tese de que o significado relevante para a ciência é o significado empírico. Contra o empirismo tradicional, mantém a tese da indivisibilidade do significado empírico de uma teoria” (LOPES DOS SANTOS, 1995, p.67).

A totalidade daquilo a que chamamos de nossos conhecimentos ou crenças, das mais casuais questões de geografia e história, às mais profundas leis da física atômica ou mesmo da matemática pura e da lógica, é uma construção humana que está em contato com a experiência apenas em suas extremidades. Ou, mudando a figura, a ciência total é como um campo de força cujas condições de contorno são constituídas pela experiência. Um conflito com a experiência, na periferia, ocasiona reajustamentos no interior do campo. Os valores de verdade devem ser redistribuídos entre alguns de nossos enunciados. A reavaliação de alguns enunciados acarreta a reavaliação de outros. (QUINE, 1953, p. 252)

Podemos depreender dessa passagem duas informações importantes. A primeira é que qualquer enunciado poderá ser modificado, e isso poderá gerar uma alteração no sistema teórico como um todo. A segunda é que, embora o sistema seja um todo, existem proposições que estão “na periferia” do “campo de força”, isto é, em “contato direto” com as experiências, ao passo que outras “no interior”. Os enunciados da lógica e da matemática, por exemplo, por serem menos revisáveis, estariam no interior do esquema conceitual. Porém, mesmo eles poderiam ser reavaliados, a depender do conflito com as experiências “nas bordas” do esquema conceitual. Assim, não há enunciados intocáveis cuja verdade está determinada *a priori*³¹.

Dado esse falibilismo, onde qualquer enunciado poderá ser revisado à luz de novas experiências ou evidências contraditórias, é preciso que os cientistas estabeleçam critérios que possibilitem que esse esquema teórico seja o mais eficiente e seguro possível. A coluna vertebral desses critérios é o pragmatismo:

Carnap e outros tomam posição pragmática na questão da escolha entre formas linguísticas, ou estruturas científicas, mas seu pragmatismo se detém na fronteira imaginada entre o analítico e o sintético. Repudiando tal fronteira, esposo um pragmatismo mais completo. A cada homem é dada uma herança científica mais um contínuo fogo de barragem de estimulação sensorial; e as considerações que o guiam

³¹ “É enganoso falar em conteúdo empírico de um enunciado individual, especialmente se se trata de um enunciado completamente distante da periferia experimental do campo. Além disso, passa a ser um desatino buscar uma fronteira entre enunciados sintéticos que se baseiam contingentemente na experiência, e enunciados analíticos, válidos aconteça o que acontecer. (QUINE, 1953, p. 252).

na urdidura de sua herança científica para ajustar suas contínuas incitações sensoriais são, quando racionais, pragmáticas. (QUINE, 1953, p.254)

Tendo em vista o holismo semântico, o antidogmatismo e o pragmatismo, Quine propõe, conforme Nascimento (2009), alguns critérios balizadores para avaliar os sistemas teóricos e evitar que eles sejam multilados³² facilmente. São eles: capacidade explicativa, capacidade preditiva, simplicidade, economia, familiaridade e escopo. Ao estabelecer-se critérios para se avaliar os sistemas teóricos, fica claro que podem coexistir esquemas conceituais diferentes que tratam das mesmas evidências empíricas disponíveis. Diz Lopes dos Santos (1995, p.70): “Dadas várias teorias igualmente aceitáveis do ponto de vista da evidência empírica, a adoção de uma delas como verdadeira passa a depender de critérios pragmáticos”.

A raiz dos dois dogmas: a noção de significado fixo e de referências absolutas

Um dos principais objetivos de Quine com as críticas aos dois dogmas do empirismo, conforme exposto até aqui, é questionar a noção de significado determinado³³ (e posteriormente de uma ontologia absoluta). Por isso são alvos dessa crítica não apenas o reducionismo do Círculo de Viena, mas também o reducionismo de Hume. O filósofo escocês, segundo Quine, envolveu em seu empirismo o Princípio da Cópia, e os filósofos do empirismo lógico propuseram a Teoria Verificacional dos Significados. Esses dois dispositivos semânticos baseiam-se na noção de significados fixos: em Hume são as ideias e em Carnap são as sentenças protocolares. Ambos conceitos remetem diretamente aos “dados”, ou seja, a um domínio único de eventos sensoriais possíveis (para os fenomenologistas) ou a um conjunto de eventos e objetos (físicos) possíveis e que são as causas das sensações (fiscalistas). Assim, tanto o Princípio da Cópia quanto a Teoria Verificacional dos Significados têm como pressuposto os significados fixos e as referências absolutas às quais as

³² “O cientista se guia, assim, por considerações metodológicas tais como “a máxima da mínima mutilação”: diante de experiência adversa, tenta-se realizar a menor modificação possível, aquela que provoca a menor ruptura no sistema como um todo. É assim que, “guiado” por tal máxima, o experimentador vai escolher uma determinada sentença para sacrificar se o experimento em questão refutar a teoria. Genericamente falando, ele vai selecionar a sentença tentando perturbar o mínimo possível a teoria existente”. (NASCIMENTO, 2009, p. 111).

³³ Essa crítica ficará mais robusta quando investigarmos as suas obras seguintes. Faremos isso no próximo tópico.

ideias ou os enunciados sintéticos (mais precisamente as proposições protocolares) se remetem:

Mas o dogma do reducionismo tem continuado, de modos mais sutis e mais tênues, a influenciar o pensamento dos empiristas. Persiste a noção de que, associado a cada enunciado ou a cada enunciado sintético, existe um domínio único de eventos sensoriais possíveis, tais que a ocorrência de qualquer um deles contribuiria para a probabilidade da verdade do enunciado (...). Esta noção está implícita evidentemente na teoria verificacional do significado. (Quine, 1953, p.250-251).

A ideia de fixar o significado a partir das proposições protocolares, remetendo-as diretamente aos dados, a par de possibilitar o reducionismo e a teoria verificacional dos significados, possibilita também a classificação de sentenças como sintéticas, fomentando o dualismo de sentenças. Isto posto, Quine chega à seguinte conclusão: “os dois dogmas são de fato idênticos em sua raiz” (QUINE, 1953, p. 251). E essa raiz é a noção de significado fixo e de referências absolutas.

2.1.2 Parte positiva: o holismo semântico, indeterminação da tradução, inescrutabilidade da referência e o relativismo ontológico.

Tradução radical

No Capítulo 2 de *Palavra e Objeto* (2010), intitulado *Tradução e Significado*, Quine, no intuito de criticar a noção de significado fixo e de referências absolutas e evidenciar as suas teses, propõe um experimento de pensamento conhecido como “tradução radical”. A situação é a seguinte: um linguista diante de uma aldeia isolada, que fora descoberta recentemente, começa um trabalho de tradução da língua nativa para a sua própria língua. Ressalta-se que não há a atuação de nenhum intérprete para mediar a comunicação. Assim, o linguista tem à sua disposição, para realizar a tradução, somente o comportamento aberto (ou público), verbal e não-verbal, do nativo, e o contexto (ou ambiente), compondo evidências via dados sensíveis³⁴. O linguista então observa o comportamento do nativo, inclusive as

³⁴ Diz Quine: “A recuperação da linguagem atual de um homem a partir de suas respostas atualmente observadas é a tarefa do linguista que, sem a ajuda de um intérprete, quer ingressar em traduzir uma linguagem

expressões proferidas por ele mediante a dinamicidade do fluxo experiencial. Em um dado instante aparece, no campo visual de ambos, um coelho correndo, e o nativo aponta e diz “*gavagai*”. Então o linguista supõe que poderá traduzir a expressão nativa “*gavagai*” por “coelho”, ou “branco” ou “animal”, dentre outras possibilidades:

Na prática, claro, a expectativa natural de que o nativo terá uma expressão curta para “coelho” conta de forma açambradora. O linguista escuta a “*gavagai*” uma vez, numa situação na qual um coelho parece ser o objeto de interesse. Ele então tentará “*gavagai*” para assentir ou dissentir em um par de situações concebidas para eliminar “branco” e “animal” como traduções alternativas e vai decidir-se por “coelho” (...) embora sempre disposto a descobrir, por meio de alguma experiência inesperada, que uma revisão é exigida. (QUINE, 2010, p.67).

Para confirmar sua hipótese, ele precisa compreender como o nativo demonstra assentimento e dissentimento.

A descoberta dos sinais comportamentais de assentimento e dissentimento é crucial para que o linguista leve a cabo sua empreitada, pois a partir desse momento poderá assumir um papel ativo em sua investigação. Assim, o linguista aponta para o coelho e diz: “*gavagai*”? Ao que o nativo responde: “*evet*”. O linguista aponta para outro animal e diz: “*gavagai*”? E o nativo responde: “*yok*”. Depois aponta para seres e objetos brancos e diz: “*gavagai*”? E o nativo responde: “*yok*”. O procedimento se repete até que o linguista supõe que “*evet*” é assentimento (ou sim) e “*yok*” é dissentimento (ou não); desta maneira, ele consegue eliminar as traduções “animal” e “branco” para “*gavagai*” supondo que a tradução para a proferição “*gavagai*” é realmente “coelho”.

De posse desses dados o linguista conjectura então que “*evet*” pode corresponder ao nosso sim, enquanto “*yok*” ao nosso não. Ao mesmo tempo, corrobora a sua correlação “*gavagai*”- “coelho”. (...) O que se deve notar é que não há algo como uma fórmula única e segura que leve ao acerto da detecção dos sinais de assentimento e dissentimento, mesmo que o procedimento descrito acima se tenha revelado um bom método de adivinhação. (NASCIMENTO, 2008, p. 51).

ainda desconhecida. Todos os dados objetivos que ele tem para iniciar são as forças que ele vê atingir as superfícies do nativo e o comportamento observável, vocal ou não, do nativo”. (QUINE, 2010, p.52)

Ou seja, tudo com que o linguista pode contar, na tradução radical, é o comportamento do nativo mediante o fluxo experiencial.

Crítica à concepção semântica mentalista e à noção de fixação de significados por estímulos

Se tomarmos a concepção semântica mentalista do significado temos a seguinte explicação: aquelas sensações, determinadas por certas afecções, constituem uma ideia específica, portadora de significado, a qual o linguista nomeia pelo significante “coelho” e o nativo pelo significante “*gavagai*”. Embora os significantes sejam diferentes, a ideia (e o significado) são iguais e está lastreado pela mesmíssima ideia presente na mente de ambos: tanto do linguista quanto do nativo. Assim, “coelho” e “*gavagai*” são duas palavras supostamente correferenciais. Desse modo, na concepção mentalista:

A semântica não crítica é o mito de um museu no qual as coisas expostas são significados e as palavras são etiquetas. Mudar as linguagens é mudar as etiquetas. (...) A semântica é viciada por um mentalismo pernicioso enquanto considerarmos a semântica de um homem como de algum modo determinada em sua mente além do que poderia estar implícito em suas disposições a um comportamento aberto. (QUINE, 1969b, p.139)

Ou seja, na concepção mentalista de significado linguístico, as palavras seriam espécies de etiquetas que se colariam às ideias - as verdadeiras portadoras de significado - que estariam determinadas e fixadas nas mentes das pessoas. Isso possibilitaria uma tradução determinada, cujo parâmetro seriam essas ideias fixas. No caso do empirismo lógico, o significado estaria nas proposições protocolares que poderiam ser traduzidas de uma linguagem para outra, também de maneira determinada. Em ambos os casos as referências são absolutas: os “dados”. Eles geram as afecções e conseqüentemente as ideias (em Hume) ou as proposições protocolares (em Carnap).

Mas, como vemos, Quine critica essas propostas denominando-as de “mito do museu”. Os significados, segundo Quine, na verdade não estão nas ideias, e nem nas proposições protocolares, mas no comportamento linguístico de determinada comunidade falante, que expressa um certo esquema conceitual por meio do seu comportamento aberto: “Aquilo em que o naturalista insiste é que, mesmo nas partes complexas e obscuras do aprendizado da

linguagem, o aprendiz não tem dado algum com que trabalhar a não ser o comportamento aberto de outros locutores” (QUINE, 1969b, p.140). Outro motivo da crítica à semântica mentalista é que o linguista não tem um acesso direto à mente do nativo para verificar se a ideia que está nas duas mentes são realmente idênticas. Poder-se-ia resolver esse problema se, ao invés de falarmos em ideias, falássemos somente de estímulos, pois é algo mais empírico. Mas Quine rejeita essa proposta também.

No caso específico da situação descrita (um coelho no campo visual de ambos), há um estímulo das sensações (da visão). Em seguida, há um comportamento não-verbal em resposta a esse estímulo, o de apontar para a fonte do estímulo, e um subsequente comportamento verbal: um proferimento, a partir do qual forma-se uma “sentença observacional”; poder-se-ia dizer que o verdadeiro portador de significado nesse caso é então o estímulo presente, em vez de ser a ideia que esse estímulo gera ou a sentença protocolar que é constituída a partir dele. Por isso, Quine denomina essa possibilidade de *significado-de-estímulo* (QUINE, 2010, p.58). Esse proferimento do nativo (“gavagai”) é então traduzido holofrasticamente³⁵ por “coelho”, constituindo uma sentença de observação. A possível correferência entre “coelho” e “gavagai” agora é estabelecida a partir dos estímulos e não da ideia. Além disso, “coelho” e “gavagai” possuem o mesmo referente: os estímulos. Mas, Quine nos faz notar que, se o linguista e o nativo não partilham dos mesmos receptores... Então, como dizer que eles partilham uma mesma estimulação?

A conclusão que Quine chega é que realmente não podem. Tendo cada falante seu próprio aparato neurológico, seus próprios receptores sensoriais, não há como nem porque supor mesmidade ou semelhança entre significados-de-estímulos de diferentes falantes. (NASCIMENTO, 2008, p. 55).

Além disso, Quine apresenta um segundo argumento contra a fixação dos significados por estímulos: a contaminação por informação colateral.

O conhecimento prévio que os falantes possuem pode influenciar no estabelecimento do significado por estímulos. Vejamos um exemplo. Quine pede que imaginemos que na região onde habita o nativo exista um tipo de mosca que é visto costumeiramente ao lado de coelhos. Os que conhecem essa informação, tal como o nativo, podem assentir a “gavagai”

³⁵ Diz-se holofrástico um termo que sintetiza uma sentença. Assim, "gavagai" pode ser traduzida pelo linguista como sendo uma frase completa, no caso uma sentença de observação: “coelho.”.

apenas por avistar tais moscas, rodeando um arbusto, onde efetivamente encontra-se escondido um coelho. Já o linguista, que não conhece tal relação, não assentiria “coelho” a partir desses mesmos estímulos.

Isto posto, podemos dizer que as estimulações que levam o nativo a assentir “gavagai” não são necessariamente as mesmas estimulações que leva o linguista a assentir “coelho”. Assim, os portadores de significados não podem ser os estímulos, pois um mesmo evento desencadeador de estímulos pode ter significados diferentes. Sendo assim, há a possibilidade de “contaminação” dos significados-de-estímulos por informação colateral. “O fato de que uma diferença na informação disponível para o falante no momento do assentimento ou proferição pode influenciar decisivamente o mesmo (e, conseqüentemente, o que entra no seu significado-de-estímulo).”(NASCIMENTO, 2008, p. 81). Conclui-se que os estímulos não podem ser portadores fixos de significados, pois os significados podem variar em função do conhecimento de fundo que os observadores possuem, mesmo quando são afetados por um mesmo estímulo.

Antes de prosseguirmos no nosso estudo vamos “abrir um parenteses” aqui: diante o exposto até o presente momento podemos dizer que Quine rejeita a possibilidade de fixação dos significados, seja a partir de ideias, de sentenças protocolares ou dos estímulos. Essa informação é muito importante para os próximos passos do nosso estudo, em especial para as discussões que serão estabelecidas no Capítulo 3 em torno do problema da tradução. Davidson e Kuhn discutiram sobre a possibilidade da inter-tradução dos esquemas conceituais. E essa discussão tem origem aqui. Observe bem as consequências do que Quine está defendendo até agora: se não temos um parâmetro fixo, que seja a unidade portadora de significado (estímulos sensoriais, ideias ou proposições protocolares) não poderemos ter um parâmetro fixo, neutro e absoluto que permita uma tradução perfeita e determinada de uma língua (ou de um esquema conceitual) para outro. Daí ser importante a sua crítica denominada “mito do museu”, para os estudos sobre a tradução, conforme apresentaremos adiante.

Desde de já vamos deixar claro qual é a posição de Quine, e ao longo do presente capítulo iremos fundamentando-a: os significados estão ligados a um determinado esquema conceitual; e este sistema não se encontra hipostasiado em algum lugar extralinguístico, mas antes é expresso pelo comportamento aberto (verbal e não verbal) de uma determinada comunidade sociolinguística, em uma base pública de evidência:

Significados são, em primeiro lugar e antes de tudo, significados da linguagem. A linguagem é uma arte social que nós todos adquirimos, tendo como única evidência o comportamento aberto de outras pessoas em circunstâncias publicamente reconhecíveis. (QUINE, 1969b, p.139).

Daí o motivo do filósofo direcionar suas reflexões para o experimento de “tradução radical” e para o aprendizado infantil da linguagem. Como a unidade significativa é o esquema conceitual e como cada esquema conceitual é único, então não pode haver uma tradução perfeita, seja de termos ou sentenças, na passagem para outro esquema conceitual. Embora possamos utilizar recursos (tais como o manual de tradução e as hipóteses analíticas, conforme mostraremos adiante) que permitam a tradução ela sempre será indeterminada. Isso ficará mais claro até o final do Capítulo 2. Podemos “fechar o parênteses” e retomar o nosso estudo, voltando ao ponto em que paramos: crítica à fixação dos significados por estímulo.

2.1.2.1- Holismo e a determinação das referências, indeterminação da tradução e inescrutabilidade da referência

O holismo e a determinação das referências.

Outro fato interessante a se observar no argumento da *contaminação por informação colateral* contra a noção de fixação dos significados por estímulos, é que ele nos leva novamente à tese do holismo:

A contaminação por informação colateral, mesmo das sentenças de observação, pode ser usada como um importante argumento, embora preliminar, a favor do holismo. De fato, o argumento que toma mesmo as sentenças de observação como “contaminadas” implica que nem mesmo elas disporiam de um conteúdo empírico isolado, tendo sua proferição ou assentimento se mostrando dependentes de uma mais intrincada rede de relações semânticas por parte dos falantes. (NASCIMENTO, 2008, p. 91).

Portanto, o significado de uma sentença, mesmo a que é proveniente de uma observação empírica, não pode ser obtido de forma isolada. É preciso contar com todo o sistema de conhecimentos.

Além disso, o linguista não poderá afirmar que “*gavagai*” poderá ser traduzido exatamente por “coelho”, pois outras possibilidades também são plausíveis, tais como “partes não destacadas de coelho”, “estágios de coelhos” e “coelhidade”, por exemplo. Isso ocorre porque a evidência pública pode ser assimilada de diferentes formas se considerarmos apenas um proferimento isolado mediante um conjunto de estimulações: “Aponte a um coelho e você apontou a um estágio de coelho, a uma parte integral de coelho, à fusão de coelho, e onde a coelhidade se manifesta”. (QUINE, 2010, p.81). Isso implica que a tradução holofrástica da sentença observacional “*gavagai*”, se for realizada isoladamente, isto é, sem levar em consideração o esquema conceitual do nativo, com o seu respectivo aparato de individuação inerente, não pode ser precisa, mas antes é indeterminada, pois como vimos “*gavagai*” pode se referir a: i) um termo geral concreto (coelho); ii) a um termo singular abstrato (coelhidade); iii) ou a um termo singular concreto (um coelho específico), entre outras possibilidades. Portanto, o recorte material-espaco-temporal apontado pelo nativo é algo de referência dividida, relativa e não se refere a um “dado” absoluto. Como tal, ele não pode ser individualizado e acessado sem que se domine seu princípio de individuação. Ou seja, “é preciso ir além da tradução meramente holofrástica e contar com o aparato de individuação da linguagem, aparato a partir do qual possamos decidir sobre questões de identidade e diversidade” (NASCIMENTO, 2008, p.55).

O aparato de individuação deve ser considerado em sua totalidade, sobretudo porque a maioria dos termos e sentenças do esquema linguístico não são observacionais, mas puramente teóricas, isto é, só ganham significado quando consideramos o esquema conceitual em sua totalidade. É o que nos diz Quine:

Se, com Duhem, reconhecemos que as sentenças teóricas possuem evidência não enquanto sentenças isoladas, mas só enquanto grandes blocos de teoria, então o caráter indeterminado da tradução de sentenças teóricas será a conclusão natural. E, excluindo as sentenças observacionais, a maioria das sentenças são teóricas. (QUINE, 1969c, p.169).

O esquema conceitual forma uma rede holística composta de termos, enunciados e sentenças que estabelecem relações recíprocas e coerentes entre si, formando uma verdadeira “teia de aranha”. No centro dessa “teia” estão os enunciados teóricos; já as sentenças observacionais fazem parte de sua periferia. Essas sentenças observacionais estão em contato direto com as estimulações sensíveis que “reverberam” por todo o tecido do esquema conceitual:

Uma estimulação somente acionará nosso veredito sobre um enunciado porque o enunciado é uma fibra na rede verbal de alguma teoria complexa de que outras fibras estão mais diretamente condicionadas àquela estimulação. A maioria de nossos enunciados correspondem assim a reverberações através do tecido de associações intralingüísticas, mesmo quando também condicionados diretamente, em algum grau, a estímulos extralingüísticos. Enunciados altamente teóricos são enunciados cuja conexão com a estimulação extralingüística consiste de modo praticamente exclusivo nas reverberações através do tecido. (QUINE, 1969a, p.131)

Portanto, os significados emergem a partir do sistema considerado de maneira totalizante, e não de sentenças individuais. Por isso, conforme vimos na subseção anterior, não é possível destacar uma sentença (seja ela analítica ou sintética) desse sistema, pois tudo está relacionado, interligado e interdependente. Somasse a isso que não há um esquema conceitual absoluto, mas ele varia entre as comunidades falantes:

Se os significados são agora tributários do corpo de sentenças enquanto rede, e se essa rede é parcialmente variável de comunidade falante para comunidade falante (...) cai, portanto, a noção de “proposição” enquanto significado das sentenças, que se preservaria nas boas traduções de uma linguagem a outra. (NASCIMENTO, 2008, p. 87).

Em suma, como cada esquema conceitual é único e os significados são constituídos a partir das conexões dos termos e sentenças não há a manutenção deles na passagem de um sistema para outro. Assim, em Quine, não há que se falar em uma tradução determinada.

Uso das hipóteses analíticas e a tese da indeterminação da tradução

Porém pode-se constituir um manual de tradução descrevendo o uso do termo em tradução, em determinados contextos, para que se mantenha o significado original desejado³⁶. Mas e os termos que apenas exercem funções sintáticas e independem de contextos reais? A tese da indeterminação da tradução alcança uma maior repercussão quando consideramos que a maior parte dos termos e sentenças de uma determinada língua não encontra correspondências empíricas, mas são puramente teóricos. Ou seja, as chamadas “sentenças observacionais”, geradas a partir da presença de objetos físicos, que já não possuem uma tradução determinada, como vimos no caso “gavagai”, representam apenas uma pequena parcela de um esquema conceitual. A tradução das sentenças e termos não-observacionais é o problema maior. No momento em que o linguista precisa dar conta de traduzir determinados termos, que exercem funções importantes na comunicação e não possui uma evidência empírica que lhe dê suporte, o linguista necessita decidir como individualizá-los, nesse momento a tese da indeterminação da tradução ganha força, pois ele tem que recorrer às hipóteses analíticas³⁷ e mais de um conjunto delas é capaz de dar conta das mesmas disposições discursivas dos nativos, podendo mesmo produzir traduções totalmente incompatíveis entre si. Sobre isso diz Quine:

Não pode haver dúvidas de que sistemas rivais de hipóteses analíticas podem se ajustar perfeitamente à totalidade de comportamento verbal, e ainda assim especificar traduções mutuamente incompatíveis de inúmeras frases insuscetíveis de controle independente. (QUINE, 2010, p.105).

Ou seja, é a adoção de um certo conjunto de hipóteses analíticas (associadas a definições do manual de tradução) que irá permitir ao linguista ultrapassar a tradução holofrástica e traduzir blocos maiores de proferições, instituindo o significado dos termos. Somente aí ele decidirá entre “coelho”, “coelhidade”, ou “partes não destacadas de coelho” como a tradução correta para “gavagai”, para citar novamente o exemplo padrão. Ressalta-se que, embora o uso de hipóteses analíticas seja um imperativo para que a tradução se complete, não existe uma única

³⁶ Essa possibilidade será questionada por Kuhn, conforme mostraremos no próximo capítulo.

³⁷ Hipóteses analíticas são equivalências hipotéticas entre palavras ou expressões nativas e termos ou frases da língua do linguista as quais desempenham funções tais como: artigos, preposições, quantificadores (plural ou singular), diversificadores e ainda de predicado de identidade. Diz Quine: “ele desenvolve um sistema para traduzir contextualmente no idioma nativo nossas pluralizações, pronomes, numerais, identidade e expedientes relacionados (...). [O] que eu chamo de *hipóteses analíticas*”. (QUINE, 1969b, p.142).

forma de se fazer isso. Neste sentido é possível a coexistência de sistemas rivais de hipóteses analíticas e a consequente possibilidade de traduções mutuamente incompatíveis. Ou seja, a tradução é possível, mas indeterminada.

Hipóteses analíticas e a “tradução contaminada”

O estabelecimento de determinadas hipóteses analíticas projetaram no esquema conceitual nativo o aparato de individuação do linguista, impondo um certo padrão de tradução e acomodando na língua nativa elementos de seu próprio aparato linguístico. Portanto, o manual de tradução tem a linguagem materna como pano de fundo, servindo como um sistema de coordenadas capaz de fixar as referências. Mais uma vez vislumbramos um ataque à concepção da referência absoluta e da tradução determinada. Nascimento nos esclarece melhor esse ponto:

Ora, mas se a determinação da referência de termos da língua nativa passa agora a depender do manual de tradução escolhido, com seu respectivo conjunto de hipóteses analíticas e aparato de individuação, então temos que só faz sentido falar em referência (de termos de uma língua nativa) relativamente a um manual de tradução, no qual o autor imputa necessariamente seu próprio padrão referencial às expressões da língua que se pretende traduzir. Mas se é assim, isso significa que não podemos mais dizer, de modo absoluto, de que objetos falam os nativos. Ou seja, ao dizer de que objetos falam os nativos, não estamos mais do que dizendo como propomos traduzir suas proferições, por nós segmentadas, nos nossos termos. (NASCIMENTO, 2008, pp.66-67).

Sendo assim, ao estabelecer uma equivalência entre certos termos e proferições da língua nativa com palavras ou expressões puramente teóricas existentes em sua língua materna, atribuindo-lhes assim uma função correspondente (previamente existente apenas em sua própria língua) de maneira impositiva, o linguista está dando instruções sobre como se individuar os termos da língua nativa, a partir do seu próprio esquema conceitual. Falamos então, além da indeterminação da tradução, em uma “contaminação da tradução” a partir do esquema conceitual do nativo pelo do linguista. Ou seja, como não há exílio cósmico, o linguista está projetando o seu próprio aparato de individuação e de constituição de referências, na língua nativa, ou como diz Nascimento o método das hipóteses analíticas

juntamente com o manual de tradução faz o linguista “catapultar a si mesmo na língua nativa” (NASCIMENTO, 2008, p.59). Assim a tradução é possível, mas indeterminada e “contaminada”.

Os problemas incontornáveis durante o processo de tradução

Até aqui, apresentamos três problemas incontornáveis durante o processo de tradução: 1º) não existem unidades independentes (ideias, estímulos, proposições protocolares) que sejam individualmente portadoras de significado e nem referências fixas e absolutas (“em algum museu”) capazes de servirem como parâmetro que garanta a determinação da tradução; 2º) no caso da tradução radical, a unidade significativa é dada pelo esquema conceitual materno e o linguista não consegue se desvencilhar dele na hora da tradução (pois “não há exílio cósmico”) e, por isso mesmo, acaba por projetá-lo no esquema conceitual do nativo “contaminando-o”, de modo que, como não existe apenas uma maneira de se fazer isso, a tradução é indeterminada e contaminada; 3º) Os esquemas conceituais são diferentes e as referências só são estabelecidas a partir da adoção de algum deles. Temos duas teses quineanas decorrentes desse último ponto: a inescrutabilidade da referência e a relatividade ontológica. Vejamos um pouco mais aprofundadamente esse último ponto, e essas duas teses, pois elas são essenciais para o nosso estudo.

A Inescrutabilidade da referência

Ao experienciarmos uma porção da multiplicidade dos dados sensíveis, sem recorrer ao aparato individualizador da linguagem, não sabemos qual é a referência. Esse é um dos pontos que Quine procura destacar com o seu recorrente exemplo do experimento de tradução radical. Ou seja, quando o nativo aponta para uma porção material-espaco-temporal e diz “*gavagai*”, filosoficamente falando, não sabemos se ele se refere a coelho ou a alguma parte não destacada de coelho ou a fases de coelho:

Se se toma a porção dispersa total do mundo espaco-temporal que é constituída de coelhos e aquela que é constituída de partes não destacadas de coelhos e aquela que é constituída de fases de coelhos, obtém-se, cada uma das três vezes, a mesma

porção dispersa do mundo. A única diferença está em como ela é repartida. E como reparti-la é o que a ostensão ou o simples condicionamento, ainda que persistentemente repetido, não podem ensinar. (QUINE, 1969b, p.142).

Ou seja, os meros dados sensíveis, selecionados via ostensão, sem o esquema conceitual que o conforme e promova a individuação dos objetos e eventos, são incompreensíveis, ou, segundo Quine, são inescrutáveis.

Esse caso mais emblemático da inescrutabilidade da referência, conforme apresentado na tradução radical, se dá mediante a ostensão direta³⁸. Mas há ainda um segundo caso possível, interno a uma mesma comunidade falante: o da ostensão diferida. Esse tipo de ostensão ocorre quando se aponta para um “objeto A”, mas querendo se referir a um outro “objeto B”. Quine assim define: “Ela ocorre quando apontamos para o medidor e não para a gasolina, para mostrar que há gasolina. Ela ocorre também quando explicamos o termo singular abstrato verde ou alfa, apontando para a grama ou para uma inscrição grega” (QUINE, 1969b, p.146). Sendo assim, no caso de ostensão diferida, o apontar e proferir, não determina a referência de uma forma direta. Seguindo o exemplo proposto, alguém pode apontar para a grama e dizer “verde”, querendo referir-se à cor da grama (uso geral concreto) ou referir-se a cor verde em si (uso singular abstrato). Nesse caso, para precisar a referência, é necessário contar com mais informações; e para isso é preciso que recorramos ao aparato individualizador da linguagem: “Mediante um apelo a nosso aparato de individuação, se ele está disponível, podemos distinguir entre o uso geral concreto e o uso singular abstrato” (QUINE, 1969b, p.146). Logo, a tese da inescrutabilidade da referência estende-se para dentro da comunidade linguística materna, se utilizarmos apenas termos e não o esquema conceitual holisticamente, com o seu respectivo aparato de individuação.

No caso do experimento que Quine nos propõe, o linguista não pode saber exatamente o que significa a expressão “gavagai” e nem a que ela se refere precisamente, sem antes ter o domínio completo do esquema conceitual nativo. Também, no caso da ostensão diferida, mesmo utilizando a língua materna, temos uma inescrutabilidade da referência. Esses dois casos demonstram que os dados sensíveis não são assimilados de uma maneira única, mas antes dependem do esquema conceitual utilizado. Sem ele, com seu respectivo aparato de

³⁸ O ponto ostendido: “é o ponto onde a linha do dedo que aponta encontra primeiro uma superfície opaca. O que caracteriza a ostensão direta, então, é que o termo que está sendo ostensivamente explicado é verdadeiro de algo que contém o ponto ostendido” (QUINE, 1969b, p.146).

individação, a referência se mostra inescrutável. Isto posto, Quine sustenta a inescrutabilidade da referência utilizando-se tanto do experimento de tradução radical quanto do caso de ostensão diferida:

Insisti primeiramente na inescrutabilidade da referência com o auxílio de exemplos como o dos coelhos e partes de coelho. Esses exemplos usavam ostensão direta e a inescrutabilidade da referência dependia da indeterminação da tradução da identidade e de outros aparatos individualizadores. O cenário desses exemplos era, por conseguinte, a tradução radical: tradução a partir de uma linguagem remota à base de evidência comportamental, sem o auxílio de dicionários anteriores. Movendo-nos então para a ostensão diferida e os objetos abstratos, encontramos uma certa obscuridade de referência a permear a própria linguagem doméstica. (QUINE, 1969b, p.149).

Nesses dois casos, sem o aparato de individuação, “a própria referência fica inescrutável” (QUINE, 1969b, p.144).

Concluimos que tanto a constituição da intensão (significado) quanto da extensão (referência) dependem do esquema conceitual, este sendo considerado holisticamente. Ou seja, não só o significado, mas a referência também é indeterminada sem a utilização do esquema conceitual. Diz Quine:

Entretanto, a indeterminação de tradução com que nos confrontamos agora se entrecruza de modo semelhante com extensão e intensão. Os termos *coelho*, parte não *destacada de coelho* e *fase de coelho* diferem não apenas em significados; eles são verdadeiros de coisas diferentes. A própria referência se mostra inescrutável. (QUINE, 1969b, p.144).

Assim, a tese da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência andam de mãos dadas; e se conectam intimamente com a tese do holismo. Saberemos se “gavagai” se refere a *coelho*, *parte não destacada de coelho* ou a uma *fase de coelho* somente depois que conhecermos holisticamente o aparato linguístico individualizador e utilizá-lo. Podemos dizer, então, que não só aspectos semânticos são dependentes do esquema conceitual, mas também aspectos ontológicos, pois “a referência é sem sentido exceto em relação a um sistema coordenado” (QUINE, 1969b, p.151). Nesse sentido, diz Teixeira:

O elemento mais importante revelado aqui diz respeito a questões ontológicas. Quine percebe que cada uma das três versões (que podem não ser as únicas possíveis, inclusive) apresenta um determinado recorte ontológico. Como cada cultura divide os objetos no mundo, que partes ou aspectos estão envolvidos ou são destacados na estimulação diante dos sentidos, este aspecto essencial, insiste Quine, não pode ser garantido por mera visualização de um suposto mesmo objeto ou ser. (TEIXEIRA, 2012, p. 33)

Portanto, a referência surgirá, de maneira precisa, somente quando se lançar sobre a multiplicidade dos dados sensíveis o aparato linguístico-comportamental de individuação, que promoverá um determinado recorte, fazendo que surja a referência. “Apenas relativamente a esse aparato referencial, que funciona como uma espécie de sistema de coordenadas, nós poderemos dizer significativamente que nos referimos a coelho e não a coelhidade” (NASCIMENTO, 2008, p. 76). Segue-se que um dos principais objetivos de Quine, com o experimento hipotético da tradução radical, é investigar como se dá a “objetificação” e os possíveis contrastes entre diferentes padrões de objetificação provenientes de esquemas conceituais diferentes.

Podemos resumir o que apresentamos sobre a tese da inescrutabilidade da referência da seguinte forma: os dados sensíveis **não** são objetificados segundo um determinado padrão universal de estruturação (seja formando ideias, ou sensações ou proposições protocolares) de uma maneira neutra, por um sistema sensorio-cognitivo ou neurológico comum. Falar no estabelecimento da referência só faz sentido em relação a um esquema conceitual constituído. Da mesma forma que em física clássica não se fala em posição absoluta ou em uma velocidade absoluta, mas tudo é estabelecido mediante a um sistema referencial. “Indagar pela referência de algum modo mais absoluto seria como perguntar pela posição absoluta, ou pela velocidade absoluta, antes que pela posição ou velocidade relativa a um quadro de referência dado” (QUINE, 1969b, p.151).

Concluimos que Quine abdica-se, em contraposição às teorias apresentadas no Capítulo 1, da tentativa de constituir um esquema conceitual único e que reflita uma ontologia absoluta, constituídas por referências fixas, mas ao contrário: a multiplicidade da sensibilidade, dada no fluxo experiencial, é condicionada pelo aparato linguístico. Nesse processo individualizam-se objetos, eventos, seres, etc. constituindo-se uma certa ontologia.

Outrossim, como o esquema conceitual varia de uma comunidade linguística para outra, temos a relatividade ontológica. Com as teses do holismo semântico, da indeterminação da tradução, da inescrutabilidade da referência e do relativismo ontológico, Quine lança luz sobre a importância do esquema conceitual na constituição do significado e da referência. A referência é estabelecida somente em função de um “sistema de coordenadas”:

Essa rede de termos e predicados e expedientes auxiliares é, no jargão da relatividade, nosso quadro de referência, ou sistema coordenado. Com relação a ele podemos falar e falamos significativa e distintivamente de coelhos e partes, números e fórmulas. (QUINE, 1969b, p.151).

Concluimos que, segundo Quine, não há significados ou referências fixas, independentemente de um sistema linguístico, e nem uma ontologia absoluta, mas tudo é relativo a um determinado esquema conceitual.

Aprendizado da linguagem, behaviorismo e a constituição da referência e do significado

Portanto, ao negar a fixação dos significados e das referências por maneiras extralinguísticas, tal como propõem as concepções do mentalismo e do empirismo lógico, surge como consequência, na teoria quineana, as teses da indeterminação da tradução (ela é indeterminada e contaminada) e da inescrutabilidade da referência. Outra consequência, a qual trabalharemos a partir de agora, é que os significados, além de serem estabelecidos em um sistema holístico (a partir das interconexões no interior do esquema conceitual) se vinculam ao comportamento aberto (verbal e não verbal) dos falantes:

Quando nos voltamos assim, com Dewey, para um modo naturalista de ver a linguagem, aquilo a que renunciamos não é somente a imagem do discurso como museu. Renunciamos a uma garantia de determinação. Vistas conforme ao mito do museu, as palavras e sentenças de uma linguagem têm seus significados determinados. Para descobrir os significados das palavras do nativo, podemos ter de observar seu comportamento, mas, ainda assim, supõe-se que os significados das palavras estão determinados na mente do nativo, em seu museu mental, mesmo em casos nos quais critérios comportamentais são impotentes para descobri-los para nós.

Quando, por outro lado, reconhecemos com Dewey que "o significado ... é, primariamente, uma propriedade do comportamento", reconhecemos que não há significado algum, nem semelhança nem distinção de significado, além dos que estão implícitos nas disposições das pessoas ao comportamento aberto (QUINE, 1969b, p.140).

Portanto, os significados são intrínsecos ao esquema conceitual, que é expresso no comportamento aberto dos membros de determinada comunidade falante.

Esse é um outro ponto que o experimento de tradução radical procura destacar: a relevância do comportamento para a constituição do significado e da referência. Seguindo as tendências do behaviorismo, diz Quine: “Dewey foi explícito sobre esse ponto: ‘O significado... não é uma existência psíquica; é, primeiramente, uma propriedade do comportamento’” (QUINE, 1969b p.139). O estudo do comportamento (verbal e não verbal) como elemento de constituição semântica é realizado não só no experimento de tradução radical, mas também na investigação do aprendizado infantil da linguagem. Vejamos.

Quando o ser humano é um recém nascido, ele contempla o fluxo experiencial de forma totalizante, e não há diferenciação de objetos. Com o passar do tempo, a criança começa a se apropriar do esquema conceitual dos adultos de sua cultura. O processo de aprendizado da linguagem se dá a partir das estimulações físicas em suas terminações nervosas, nos órgãos dos sentidos (pele, língua, olhos, nariz e ouvido), associada, simultaneamente ao comportamento (verbal e não verbal) dos adultos de seu convívio, que *reforçam* os acertos e *corrigem* os erros e, com isso, vai se adestrando o comportamento linguístico da criança: “cada um de tais termos foi aprendido por um processo de reforço e extinção, mediante o qual o domínio espaço-temporal de aplicação do termo foi gradualmente completado” (QUINE, 1969a, p.129). Esses eventos simultâneos, fazem com que a criança se aproprie do aparato de individuação (esquema conceitual) de sua comunidade linguística, podendo então estabelecer uma correspondência entre a esfera linguística e a esfera ontológica, ou seja, ela começa a falar de objetos. Assim, tanto a parte fonética, quanto a semântica da linguagem, são tributárias do convívio social, e não de ideias fixas: “Cada um de nós, enquanto aprende sua linguagem é um estudioso do comportamento de seu vizinho; e, inversamente, na medida em que suas tentativas são aprovadas ou corrigidas, é um sujeito do estudo comportamental feito pelo vizinho” (QUINE, 1969b, p.140).

Quando a criança aprende a utilizar-se dos recursos linguísticos (fonéticos e semânticos) intrínsecos àquela comunidade falante, ela consegue falar dos objetos mesmo sem estar na presença deles. Antes do domínio do aparato individualizador (esquema conceitual) da sua cultura, a criança apenas imita o comportamento dos adultos:

Como podemos dizer um dia, então, se a criança pegou realmente o truque da individuação? Somente induzindo-a ao discurso sofisticado de aquela maçã, não aquela maçã, uma maçã, mesma maçã, uma outra maçã, essas maçãs. É somente nesse nível que emerge uma diferença palpável entre o uso genuinamente individualizador e as imitações há pouco imaginadas. (...) Esse é um passo importante na aquisição do esquema conceitual que todos conhecemos tão bem. Pois é ao completar-se esse passo e somente então que pode haver algum discurso geral sobre objetos como tais. (QUINE, 1969a, pp.127-128).

Assim, os membros de uma determinada comunidade linguística só começam a referir-se a coisas no mundo após aprenderem a utilizar um esquema conceitual. A partir desse momento forma-se um determinado padrão de realidade, condicionado por aquele. Estudando o aprendizado infantil da linguagem, Quine está investigando também a gênese da referência.

A criança vai sendo condicionada, a partir do adestramento comportamental, a submeter-se a um enquadramento que permita a comunicação intersubjetiva tendo por base aquele esquema conceitual, expresso pelo comportamento. Nos termos de Teixeira (2012):

[Q]uando o falante está preparado para falar, sua linguagem não é um modelo solipsista que o encerra em um universo linguístico particular. Quando o falante atinge competência plena para falar, o enquadramento intersubjetivo já está em pleno funcionamento. Isso significa que o que cada falante é capaz de produzir através da linguagem se deve grandemente ao modelo linguístico da comunidade e da cultura que o formaram. (TEIXEIRA, 2012, p. 39).

Aprendemos os significados e a utilizar uma determinada língua observando o comportamento linguístico das pessoas (dos adultos, no caso da criança, ou do nativo, no caso do linguista), na presença do fluxo experiencial e procedendo a generalizações quanto a suas ocasiões de manifestação. Essa proposta de behaviorismo semântico, de acordo com a

interpretação de Nascimento, pretende eliminar a obscuridade da concepção mentalista de significado: “Em vez de ‘esconder-se’ atrás de significados mentais insondáveis, procura-se trabalhar com os (únicos) dados que temos realmente acesso: comportamento verbal e não-verbal”. (NASCIMENTO, 2008, p.90).

As teorias semânticas não críticas não tinham levado em consideração que o processo de individuação dos objetos não ocorre de uma maneira única e igual para todas as comunidades linguística, mas possuem suas especificidades. Essas especificidades estão vinculadas ao comportamento adestrado no processo de aprendizado da linguagem.

Uma criança aprende suas primeiras palavras e sentenças ouvindo-as e empregando-as na presença de estímulos apropriados. Esses estímulos devem ser externos, pois devem atuar tanto sobre a criança como sobre o locutor com quem ela está aprendendo. A linguagem é socialmente inculcada e controlada. (QUINE, 1969c, p.169).

É, segundo Quine, a partir desse processo que o(a) falante, pertencente a uma comunidade linguística, se apropria de um determinado esquema conceitual, aprende a utilizar a linguagem e a promover recortes específicos na multiplicidade dos dados sensíveis (individuação de objetos e eventos) e a falar de objetos.

Conclui-se que a tradução radical e o aprendizado infantil da linguagem são processos que elucidam os mesmos elementos relevantes para a nossa pesquisa: o significado e a referência estão associados ao comportamento linguístico que expressa um determinado esquema conceitual; e como cada um desses esquemas são únicos, não é de se admirar que haja uma indeterminação quando se tenta traduzi-los:

O que foi dito a respeito da aprendizagem infantil aplica-se igualmente ao linguista que faz uma aprendizagem de campo de uma nova língua. Se o linguista não se apóia em línguas aparentadas para as quais há práticas de tradução previamente aceitas, então seus dados obviamente se resumem às concomitâncias de elocução nativa e à situação-estímulo observável. Não é de admirar que haja indeterminação da tradução. (QUINE, 1969c, p.170).

Portanto, o significado não é fixado a partir das proposições protocolares (concepção semântica do empirismo lógico), nem por estímulos que eles provocam (concepção semântica de significado-de-estímulos), e nem tampouco pelas ideias que os estímulos originam (concepção semântica mentalista), mas está relacionado ao comportamento aberto, na presença de determinados estímulos, que expressa um certo esquema conceitual. Por isso, a tradução não pode ser determinada e inequívoca, já que não existe um esquema conceitual absoluto, mas só pode ocorrer de maneira indeterminada.

2.1.3- Conclusão da Seção sobre Quine

Do experimento de pensamento intitulado *tradução radical* associada à proposta de holismo semântico, apresentamos as teses da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência. Elas apontam para um relativismo ontológico, isto é, para uma realidade (constituição da referência) dependente da linguagem. Além dessa parte propositiva, soma-se ao empreendimento teórico quineano aqui apresentado, as suas críticas aos dois dogmas do empirismo e às concepções semânticas dos mentalistas e do empirismo lógico, as quais ele denominou de “mito do museu”. Conceber um mundo objetivo e absoluto, com referências fixas e espelhado por um esquema conceitual padrão, como o buscado por Carnap em sua fase fundacionista, o qual possui divisões estanques entre sentenças analíticas e sintéticas, é fruto de uma atitude dogmática e não crítica. Ao contrário, a filosofia quineana aponta para uma realidade dependente dos esquemas conceituais. Metaforicamente, estamos dentro de um determinado “barco” pelo qual navegamos pela imensidão. Esse barco é o esquema conceitual que utilizamos para individualizar os dados sensíveis e até os “objetos abstratos” tais como os sentimentos, constituindo o nosso mundo, a nossa realidade: “A ontologia de objetos abstratos é parte do navio que, na imagem de Neurath, estamos reconstruindo no mar. Podemos rever o esquema, mas somente a favor de alguma explicação geral mais clara ou mais simples” (QUINE, 1969a, p.132). Ou seja, podemos até reformá-lo, mas jamais “navegaremos” sem ele. Isso significa que estamos “condenados” a enxergar, perceber (ou constituir) a realidade a partir do nosso esquema conceitual.

O estudo empreendido até aqui sugere que estamos "condenados" a enxergar a realidade a partir de um ponto de vista condicionado por um determinado esquema conceitual. Como esses esquemas conceituais podem ser muitos e não perfeitamente inter traduzíveis e,

além disso, como eles “criam” realidades (e ontologias) diferentes a partir de uma certa organização da multiplicidade dos dados sensíveis, segue-se a possibilidade de realidades diferentes e incomparáveis entre si. No Capítulo 3 veremos que essa é a compreensão de Donald Davidson da teoria quineana. Mas antes vejamos uma proposta semelhante à de Quine, a de Thomas Khun, que propõe que a realidade é condicionada por paradigmas e que, ao mudar um paradigma, muda-se também a realidade. No Capítulo 3 estudaremos como Davidson associa a teoria kuhniana à de Quine unificando-as e classificando-as como uma mesma espécie de dualismo: esquemas conceituais de um lado e dados sensíveis “esperando para serem organizados” de outro.

2.2- Kuhn

Nesta seção apresentaremos a tese do relativismo ontológico em Thomas Kuhn e como se dá a relação entre esquemas conceituais e realidade na visão desse outro filósofo estadunidense. Tentaremos reconstruir a teoria kuhniana, da mesma forma que fizemos com Quine, tendo como base a perspectiva de Davidson. Outrossim, investigaremos no presente momento apenas *A Estrutura das Revoluções Científicas*³⁹ (1998) e seu Posfácio, uma vez que “On the Very Idea of a Conceptual Scheme” foi publicado em 1973, portanto referindo-se somente às obras da década de 60. Para apresentar a tese kuhniana da relatividade ontológica adotaremos a seguinte estratégia: retornaremos brevemente ao problema do progresso do conhecimento científico e demonstraremos como Kuhn se contrapõe à tese do aperfeiçoamento contínuo da ciência, quer seja por aproximação da verdade (conforme o verificacionismo), quer seja pelo distanciamento da falsidade (conforme o falseacionismo). Demonstraremos como a proposta de rupturas, ocasionadas pelas revoluções científicas, com as consequentes substituições dos paradigmas, levam os cientistas a trabalharem em “realidades diferentes”, impedindo o progresso linear do conhecimento científico. Porém, o nosso foco principal é a investigação da tese do relativismo ontológico e sua premissa básica: a incomensurabilidade dos paradigmas. Isso é importante para a nossa Dissertação, pois é o estudo das críticas davidsonianas à tese da incomensurabilidade e as respostas de Kuhn às críticas de Davidson, o nosso principal foco no Capítulo 3.

³⁹ Doravante abreviada por *Estrutura*.

2.2.1 - A noção de paradigma e de revolução científica

Em sua obra *Estrutura* (1998), publicada no ano de 1962 (e complementada por alguns trabalhos a partir de ampla discussão que se seguiu a ela), o norte-americano Thomas S. Kuhn, lança luz sobre uma série de questões importantes em filosofia, sociologia e historiografia da ciência. Para nossos propósitos nos ateremos, mais aprofundadamente, no Capítulo 9, intitulado *As Revoluções Como Mudanças de Concepção de Mundo*. Neste capítulo, Kuhn defende que o advento de uma mudança de paradigma (uma revolução científica), pode ser comparado a uma mudança da própria realidade em que o cientista trabalha. Essa tese, sobre a relação entre paradigma e realidade, é polêmica e bastante discutida por seus comentadores. Mas, antes de tratarmos deste assunto, vejamos alguns conceitos importantes da filosofia kuhniana da década de 60, para que possamos entender a relação entre paradigma⁴⁰ e a realidade.

Um possível começo para investigarmos a relação entre esquemas conceituais e a realidade, bem como a tese da relatividade ontológica em Kuhn, é retomar a discussão acerca do progresso do conhecimento científico que estava em voga na segunda metade dos anos 60 do Século 20. Em torno desse assunto reuniram-se renomados pensadores em um colóquio internacional que aconteceu em Londres, no ano de 1965. As atas desse evento gerou um livro intitulado *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento* (1979), organizado por Lakatos e Musgrave. Nele, figuram como principais expoentes Karl Raimund Popper e Kuhn, seu antagonista. Popper (1993) pensou a questão do progresso do conhecimento científico diferente da abordagem tradicional, esposada pelo Círculo de Viena, que defendia um progresso por acúmulo de verdades verificadas expressas por um sistema linguístico unificado, conforme apresentamos no Capítulo 1. Entre os defensores dessa tese estava o filósofo Reichenbach⁴¹. Popper propôs que a ciência progride sim, mas não por acúmulo de

⁴⁰ O conceito de paradigma é análogo, na leitura de Davidson, a de um esquema conceitual pelo qual um cientista é condicionado a enxergar o mundo de determinada forma. Em seu posfácio de 1969 Kuhn discute o significado deste termo e apresenta dois sentidos principais: matriz disciplinar e exemplo compartilhado. Ao que tudo indica, Davidson faz sua leitura associando esquema conceitual à matriz disciplinar conforme apresentaremos adiante.

⁴¹ Segundo Popper, em *A Lógica da Pesquisa Científica* (1993), um dos integrantes do Círculo de Viena, Hans Reichenbach, defendia que por meio do princípio da indução poder-se-ia verificar a verdade ou mais precisamente os graus de probabilidade de verdade de uma teoria científica. Popper cita a seguinte passagem: “a inferência indutiva pode atingir em algum grau de confiabilidade ou probabilidade. Conforme essa doutrina, as inferências indutivas, apresentam-se como “inferências prováveis”. “Para nós”, diz Reichenbach, “o princípio da

verdades, mas por detecção de falsidades, e pela consequente evolução das teorias. Sua prescrição para a evolução do conhecimento científico, em um primeiro momento, ficou conhecido como falseacionismo⁴² e se contrapôs ao verificacionismo dos seus conterrâneos vienenses. Vale ressaltar que, embora teça críticas à visão tradicional de progresso do conhecimento científico (por acúmulo de verdades verificadas), Popper continuava a defender tal possibilidade, porém por uma outra via (evolução das teorias a partir da superação de suas fragilidades ou substituição por outras mais resistentes às provas).

No polo oposto do debate estava Kuhn. Para este físico e filósofo estadunidense, o conhecimento científico não progride de forma linear, quer seja pelo verificacionismo, quer seja pelo falseacionismo, mas se desenvolve⁴³ de forma cíclica. Mas como Kuhn pôde afirmar tal coisa? Ele acredita ter identificado as estruturas do desenvolvimento da ciência; e as rupturas revolucionárias, com suas consequentes mudanças de paradigmas, são intrínsecas a esse processo.

De acordo com Kuhn, o ciclo do conhecimento científico pode ser dividido em quatro fases, a saber: 1) pré-ciência (período pré-paradigmático), 2) ciência normal (ou período paradigmático, onde há “acúmulo” de conhecimento científico por meio de teorias e práticas experimentais regidas pelo paradigma vigente); 3) surgimento de anomalias com constante fracasso em resolvê-las e de uma consequente crise, em que resultados experimentais não são explicados pelo paradigma vigente (período de crise paradigmática); e 4) revolução científica,

indução é o meio pelo qual a ciência decide acerca da verdade. Mais precisamente deveríamos dizer que ele serve para decidir acerca da probabilidade” (POPPER, 1993, p.30). Popper, contrariamente a essa ideia, propõe que a ciência não pode verificar a verdade de uma teoria, mas apenas tentar falseá-la e investigar o quanto é resistente a testes e refutações.

⁴² O falseacionismo popperiano, apresentado em sua principal obra *A Lógica da Pesquisa Científica*, consistia em tentar tornar uma teoria científica falsa, submetendo-a a quatro linhas de avaliação (POPPER, 1993, p.33). A última linha de prova, que são as experimentações, não tem por finalidade “verificar” a teoria, mas torná-la falsa. Por isso, ainda que resista a todas as linhas de provas, uma teoria científica não pode ser considerada verdadeira, mas apenas “provisoriamente corroborada”. Diz Popper: “Importa que uma decisão positiva só pode proporcionar alicerce temporário à teoria, pois subsequentes decisões negativas sempre poderão constituir-se em motivo para rejeitá-la” (POPPER, 1993, p.34).

⁴³ Em suas obras da década de 80, Kuhn adota uma perspectiva evolucionista (paralelamente à virada linguística de sua filosofia). Sobre isso diz Condé (2013, p.142, Nota 4): “Outro aspecto muito importante na última fase de Kuhn é a perspectiva biológica, particularmente o conceito de evolução”. Para Kuhn as teorias passam por processos análogos à seleção natural. Mas, a teoria “vencedora”, a que se propaga, é definida não apenas em função da sua capacidade de resistir à testes ou de sua superioridade em relação a outras teorias, mas também da capacidade persuasiva (autoridade, argumentação, clareza, eloquência, etc.) daqueles que a defendem, envolvendo, portanto, elementos de natureza históricos e sociais. Outro ponto que impede a comparação para saber qual teoria é melhor e afirmar que houve progresso, é a ideia de incomensurabilidade. Apresentaremos essa tese adiante. Portanto, de acordo com esse filósofo, se há uma evolução das teorias científicas ela não é progressiva, como em Popper, mas o desenvolvimento do conhecimento científico é cego e está caminhando à esmo.

onde ocorre a mudança de paradigma (ciência extraordinária). Após a revolução científica, volta-se à fase da (nova) ciência normal e reinicia-se o ciclo em um trajeto igual. O evento mais importante desse ciclo são as revoluções científicas. Tanto que esse termo dá o título da obra. Não é nosso objetivo, no presente trabalho, esmiuçar cada uma dessas fases ou períodos⁴⁴. Vamos aqui, partindo do estudo do conceito de paradigma, investigar como a substituição de um paradigma por outro, numa revolução científica, gera uma mudança na realidade (ou ao menos em sua percepção) e o surgimento de uma nova ontologia.

Paradigma como matriz disciplinar ou esquema conceitual

Na teoria do desenvolvimento cíclico do conhecimento científico, conforme sintetizada no parágrafo anterior, o conceito de paradigma ganha extrema importância, pois é em função dele que as fases ou períodos do desenvolvimento científico são definidos (pré-paradigmático, paradigmático, crise do paradigma, substituição do paradigma e nova fase paradigmática). E talvez por isso mesmo seja esse o tema mais problemático da *Estrutura*. Essa noção recebeu tantas críticas que incentivou Kuhn a escrever um posfácio em 1969. Diz o filósofo em algumas passagens: “Muitas das dificuldades-chave do meu texto original agrupam-se em torno do conceito de paradigma” (KUHN, 1998, p 218); “Voltemos agora aos paradigmas e perguntemos o que podem ser. Este é o ponto mais obscuro e mais importante de meu texto original” (KUHN, 1998, p. 226). Outrossim, a comentadora Margareth Masterman (1979, p. 72-108) identificou na *Estrutura* vinte e uma maneiras diferentes em que o termo é utilizado na referida obra. Kuhn, no Posfácio de 1969, propôs reduzir esses vários sentidos a somente dois: matriz disciplinar; e exemplo padrão (de problema e modelo de solução) a ser seguido e compartilhado por uma determinada comunidade científica, sendo que este item também constitui um dos elementos de uma matriz disciplinar. Diz o autor:

Percebe-se rapidamente que na maior parte do livro o termo “paradigma” é usado em dois sentidos diferentes. De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc, partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: soluções concretas de quebra-cabeças empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras

⁴⁴ Apresento esse estudo em minha monografia de conclusão de curso, onde investigo a questão do progresso do conhecimento científico em Popper e em Kuhn.

explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal.
(KUHN, 1998, p. 218)

Na nossa leitura, Davidson (1973, p.5), adota o sentido mais amplo de paradigma, ou seja, como matriz disciplinar, e localiza-o na categoria de um esquema conceitual, esquema este que condiciona um determinado olhar para a multiplicidade dos dados sensíveis, formando uma determinada realidade. Assim, tomaremos o sentido de paradigma como matriz disciplinar e o de matriz disciplinar como esquema conceitual. Acreditamos que esse é o percurso davidsoniano em *On the Very Idea of a Conceptual Scheme* (trataremos mais sobre isso no Capítulo 3).

A matriz disciplinar, para Kuhn, é uma tessitura composta de vários elementos, que, tal como em uma matriz, formam um conjunto holístico. Esse conjunto de variáveis condiciona o olhar do(a) cientista e a forma como investiga, coleta, organiza, e sintetiza os dados proveniente do fluxo experiencial. Os principais elementos de uma matriz disciplinar são: i) os **casos exemplares** (que indicam os problemas básicos de referência e o modelo de resolução, e geralmente são expostos nos manuais científicos que orientam a comunidade); ii) **generalizações simbólicas** (que deve servir para todos os casos. Pode ser expressa por palavras ou fórmulas matemáticas, e reuni os compromissos teóricos do paradigma); iii) os **modelos** (conceitos, ideias e pressupostos a partir dos quais se pensa a realidade); e iv) **valores** (que são partilhados pela comunidade e fornecem um sentimento de pertencimento ao membro da comunidade. Os valores se dividem em teóricos e práticos). Esses elementos constituem o paradigma; fundamentado nesse paradigma surge uma determinada comunidade científica.

Para exemplificar o conceito kuhniano de matriz disciplinar, podemos pensar a física como ramo científico e as concepções newtonianas ocupando os elementos dessa matriz, entre os séculos XVIII e XIX. Nesse caso, *o problema exemplar* seria um corpo solto em um plano inclinado, considerando a força de atrito e da gravidade. O *modelo de solução* seria decompor as forças, achar a força resultante e derivar as demais informações a partir da fórmula geral ($Fr = m.a$). Uma *generalização simbólica* que rege o paradigma newtoniano é a teoria da gravitação universal. Os *modelos* da mecânica clássica incluem as concepções de que: o espaço e tempo são absolutos e independentes da velocidade do corpo; partícula e onda são entidades diferentes e possuem comportamentos distintos; só existe um único universo e um único conjunto de leis que o rege; entre outros pressupostos. No plano dos *valores* é

considerada mais robusta a teoria que une matemática, observação empírica e experimentação. Após a revolução científica operada pelos físicos do século XX, esses elementos foram modificados. Vale ressaltar que, segundo Kuhn, é a partir desse paradigma que os físicos newtonianos concebiam a realidade, enunciam seus problemas e aceitavam ou rejeitavam as possíveis soluções. Assim, na *Estrutura*, não se fala em uma realidade absoluta e independente, mas em uma realidade relativa e condicionada pela matriz disciplinar. Paradigmas diferentes condicionam realidades díspares. Esse é o fundamento da tese da incomensurabilidade, conforme apresentaremos adiante.

A tese da relatividade ontológica, ou seja, de que a realidade é relativa e condicionada em função do paradigma, está presente na obra Kuhniana mesmo antes da *Estrutura*. Em “A Função do Dogma na Investigação Científica”, disse Kuhn:

Os praticantes de uma especialidade científica madura aderem profundamente à determinada maneira de olhar e investigar a natureza baseada em um paradigma. **O paradigma diz-lhes qual o tipo de entidades com que o universo está povoado e qual a maneira como essa população se comporta;** além disso, informa-os de quais as questões sobre a natureza que podem legitimamente ser postas e das técnicas que podem ser devidamente aplicadas na busca das respostas a essas questões. (KUHN, 2012, pp. 41-42, grifo nosso).

Essa ideia, de uma ontologia relativa e dependente do paradigma, ganha força na *Estrutura*. No Capítulo 9, Kuhn (1998), defende que a atividade do(a) cientista se dá em uma determinada realidade, povoada por certas entidades que possuem um comportamento descrito e esperado. Infere-se que é o paradigma quem diz o que é o mundo e qual o seu comportamento. Nesse sentido, estabelece-se um determinado “quebra-cabeças” e as formas específicas de encontrar soluções.

Anomalia, crise e revolução científica

Os cientistas (da fase que Kuhn chama de normal), sobretudo os mais habilidosos, promovem avanços (intra-paradigmáticos), encontrando algumas soluções previstas como possíveis, sem mais se preocupar em fundamentar os primeiros conceitos ou princípios, mas toma o paradigma como certo:

Quando um cientista pode considerar um paradigma como certo, não tem mais necessidade, nos seus trabalhos mais importantes, de tentar construir seu campo de estudos começando pelos primeiros princípios e justificando o uso de cada conceito introduzido. Isso pode ser deixado para os autores de manuais. Mas, dado o manual, o cientista criador pode começar suas pesquisas onde o manual a interrompe e desse modo concentrar-se exclusivamente nos aspectos mais sutis e esotéricos dos fenômenos naturais que preocupam o grupo. (KUHN, 1998, p.61).

Porém, com o aprofundamento dos aspectos mais sutis dos fenômenos naturais que preocupam o grupo, alguns dos problemas resistem à abordagem dada pelo paradigma. Esses problemas recalcitrantes são chamados de anomalias. Os “cientistas normais” que desejam conservar o paradigma “conceberão numerosas articulações e modificações *ad hoc* de sua teoria, a fim de eliminar qualquer conflito aparente” (KUHN, 1998 p.108). Mas esse “fracasso das regras existentes é o prelúdio para uma busca de novas regras” (KUHN, 1998, 95). Aqui inicia-se uma crise, que é a “pré-condição necessária para a emergência de novas teorias” (KUHN, 1998, p. 107).

As crises podem terminar de três maneiras: ou a ciência normal acaba revelando-se capaz de tratar o problema que provocou a crise; ou o problema recebe um rótulo e é posto de lado, para ser resolvido por uma futura geração de membros daquela comunidade científica, regida pelo mesmo paradigma, e que disponha de instrumentos mais elaborados; ou, enfim, a crise pode terminar com a emergência de um novo candidato a paradigma e a subsequente substituição, constituindo uma revolução científica:

Mais claramente que muitos outros, esses episódios exibem aquilo que constitui todas as revoluções científicas, pelo menos no que concerne à história das ciências físicas. Cada um deles forçou a comunidade a rejeitar a teoria científica anteriormente aceita em favor de uma outra incompatível com aquela. Como consequência, cada um desses episódios produziu uma alteração nos problemas à disposição do escrutínio científico e nos padrões pelos quais a profissão determinava o que deveria ser considerado como um problema ou como uma solução de problema legítimo. [...] Tais mudanças, juntamente às controvérsias que quase sempre as acompanham, são características definidoras das revoluções científicas. (KUHN, 1998, p. 25)

A revolução científica termina quando um novo paradigma é eleito para substituir o antigo: “A transição para um novo paradigma é uma revolução científica” (KUHN, 1998, p.122).

Para dar sustentabilidade ao novo paradigma, é preciso uma argumentação persuasiva suficiente por parte dos cientistas que o defendem, de modo a angariar adeptos; inclusive parte do grupo que adota o paradigma antigo. Mas Kuhn sugere que o poder de convencimento é, sobretudo, em relação aos cientistas jovens, ainda não tão aguerridos em muitos anos de atividade no paradigma antigo:

São eles os primeiros a aprender a ver a ciência e o mundo de uma nova maneira. (...) são habitualmente tão jovens ou tão novos na área em crise que a prática científica comprometeu-os menos profundamente que seus contemporâneos à concepção de mundo e às regras estabelecidas pelo velho paradigma. (KUHN, 1998, p.183)

A primeira frase desta citação nos traz uma questão interessante: com o novo paradigma a realidade modifica-se ou apenas a sua forma de interpretá-la? O paradigma condiciona a realidade ou apenas a percepção do(a) cientista? As respostas a essas questões não são apresentadas de forma clara na *Estrutura*. Mas ao que parece, no texto em questão, Kuhn sinaliza para uma tese em que a mudança não se dá apenas na concepção científica, mas na própria realidade (ou natureza): “Até aqui argumentei tão somente no sentido de que os paradigmas são parte constitutiva da ciência. Desejo agora apresentar uma dimensão na qual eles são também constitutivos da natureza” (KUHN, 1998, p.144). Nesse sentido, um novo paradigma, sedimentado após uma revolução científica, não é apenas uma nova interpretação, antes é um instrumento que condiciona uma nova realidade.

2.2.2 - As realidades díspares a partir de diferentes paradigmas

Kuhn inicia o Capítulo 9 da *Estrutura* esposando a tese da relatividade ontológica, mas numa versão específica para a filosofia da ciência. Segundo o texto, quando se modifica o paradigma, modifica-se a ontologia (os compromissos sobre o que existe e suas características), e “parece” que os cientistas, pós-revolução, realizam os seus trabalhos em um mundo diferente. Diz Kuhn:

O historiador da ciência que examina as pesquisas do passado a partir da perspectiva da historiografia contemporânea pode sentir-se tentado a proclamar que, quando mudam os paradigmas, muda com eles o próprio mundo. Guiados por um novo paradigma, os cientistas adotam novos instrumentos e orientam seu olhar em novas direções. E o que é ainda mais importante: durante as revoluções, os cientistas vêem coisas novas e diferentes quando, empregando instrumentos familiares, olham para os mesmos pontos já examinados anteriormente. É como se a comunidade profissional tivesse sido subitamente transportada para um novo planeta, onde objetos familiares são vistos sob uma luz diferente e a eles se apregam objetos desconhecidos. (KUHN, 1998, p.145).

Semelhante à teoria quineana, apresentada na seção anterior, não há aqui uma realidade absoluta e uma ontologia única que deveria ser expressa ou espelhada por um esquema conceitual especial.

Antes, o que existe é relativo e condicionado por um determinado paradigma. Assim, os cientistas “vêem” o mundo por meio de uma matriz disciplinar, isto é, utilizando-se de uma determinada teoria geral, a qual descreve essa realidade, constituindo assim um certo modelo metafísico, descrito por conceitos intra-paradigmáticos, utilizando como parâmetro os casos exemplares específicos, etc. Enfim, o cientista interage com o fluxo experiencial não de uma forma neutra, mas sim limitada por seus compromissos de pesquisas, endêmicos ao paradigma vigente. Por isso, quando orientados por matrizes disciplinares distintas, eles trabalham em mundos diferentes:

As mudanças de paradigma realmente levam os cientistas a ver o mundo definido por seus compromissos de pesquisa de uma maneira diferente. Na medida em que seu único acesso a esse mundo dá-se através do que vêem e fazem, poderemos ser tentados a dizer que, após uma revolução, os cientistas reagem a um mundo diferente. (KUHN, 1998, p.146).

Para ilustrar e exemplificar sua tese, Kuhn se utiliza dos experimentos de mudança de gestalt.

O fluxo experiencial é organizado por um paradigma. Outrossim, paradigmas diferentes engendram realidades diferentes. Isto posto, as conhecidas:

(...) demonstrações relativas a uma alteração na forma (gestalt) visual demonstram ser muito sugestivas, como protótipos elementares para essas transformações.

Aquilo que antes da revolução aparece como um pato, no mundo do cientista pós revolucionário transforma-se num coelho. (KUHN, 1998, p.146).



Figura 1: realidades diferentes condicionadas por paradigmas distintos.

Dessa forma, a realidade é determinada pelos “dados”, mas conjuntamente com a matriz disciplinar que orienta a atividade de ciência normal na qual o cientista foi treinado (KUHN, 1998, p.146). Esta é a razão pela qual “escolas guiadas por paradigmas diferentes estão sempre em ligeiro desacordo” (KUHN, 1998, p.146). Kuhn cita como exemplo as diferenças entre as visões de Priestley e Lavoisier que adotavam paradigmas diferentes: “Lavoisier viu oxigênio onde Priestley viu ar desflogistizado e outros não viram absolutamente nada” (KUHN, 1998, p. 153).

Portanto, semelhante à teoria quineana, onde a criança é domesticada em um determinado esquema conceitual, que condiciona o seu mundo e lhe fornece uma ontologia específica, o cientista neófito é iniciado em um paradigma, para poder então perceber uma determinada realidade e nela trabalhar. Nesse sentido, podemos pensar que sem um esquema conceitual não há mundo, mas somente “uma confusão atordoante e intensa” de dados provenientes da sensibilidade:

Somos levados a suspeitar de que alguma coisa semelhante a um paradigma é um pré-requisito para a própria percepção. O que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver. Na ausência de tal treino, somente pode haver o que William James chamou de “confusão atordoante e intensa”. (KUHN, 1998, p.148).

Concluimos com Kuhn que, na ausência do paradigma, para organizar, sistematizar, coletar e interpretar os dados, não há mundo, mas somente uma multiplicidade confusa de dados em estado bruto, o que é difícil até mesmo de conceber.

Ontologia absoluta vs. relativa

Os que defendem uma ontologia absoluta e a objetividade a partir das impressões sensíveis, poderiam dizer que os “dados brutos” constituem uma referência fixa, a verdadeira e única realidade. Nesse caso, o que mudaria, com uma revolução científica, é somente a interpretação acerca desses dados. Portanto, o paradigma, nessa hipótese, não é um elemento que, associado aos dados sensíveis, constitui a realidade. Mas antes, apenas estabelece uma interpretação possível acerca desses dados. Nesse caso, poder-se-ia defender a existência de dados absolutos, estáveis e independentes, “esperando” para serem interpretados, na fase de ciência normal, ou reinterpretados, na fase da revolução científica. Todavia, não é essa a opinião de Kuhn, conforme explicita-se na seguinte passagem:

O que ocorre durante uma revolução científica não é totalmente redutível a uma reinterpretação de dados estáveis e individuais. Em primeiro lugar, os dados não são inequivocamente estáveis. Um pêndulo não é uma pedra que cai e nem o oxigênio é o ar desflogistizado. (KUHN, 1998, p.157).

Além disso, o paradigma modifica a forma de coleta de dados e consequentemente os próprios “dados brutos” obtidos. Portanto, não existem dados fixos:

De fato, como poderia ser assim, dada a ausência de dados fixos para o cientista interpretar? Em vez de ser um intérprete, o cientista que abraça um novo paradigma é como o homem que usa lentes inversoras. Defrontado com a mesma constelação

de objetos que antes e tendo consciência disso, ele os encontra, não obstante, totalmente transformados em muitos de seus detalhes. (KUHN, 1998, p.157)

Concluimos com Kuhn, que uma revolução científica não é uma nova interpretação para uma antiga realidade imutável, mas sim a gênese de uma nova realidade. O cientista e o filósofo não devem mais se preocupar com a busca da linguagem que garanta a neutralidade das observações e que seja logicamente perfeita, mas com a elucidação das linguagens científicas. Pois, se não há neutralidade mas sim a impregnação teórica das observações, não pode haver uma linguagem científica neutra. A tarefa agora é entender o funcionamento dos diferentes esquemas conceituais a partir do interior de cada um e a possibilidade ou a impossibilidade de comunicação entre eles. E como cada um deles condiciona uma determinada “visão de mundo”.

Aqui chegamos a um ponto chave da teoria kuhniana: a ligação entre ontologia e epistemologia. Associada à tese da relatividade ontológica está a questão do progresso do conhecimento científico. Não podemos dizer que após uma revolução científica há um acúmulo de conhecimento, pois o processo se dá por ruptura e substituição dos paradigmas. Outrossim, os cientistas pré e pós revolução trabalham em “realidades diferentes” constituídas a partir de ontologias diferentes. Assim, não há um aprimoramento contínuo do conhecimento acerca da realidade. Também não podemos dizer que a nova tradição normal é melhor que a antiga, pois cada uma é intrínseca a um paradigma diferente, sendo esses singulares e incomparáveis. Essa ideia de incompatibilidade tem como fundamento a tese da incomensurabilidade dos paradigmas: “A tradição científica normal que emerge de uma revolução científica é não somente incompatível, mas muitas vezes verdadeiramente incomensurável com aquela que a precedeu” (KUHN, 1998, p.138).

Incomensurabilidade metodológica, ontológica e semântica

As idéias epistemológicas de que i) não há progresso ou acúmulo no conhecimento científico após uma revolução científica; ii) o novo paradigma **não** nos deixa mais próximos da verdade (ou mais distantes da falsidade) que o antigo; são aportadas na tese da incomensurabilidade dos paradigmas (ou dos esquemas conceituais). Essa tese é o principal

alvo das críticas de Davidson em seu artigo “On The Very Idea of a Conceptual Scheme” (1973), conforme apresentaremos no Capítulo 3. Por isso, é importante investigá-la um pouco mais a fundo.

Na *Estrutura*, Kuhn defende o caráter “multidimensional” da incomensurabilidade, pois ela se verifica no nível metodológico, semântico e ontológico. No aspecto metodológico a incomensurabilidade interparadigmática manifesta-se em uma disparidade acerca dos problemas abordados, das formas de desenvolver as respostas e das soluções obtidas. Diz Kuhn:

Em primeiro lugar, os proponentes de paradigmas competidores discordam seguidamente quanto à lista de problemas que qualquer candidato a paradigma deve resolver (...) A transição ao paradigma de Lavoisier, tal como a transição ao de Newton, significara não apenas a perda de uma pergunta permissível, mas também a de uma solução já obtida. (KUHN, 1998, p.188).

Nesse caso, “quando duas escolas científicas discordam sobre o que é um problema e o que é uma solução, elas inevitavelmente travarão um diálogo de surdos ao debaterem os méritos relativos dos respectivos paradigmas” (KUHN, 1998, p.144). Assim a disparidade metodológica levará à impossibilidade comunicacional entre os proponentes de paradigmas díspares.

Já a incomensurabilidade semântica descreve o fato de que um termo só ganha significado em relação ao seu sistema conceitual de origem. Consequentemente, modificando-se o paradigma, a rede conceitual se modifica e o termo ganha um novo significado, ou seja, “Dentro do novo paradigma, termos, conceitos e experiências antigas estabelecem novas relações entre si” (KUHN, 1998, p.189). Assim, paradigmas diferentes podem até utilizar um mesmo termo, mas os significados serão diferentes. O termo “espaço”, por exemplo, quando utilizado no paradigma einsteiniano não terá o mesmo significado do que o estabelecido pelo paradigma newtoniano:

Os conceitos científicos que expressam só obtêm um significado pleno quando relacionados, dentro de um texto ou apresentação sistemática, a outros conceitos científicos, a procedimentos de manipulação e a aplicações do paradigma. (KUHN, 1998, p.180).

Conclui-se que não existem significados absolutos estabelecidos a partir de uma rede conceitual única e suprema, a qual poderia servir como ponte mediadora ou parâmetro de conversão de termos provenientes de paradigmas diferentes. Antes, cada esquema conceitual é único e sua rede semântica é incomensurável com os demais esquemas. Com o advento da “virada linguística kuhniana” este aspecto da incomensurabilidade será bastante explorado, conforme apresentaremos no Capítulo 3.

Com a modificação da matriz disciplinar, após uma revolução científica, haverá uma nova ontologia e as entidades, eventos, relações, etc. serão descritos pelo novo paradigma. Com isso os cientistas trabalharão em um “mundo novo” e completamente diferente do descrito pelo paradigma anterior. Eis a dimensão ontológica da tese da incomensurabilidade, que é expressa em várias passagens na *Estrutura*. Vejamos algumas:

- 1) “Em um sentido que sou incapaz de explicar melhor, os proponentes dos paradigmas competidores praticam seus ofícios em mundos diferentes”. (KUHN, 1998, p.190)
- 2) “O mundo de suas pesquisas parecerá, aqui e ali, incomensurável com o que habitava anteriormente”. (KUHN, 1998, p. 146)
- 3) “Por exercerem sua profissão em mundos diferentes, os dois grupos de cientistas vêem coisas diferentes quando olham de um mesmo ponto para a mesma direção”. (KUHN, 1998, p.190)
- 4) “Devido à descoberta do oxigênio, Lavoisier passou a ver a natureza de maneira diferente. Na impossibilidade de recorrermos a essa natureza fixa e hipotética que ele ‘viu de maneira diferente’, o princípio de economia nos instará a dizer que, após ter descoberto o oxigênio, Lavoisier passou a trabalhar em um mundo diferente”. (KUHN, 1998, p.153)

Note que associada à tese da incomensurabilidade está o relativismo ontológico. Nesse caso não existe uma realidade absoluta que poderá ser expressa por um único esquema conceitual, mas o que há são “diferentes mundos” estabelecidos a partir de diferentes paradigmas.

Além dessas três dimensões da incomensurabilidade apresentadas aqui (metodológica, semântica e ontológica), Rodrigues Costas (2022), ainda vislumbra mais dois aspectos da incomensurabilidade na *Estrutura*: o epistemológico e o perceptivo. Diz ela:

O **aspecto epistemológico** refere-se à impossibilidade de comparação de teorias tanto com relação ao conteúdo quanto por meio de padrões extra-paradigmáticos, não estando claro como a decisão entre tais teorias pode ser feita sobre uma base objetiva e racional. Além disso, os paradigmas seriam o meio através do qual os cientistas conhecem o mundo. No **aspecto perceptivo**, sob a compreensão de Kuhn, a observação é dependente de um paradigma, consequentemente, dado que nas revoluções científicas ocorre uma mudança de paradigma, quando estas ocorrem, a própria percepção do cientista seria modificada. (RODRIGUES COSTA, 2022, p.29).

Após as críticas, que foram por ele sintetizadas no posfácio de 1969, Kuhn tentou sanar as dificuldades, substituindo o conceito de paradigma por matriz disciplinar, conforme supracitado. Ainda assim não logrou êxito e continuou imerso em inúmeras dificuldades. Na década de 1980 tentou ressignificar alguns conceitos desenvolvidos na *Estrutura* utilizando-se de ferramentas da filosofia da linguagem. Nesse sentido, “a linguagem, nos últimos textos de Kuhn, ocupa o seu interesse progressivamente até a sua morte, em 1996” (CONDÉ, 2013, p.142). Esse processo ficou conhecido como virada linguística kuhniana. O marco inicial dessa nova fase é o artigo “*Commensurability, comparability, communicability*”, publicado em 1982.

A virada linguística kuhniana

Conforme dissemos na introdução da presente dissertação, temos por inspiração o percurso apontado por Davidson no artigo “On the Very Idea of a Conceptual Scheme” (1973). Vale ressaltar que tal artigo foi publicado em 1973. Logo, as críticas de Davidson, no referido artigo, se dirigem somente aos textos kuhnianos e quineanos anteriores a essa data. Em virtude disso, não apresentaremos, neste momento, a filosofia kuhniana elaborada na década de 80. Em sua nova fase, Kuhn adotou uma roupagem linguística para suas teses da incomensurabilidade e do relativismo ontológico, tendo como motivação os problemas

apontados por seus críticos, entre eles Davidson. Nesse contexto, substituiu a ideia de paradigmas por “léxicos”. Aproveitemos a oportunidade para somente mencionar algumas mudanças importantes, que serão retomadas adiante, após apresentarmos as críticas de Davidson. De acordo com Condé:

A linguagem substitui importantes aspectos dos velhos conceitos centrais como “revolução” ou “paradigma”. A revolução científica seria muito mais uma mudança na linguagem. (...) A virada linguística de Kuhn tentou resolver antigos problemas apresentados em sua teoria da ciência anterior, estabelecida em *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Kuhn revisita conceitos centrais como o de paradigma, revolução e incomensurabilidade, os quais foram formulados em seu livro de 1962. (CONDÉ, 2013, p.142).

Tendo isso em mente, após apresentarmos as ideias de Davidson sobre a teoria “Quine-Kuhn”, com foco especial em suas críticas, retornaremos ao pensamento de Kuhn e veremos como ele ressignificou as suas teses tendo como pano de fundo problemas da filosofia da linguagem, em especial a questão da tradução. Veremos no próximo capítulo como ele se aproxima de Quine, mas de uma forma crítica.

2.2.3- Conclusão da Seção sobre Kuhn

Partindo da problemática do progresso do conhecimento científico, mostramos como Kuhn se propôs a descrever as estruturas das revoluções científicas tendo como fundamento o conceito de paradigma. Na *Estrutura*, o filósofo defendeu uma posição oposta ao verificacionismo e ao racionalismo crítico (ou falseacionismo segundo Lakatos), os quais prescrevem regras para o progresso da ciência. Kuhn, ao contrário, descreveu o desenvolvimento do conhecimento científico, e se contrapôs à ideia de progresso na ciência em sentido cumulativo. Em primeiro lugar porque não existe uma realidade fixa e absoluta na qual todos os cientistas trabalham para compreendê-la e expressá-la, mas as realidades são diferentes e “criadas” a partir dos paradigmas que organizam os “dados brutos”. Como os paradigmas mudam, após as crises, surge uma nova realidade. Assim sendo, uma revolução científica não traz progresso, mas sim uma ruptura com o conhecimento anterior, pois os

cientistas trabalham em “realidades distintas”. Nesse processo não podemos dizer que o novo paradigma é melhor, pois os paradigmas são incomensuráveis.

Porém, na presente pesquisa, nosso foco na teoria da ciência presente na *Estrutura* não foi a questão do desenvolvimento do conhecimento científico. Investigamos como Kuhn pensou a relação entre paradigmas (ou esquemas conceituais) e realidade. Vimos que o filósofo esboçou uma proposta diferente dos membros do Círculo de Viena. Ao invés de conceber uma realidade única e fixa (a “realidade empírica”) que pode ser cada vez mais conhecida pela ciência, a partir de avanços metodológicos e linguísticos, constituindo as proposições protocolares, Kuhn defendeu a tese de que as revoluções científicas fazem com que os cientistas pós-revolucionários trabalhem em realidades diferentes. Fica evidente que, na *Estrutura*, o esquema conceitual não busca espelhar uma realidade absoluta, mas antes é um dos instrumentos que as constituem. Cada esquema conceitual (ou paradigma) possui um modelo ontológico que diz qual o tipo de entidades com que o universo está povoado e qual a maneira como essa população se comporta, gerando assim um relativismo ontológico.

2.3 - Conclusão do Capítulo 2

Quine, em “Dois Dogmas do Empirismo”, inicia o seu empreendimento teórico por questionar as ideias de seu professor vienense: não é possível instituir uma divisão estanque entre proposições analíticas e sintéticas e não é possível verificar uma “proposição protocolar” independentemente do sistema de sentenças, “teia” ou “campo de forças” do qual ela pertence. Investigamos como ele defendeu que esses dois pontos do empirismo foram estabelecidos de maneira dogmática. Para se conceder um estatuto epistemológico privilegiado às proposições analíticas (serem verdadeiras somente em função dos significados dos seus termos) é preciso aceitar a noção de sinonímia e de analiticidade. Ao tentar esclarecer como a sinonímia se dá (via dicionário, definição ou convenção explícita) o filósofo constatou que: ou apenas exemplifica-se os seus usos (dicionário) ou demonstra-se a arbitrariedade do processo (definição e a convenção explícita). Outra tentativa de fundamentação foi utilizar como critério a permutabilidade *salva veritate*, mas também não funcionou. Assim, após várias tentativas de entender a sinonímia e os fundamentos da analiticidade, Quine chega à conclusão que estabelecer a verdade de uma proposição *a priori*,

em função da noção de sinonímia, é dogmático, “um mero artigo de fé”. Para se contrapor ao dualismo de sentenças (analíticas e sintéticas) e ao reducionismo verificacionista, Quine, no referido artigo esboçou uma proposta alternativa: o holismo.

Um termo ou enunciado individual não poderia significar nada se não fosse as informações auxiliares que o sustenta. Por isso, uma sentença não poderá ser verificada isoladamente, muito menos um termo. Assim, Quine promove, segundo ele, um novo passo na história do empirismo. A unidade significativa não está alicerçada nas ideias, nos termos ou nas sentenças, mas sim no esquema conceitual considerado holisticamente. Como na proposta quineana não existe uma busca por um esquema conceitual único e perfeito, mas há a possibilidade de vários esquemas conceituais explicando os mesmos dados concomitantemente, o filósofo propôs como critério de avaliação, para escolher o melhor esquema conceitual, o pragmatismo. Assim institui-se o falibilismo, o pragmatismo e um “empirismo sem dogmas”. Em obras posteriores, Quine expande a sua proposta do holismo semântico derivando uma série de teses até chegar, em 1969, à teoria do relativismo ontológico.

Quine se propõe a investigar, em *Palavra e Objeto*, uma “tradução radical”. A partir desse experimento de pensamento ele deriva a tese da indeterminação da tradução e chega à conclusão que não existem significados fixados por meio extralinguísticos, caso contrário teríamos o “mito do museu”. Os significados são intrínsecos ao esquema conceitual e como não existem parâmetros fixos, os quais poderiam ser utilizados para realizar a tradução de um esquema em outro, se faz necessário o uso de recursos como um manual de tradução e de hipóteses analíticas. Essa ideia se torna ainda mais robusta quando se considera a tradução dos termos que apenas desempenham funções sintáticas, sem possuírem correspondências empíricas, tal como artigos, pronomes, distintivos de singular e plural, de cópula, de predicado de identidade, etc.; nesses casos, o linguista projeta seu próprio aparato de individuação no esquema conceitual nativo, fazendo uso das hipóteses analíticas. Como existem inumeráveis hipóteses analíticas que dão conta das mesmas disposições discursivas do nativo, a tradução é possível, porém indeterminada. Veremos que a maior parte das discussões no Capítulo 3 gira em torno dessa ideia. Além da indeterminação da tradução, Quine chega a uma tese ainda mais ousada: da indeterminação ou inescrutabilidade da referência.

Quando experienciamos uma porção matéria-espço-temporal e processamos a multiplicidade dos dados sensíveis, não sabemos exatamente qual é a referência. Mas, é somente após utilizarmos um esquema conceitual, com seu respectivo aparato de individualização, que promovemos a gênese da referência. Isso acontece porque a referência, sem o aparato de individuação, é inescrutável. Ocorre que, como cada esquema conceitual é único, as maneiras de se promover os recortes na multiplicidade dos dados sensíveis são diferentes (tal como o são os esquemas conceituais) e isso gera realidades (ou ao menos pontos de vista) díspares. Assim, temos ontologias diferentes, ou seja, temos uma relatividade ontológica. Vimos como as teses do holismo semântico, da indeterminação da tradução, da inescrutabilidade da referência e do relativismo ontológico se conectam. Temos aqui como produto principal desse estudo quineano a ideia de que a tradução é possível, mas indeterminada, pois os significados são perdidos na tradução de um termo ou sentença de esquema conceitual para outro. Além disso, a proposta de que a “realidade empírica” não é absoluta, pois a gênese das referências depende do aparato individualizador da linguagem. Seguindo Davidson, conforme mostraremos no próximo capítulo, associamos as teses quineanas às teses kuhnianas e passamos a investigar esse outro autor em busca de entender como podem os esquemas conceituais condicionar a realidade e produzir ontologias diferentes.

Em Kuhn, partindo do conceito de paradigmas e de revolução científica, estudamos a relação entre esquemas conceituais e realidade. Embora a principal questão que o filósofo se debruçou, naquele momento, fora acerca do desenvolvimento da ciência, no Capítulo 9 ele nos forneceu importantes elementos para pensar a relação entre esquemas conceituais e realidade. Semelhantemente à Quine, na *Estrutura*, não encontramos uma realidade fixa, uma ontologia absoluta e que pode ser acessada, em uma profundidade cada vez maior, a partir do aprimoramento dos aparatos cognoscíveis e linguísticos. Mas há diferentes realidades, que são “criadas” em função dos paradigmas que organizam os “dados brutos”. Como o esquema conceitual muda, após uma crise paradigmática, com a substituição surge um “novo mundo”. Assim sendo, uma revolução científica não traz progresso, mas sim uma ruptura com o conhecimento científico anterior, uma vez que os cientistas trabalham em “realidades distintas”.

Outro ponto importante que investigamos na teoria kuhniana foi a tese da incomensurabilidade dos paradigmas. Para se contrapor a ideia de progresso linear da ciência,

o filósofo propôs que o conhecimento se desenvolve, intra paradigmaticamente, até certo limite; mas que, mudando-se o paradigma, inicia-se uma nova fase de desenvolvimento da ciência normal. Porém não há o continuísmo interparadigmático do conhecimento científico, pois os paradigmas são incomensuráveis. Essa incomensurabilidade pode ser expressa em diversos níveis: metodológico, semântico e ontológico. Portanto, cada paradigma condiciona um determinado ponto de vista, uma certa forma de se organizar os dados sensíveis e institui um novo modelo ontológico, dizendo quais são os tipos de entidades que povoam o universo e como elas se comportam. Veremos no próximo capítulo como Kuhn ressignificou suas teses à luz da filosofia da linguagem, discutindo sobretudo a questão da tradução.

No presente capítulo estudamos o pensamento de dois autores que se contrapõem à ideia de uma realidade única e de uma ontologia absoluta. Além disso, esses filósofos estadunidenses, nas obras estudadas, negaram a possibilidade de um esquema conceitual espelhar a realidade, uma vez que não há uma visão totalizante, neutra e absoluta do todo, que poderia ser expressa por um “esquema conceitual de Deus”. Mas a perspectiva humana é limitada a um determinado ponto de vista. Esse recorte no fluxo experiencial, que determina a vista de uma certa perspectiva, é constituído por um sistema de sentenças, casos exemplares, teoria geral, modelo metafísico, valores, crenças, conhecimentos e idioma que dão unidade a uma comunidade sociolinguística (ou científica) e conformam “um certo mundo”. Concluimos, seguindo Davidson (1973, p.5), que tanto Quine quanto Kuhn defenderam que os esquemas conceituais são modos de organizar as experiências; são sistemas de categorias que dão forma aos dados dos sentidos e que, a partir deles, se forma uma determinada “realidade” ou um certo “ponto de vista”. Além disso, que um esquema conceitual não pode ser traduzido perfeitamente em outro (segundo Quine) nem se quer comparados (segundo Kuhn), uma vez que são únicos e incomensuráveis.

No próximo capítulo iniciaremos estudando um artigo de Davidson. Demonstraremos que, embora ele organize as teorias de Quine e Kuhn em uma mesma categoria, suas críticas se dirigem mais precisamente à tese kuhniana da incomensurabilidade (radical e moderada). A incomensurabilidade dos esquemas conceituais parece ser uma condição anterior e necessária à tese do relativismo ontológico. Nesta senda, após apresentar as críticas de Davidson, investigaremos como Kuhn tentou se desvencilhar delas em seus escritos posteriores. Veremos que Kuhn migrou as suas reflexões para a filosofia da linguagem e se utiliza do ferramental teórico desenvolvido por Quine, porém de uma forma crítica.

Capítulo 3: As críticas de Davidson à tese da incomensurabilidade (ou da não inter-tradutibilidade) dos esquemas conceituais e as respostas de Kuhn

Introdução do Capítulo 3

No presente capítulo daremos continuidade aos nossos estudos acerca da relação entre esquemas conceituais e a(s) realidade(s). Aqui investigaremos o texto do qual retiramos a inspiração para estabelecer o percurso histórico-exegético adotado na presente dissertação: “On the Very Idea of a Conceptual Scheme” (1974). Veremos como Davidson, nesse texto, recompõe as críticas de Quine aos “dois dogmas do empirismo”, e também como ele apresenta a teoria quineana alternativa: o holismo. Após isso, Davidson associa a teoria de Quine à de Kuhn, categorizando-as como um dualismo específico: de um lado, esquemas conceituais diferentes e, do outro, os “dados brutos” da experiência, “esperando” para serem organizados pelos esquemas conceituais. Após essa breve retomada, Davidson passa então a tecer críticas à proposta “Quine-Kuhn”. Para isso, ele irá atacar o principal pilar do relativismo ontológico: a tese da incomensurabilidade (ou da não inter-tradutibilidade) dos esquemas conceituais. Davidson pretende demonstrar que essa proposta atrai paradoxos e aporta-se em incoerências.

Kuhn, em seus textos da década de 1980, retoma as críticas de Davidson e tenta defender as suas teses dos ataques davidsonianos. Para ele, o autor de “On the Very Idea of a Conceptual Scheme” e também outros que criticaram a sua obra, tal como Kitcher, fazem confusão entre tradução e algum outro processo (interpretação, aprendizado de outra língua, determinação da referência, etc.), conforme mostraremos adiante. Assim, Kuhn tentará desfazer esses mal-entendidos e continuar na defesa da tese da incomensurabilidade (porém, apenas no nível semântico) dos paradigmas. Como Kuhn migrou as suas discussões da filosofia da ciência para a filosofia da linguagem, não mais usará o termo “paradigmas” e sim “léxicos”. Além disso, para sustentar a tese da incomensurabilidade, ele tentará demonstrar que não é possível uma tradução perfeita entre os esquemas conceituais (ou entre as línguas) diferentes. Após todo esse percurso, veremos que o autor da *Estrutura* voltará a defender o relativismo ontológico tendo como base a tese da incomensurabilidade (semântica) dos esquemas conceituais.

3.1- Davidson

3.1.1- Retomada dos Capítulos 1 e 2 a partir do texto “On the Very Idea of a Conceptual Scheme”

Davidson inicia o seu artigo a partir da caracterização do dualismo de sentenças, conforme proposto por Carnap:

O dualismo do sintético e do analítico é um dualismo de sentenças, algumas delas são verdadeiras (ou falsas) tanto por aquilo que significam, quanto pelo seu conteúdo empírico, enquanto que outras são verdadeiras (ou falsas) apenas em virtude do sentido, não possuindo conteúdo empírico. (DAVIDSON, 1974, p.11).

Sendo assim, nos termos do positivismo lógico, um sistema linguístico perfeito deveria ser constituído apenas por proposições analíticas e sintéticas. As sentenças que não se enquadrassem em um desses dois grupos seriam consideradas sem sentido. As sentenças sintéticas, cujas unidades fundamentais eram as sentenças protocolares, são as utilizadas para descrever a “realidade empírica”. Além dessa divisão fundamental entre sentenças, Carnap supunha que cada proposição protocolar poderia ser verificada isoladamente. Mostramos como Quine, em seu artigo “Os Dois Dogmas do Empirismo” (1975), atacou esses dois pontos.

Segundo Davidson, no lugar do dualismo analítico-sintético e do reducionismo verificacionista, Quine propôs um dualismo entre esquemas conceituais variáveis e conteúdo empírico:

Assim no lugar do dualismo do analítico-sintético, obtemos o dualismo de esquemas conceituais e conteúdo empírico. O novo dualismo é a base de um empirismo despojado do insustentável dogma da distinção sintético-analítico e expurgado do reducionismo, isto é, da ideia impraticável de que podemos alocar com exclusividade conteúdo empírico frase por frase. (DAVIDSON, 1974, p.9).

A formulação de Quine gerou a possibilidade de coexistência de inúmeros esquemas conceituais diferentes explicando os mesmos dados empíricos.

O Holismo quineano segundo Davidson

Dada a inviabilidade da antiga tese verificacionista dos significados, que sustenta podermos atribuir conteúdo empírico a cada sentença sintética isoladamente, Quine propõe que um esquema conceitual como um todo seja levado ao “tribunal das experiências”. As sentenças ganham significado levando-se em consideração o esquema conceitual holisticamente, não havendo como individualizarmos uma única sentença para submetê-la às experiências sem que isso repercuta por toda a “teia” do esquema conceitual, isto é, por toda a malha semântica. Esse efeito em cadeia, que ocorreria ao submetermos mesmo uma única sentença ao “tribunal das experiências”, se daria devido ao fato de que relações inferenciais entre as sentenças de um esquema conceitual serem tecidas em uma malha de relações demasiadamente estreitas. Sobre isso diz Davidson (1974, p.14): “Não podemos atribuir um significado claro à noção de organizar um único objeto (o mundo, natureza etc.), a menos que esse objeto seja compreendido, conter ou consistir em outros objetos”.

A imagem que Quine usa para descrever o holismo semântico, segundo Davidson, é a de um campo de forças onde as condições de contorno são dadas pelas experiências, de modo que os enunciados periféricos são aqueles que estariam em confronto direto com a experiências empíricas e determinariam a configuração do campo total:

Os mesmos, ou semelhantes, pensamentos são expressos por Quine em muitas passagens: “A totalidade dos nossos chamados conhecimentos ou crenças é um tecido feito pelo homem que colide com a experiência apenas ao longo das bordas”; “... a ciência total é como um campo de forças cujas condições de contorno são a experiência”. (DAVIDSON, 1974, p.13).

Na medida em que se adentra esse “campo de forças” em direção ao centro, os enunciados parecem mais distantes da experiência, mas suas condições de verdade permanecem em mútua relação com os enunciados periféricos, formando um único corpo. Desse modo deve haver uma perfeita harmonia entre as proposições dentro do mesmo “campo de forças”, mas esse pode ser diferente de outro “campo de forças”, ou seja, poderá haver “campos de força” diferentes e não inter-traduzíveis. A essa teoria quineana, Davidson associou a proposta de Thomas Kuhn.

A proposta de Thomas Kuhn segundo Davidson

Mostramos no Capítulo 2 como que, com o advento de uma revolução científica e a substituição da matriz disciplinar, Kuhn defende, na *Estrutura*, a ocorrência de mudanças i)

no modelo ontológico, o que gera uma nova concepção a respeito dos objetos de estudo; ii) nos problemas e nas soluções exemplares; iii) na forma de coletar e interpretar os dados observacionais; iv) nos pressupostos e valores; e v) nos significados dos termos utilizados, produzindo a partir da substituição dos elementos da matriz disciplinar, uma nova imagem (ou *gestalten*) da realidade. Além disso, diz Kuhn: “O mundo de suas pesquisas parecerá, aqui e ali, incomensurável com o que habitava anteriormente. Essa é outra razão pela qual escolas guiadas por paradigmas diferentes estão sempre em ligeiro desacordo” (KUHN, 1998, p.132). Assim, Davidson unificou os “paradigmas” (kuhnianos) e os “campos de forças” (quineanos) em uma mesma categoria: esquemas conceituais distintos e que condicionam diferentes realidades. Se em Quine os campos de forças são ditos não inter-traduzíveis, em Kuhn os paradigmas são ditos incomensuráveis.

A defesa de realidades distintas condicionadas por paradigmas diferentes e incomensuráveis, conforme consta no Capítulo 9 da *Estrutura*, impossibilitando a comparação das teorias, atraiu inúmeras críticas de outros filósofos, em especial Popper⁴⁵ e Lakatos⁴⁶, que acusaram Kuhn de irracionalista. A tese da incomensurabilidade dos paradigmas atraiu também as críticas de Davidson, pois segundo ele essa proposta gera paradoxos, conforme apresentaremos adiante. Ao associar a proposta de Kuhn à de Quine, Davidson fez uma boa previsão: em textos posteriores, Kuhn foi migrando cada vez mais da filosofia da ciência para a filosofia da linguagem e se debruçando nos problemas apresentados por Quine, sobretudo no problema da tradução; conforme mostraremos logo a frente.

Kuhn, já em 1965, em um texto intitulado “Reflexões sobre meus críticos” (KUHN, 1979), demonstrava uma tendência em levar suas reflexões para o campo da filosofia da linguagem tendo no horizonte os trabalhos de Quine. Nesse artigo podemos perceber que o

⁴⁵ Popper, em “A Ciência Normal e Seus Perigos” (1979, pp.63-71) acusa a teoria kuhniana de irracionalismo, devido à impossibilidade de comparar dois paradigmas diferentes à luz de critérios racionais, tendo em vista a incomensurabilidade que lhes são próprias. Para ele essa tese é falsa: “seria, desse modo, simplesmente, falso dizer que a transição da teoria da gravidade de Newton para a de Einstein é um salto irracional e que as duas não são racionalmente comparáveis. Existem, ao contrário, inúmeros pontos de contato e pontos de comparação”.(POPPER, 1979, p.70).

⁴⁶ Críticas semelhantes às de Popper são elaboradas por Lakatos no artigo “O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicas” (1979, pp.109-244). Segundo Lakatos, a tese da incomensurabilidade dos paradigmas leva ao irracionalismo, pois substitui a ideia de critérios racionais por uma psicologia das multidões: “Kuhn opõe objeções a todo programa de pesquisa popperiano e exclui qualquer possibilidade de reconstituição racional do crescimento da ciência. (...) Emerge então um novo paradigma incomensurável com o seu predecessor. Não existem padrões racionais para sua comparação. Não há padrões superparadigmáticos. A mudança é um efeito de adesão de última hora. Assim sendo, de acordo com a concepção de Kuhn, a revolução científica é irracional, uma questão de psicologia das multidões” (LAKATOS, 1979, p. 221).

filósofo lança mão da proposta da relatividade ontológica e da indeterminação da tradução quineana para justificar a sua tese da incomensurabilidade dos paradigmas:

Por que a tradução, seja entre teorias, seja entre linguagens, é tão difícil? Porque, como tem sido frequentemente observado, as linguagens recortam o mundo de maneiras diferentes, e não temos acesso a um meio sub-linguístico neutro de relatar. Quine mostra que, embora o linguista empenhado em uma tradução radical possa descobrir prontamente que o seu informante nativo pronunciou a palavra “Gavagai” por ter visto um coelho, é mais difícil descobrir como a palavra “Gavagai” deve ser traduzida. Deverá o linguista vertê-la por “coelho”, “espécie de coelho”, “parte de coelho”, “ocorrência de coelho”, ou por outra expressão que ele talvez nem tenha pensado em formular? (...) A evidência relativa a uma escolha entre as alternativas emergirá da investigação adicional, e o resultado será uma hipótese analítica razoável com implicações da tradução de outros termos também (KUHN, 1979, p.331).

Portanto a possibilidade de associação entre as propostas de Quine e Kuhn é um dado concreto, porém temos que considerar algumas diferenças, a principal delas são seus contextos de origem. Se Kuhn estava refletindo sobre o problema do progresso científico, Quine estava debruçado sobre a questão da indeterminação da tradução e do uso das hipóteses analíticas durante o processo de tradução radical.

Isto posto, Davidson, após apresentar a teoria de Carnap e a teoria de Quine, passa a associar a proposta de Kuhn à de Quine, talvez por Kuhn ter recorrido a ela em 1965, para tentar justificar e fundamentar a sua tese da incomensurabilidade dos paradigmas, conforme fica evidente na citação anterior.

Feita essa breve retomada dos capítulos 1 e 2 à luz de “On the Very Idea of a Conceptual Scheme”, podemos dizer que Davidson classifica tanto a proposta de Quine quanto a de Kuhn em uma mesma categoria: dualismos do tipo esquemas conceituais variáveis de um lado e, de outro, os dados dos sentidos a serem organizados por eles. Assim ele define:

Esquemas conceituais, segundo nos dizem, são modos de organizar a experiência; são sistemas de categorias que dão forma aos dados dos sentidos; são pontos de vista a partir dos quais indivíduos, culturas ou períodos examinam a cena que se passa. Lá pode não haver tradução de um esquema para outro (DAVIDSON, 1974, p.5).

Podemos inferir, a partir dessa citação, duas afirmações sobre a leitura de Davidson da proposta de “Quine-Kuhn”: 1º) existem esquemas conceituais que organizam as experiências e dão forma aos “dados brutos”; 2º) pode haver intradutibilidade de um esquema para outro, ou, em termos da teoria kuhniana, que os esquemas conceituais são incomensuráveis. É principalmente essa segunda afirmação que Davidson pretende refutar, pois ela é um pressuposto necessário para a tese do relativismo ontológico.

3.1.1.2- As críticas de Davidson à tese da incomensurabilidade.

Para que se sustente a ideia de esquemas conceituais incomensuráveis, é preciso afirmar que cada um deles é único por possuir uma estrutura interna diferente dos demais. Portanto, incomensurabilidade pode ser definida como a inexistência de um método de tradução que correlacione cada elemento de um esquema conceitual aos elementos de outro esquema conceitual:

O fracasso da inter-tradução é uma condição necessária para a diferença entre esquemas conceituais; a relação comum com a experiência ou a evidência é o que deveria nos ajudar a dar sentido à afirmação de que é idiomas ou esquemas conceituais que estão sendo considerados durante a falha de tradução. [...] “Incomensurável” é, claro, a palavra de Kuhn [...] para “não inter-traduzível”. (DAVIDSON, 1974, p.12)

Essa incomensurabilidade pode ser radical (os esquemas são completamente intraduzíveis) ou local (apenas alguns elementos não se traduzem).

3.1.1.2.1 – Crítica à Incomensurabilidade Radical (ou Falha Total na Tradução)

Para dizermos que dois esquemas conceituais são incomensuráveis entre si, precisamos de uma base comum aos dois esquemas a partir da qual podemos compará-los,

para só depois inferir que eles são radicalmente incomensuráveis. Mas se podemos compará-los, a partir de uma base comum, eles não são incomensuráveis. É o que diz Davidson:

A metáfora dominante do relativismo conceitual, a dos diferentes pontos de vista, parece atrair um paradoxo subjacente. Diferentes pontos de vista fazem sentido, mas apenas se houver um sistema de coordenadas comum no qual traçá-los; ainda a existência de um sistema comum desmente a alegação de incomparabilidade dramática. (DAVIDSON, 1974, p.6).

Veja que estamos diante de um paradoxo: não podemos falar em incomensurabilidade se os sistemas não possuem uma base comum para poder compará-los; mas se possuem algo em comum, não são incomensuráveis.

Portanto, os que atestam a incomensurabilidade dos esquemas conceituais primeiramente os reconstroem a partir do seu próprio esquema conceitual. Para isso, é preciso traduzir os conceitos para o seu próprio idioma. Mas logo em seguida dizem que isso não é possível:

Whorf, ao querer demonstrar que o Hopi incorpora uma metafísica tão estranha à nossa que o inglês e o Hopi não podem, nas suas palavras, “serem calibrados”, usa o inglês para transmitir os conteúdos de exemplos de sentenças do Hopi. Kuhn descreve com brilhantismo a forma como as coisas eram antes da revolução utilizando – como não fazê-lo? – o nosso idioma pós-revolucionário. (DAVIDSON, 1974, p.6)

Com essa informação podemos entender melhor a crítica de Davidson à tese de incomensurabilidade total: para comparar os diferentes esquemas conceituais (a física aristotélica e a física newtoniana, por exemplo), Kuhn precisou reconstruí-los e intertraduzi-los utilizando a sua linguagem moderna, ou seja, ele faz algo (uma inter-tradução) e ao mesmo tempo diz que é impossível de se fazer. Veremos adiante que, para defender dessa crítica, Kuhn afirma que Davidson confunde o conceito de tradução com o de interpretação e, em virtude dessa confusão, defende em “On the Very Idea of a Conceptual Scheme” que sempre há tradução.

Todos os esquemas conceituais têm seu fundamento em uma determinada língua; então em vez de se falar em esquemas conceituais diferentes, Davidson propõe falar em idiomas diferentes:

Podemos aceitar a doutrina que associa ter um idioma com ter um esquema conceitual. A relação suposta pode ser isto: se os esquemas conceituais diferem, o mesmo ocorre com as línguas. Mas falantes de diferentes línguas podem compartilhar um esquema conceitual desde que haja uma maneira de traduzir um idioma para o outro. Estudar os critérios de tradução é, portanto, uma forma de enfocar critérios de identidade para esquemas conceituais. (DAVIDSON, 1974, p.6)

É preciso encontrar um idioma exógeno e tentar traduzi-lo para o inglês, por exemplo. Se não conseguirmos uma tradução, poderemos afirmar que eles são incomensuráveis. Mas aqui surge outro problema: se não traduzirmos o comportamento do falante do idioma exógeno como uma linguagem, como saberemos que o seu comportamento constitui um comportamento de fala (e que ele não é apenas, digamos, um balbuciar)?

[D]evemos sustentar que uma forma de atividade que não pode ser interpretada como linguagem em nossa língua não é o comportamento de fala. [...] Não pode haver dúvida de que a relação entre ser capaz de traduzir a língua de alguém e ser capaz de descrever suas atitudes é muito próximo. (DAVIDSON, 1974, p. 7-8)

Se atribuirmos ao comportamento do falante um sentido linguístico, então obrigatoriamente precisaremos traduzir o que ele fala. Portanto, a própria necessidade de atribuir significado ao comportamento linguístico do outro nos força a aceitar que sempre há tradução. Se não pudermos traduzir uma linguagem exógena para o inglês, então o problema não é que tenhamos esquemas conceituais incomensuráveis, e sim que não há linguagem para ser traduzida. Por isso, Davidson defende, no texto em estudo, que sempre há a possibilidade de tradução, e nega a incomensurabilidade total entre esquemas conceituais. Porém, Kuhn, no Posfácio da *Estrutura*, e em artigos da década de 80, conforme mostraremos adiante, afirmou que a incomensurabilidade entre os esquemas conceituais não é total e sim local.

3.1.1.2.2 – Crítica à incomensurabilidade moderada (ou à falha parcial na tradução)

Um caso de incomensurabilidade moderada ocorreria quando apenas um grupo localizado de sentenças não pudesse ser traduzido, enquanto o resto da linguagem não oferecesse grandes dificuldades, tendo isso em vista diz Davidson:

Eu me volto agora para a abordagem mais modesta: a ideia de falha parcial em vez de falha total da tradução. Isso introduz a possibilidade de fazer mudanças e

contrastes em esquemas conceituais inteligíveis por referência à parte comum.
(DAVIDSON, 1974, p.17)

Ele tentará demonstrar que esses casos de incomensurabilidade moderada se degeneraram em uma incomensurabilidade radical e, portanto, incorrem nos mesmos paradoxos apontados anteriormente.

No caso de incomensurabilidade moderada, usa-se a porção da linguagem que é traduzível como pano de fundo para se referir à parte incomensurável. A vantagem aparente da defesa dessa forma de incomensurabilidade é que ela não leva aos paradoxos que decorrem da incomensurabilidade radical. Mas a existência de uma incomensurabilidade moderada parece entrar em contradição com a ideia de holismo semântico, adotada tanto por Quine quanto por Kuhn. Vale ressaltar que a proposta do holismo semântico, até 1969, encontrava-se somente nos textos de Quine, aparecendo mais diretamente nos textos de Kuhn, a partir da década de 1980, conforme mostraremos adiante. Porém, como Davidson, já em 1973 associou a teoria de Quine à de Kuhn, ele usará essa ideia para refutar a tese da incomensurabilidade parcial.

Ao atacar o reducionismo verificacionista, conforme mostramos no Capítulo 2, Quine propôs a tese do holismo: a unidade significativa não seria as proposições, mas o esquema conceitual como um todo. Sendo assim, as relações inferenciais entre as sentenças de um esquema conceitual seriam tecidas em uma malha demasiadamente estreita. Por isso, o reducionismo verificacionista que avalia cada sentença individualmente não seria possível, pois, se promovermos a alteração de uma única sentença devido a um veredicto do “tribunal das experiências”, isso geraria um efeito em cadeia. O esquema conceitual constitui um todo harmônico. Seguindo esse raciocínio a incomensurabilidade moderada não seria possível, pois o simples fato de termos um núcleo incomensurável repercutiria por todo esquema conceitual, levando todo ele a se tornar incomensurável, já que o holismo obriga o esquema conceitual a ser um todo integrado.

O holismo acaba por fazer colapsar os ditos casos de incomensurabilidade local (ou moderada) e transformá-los em casos de incomensurabilidade total (ou radical). Com essa redução dos casos de incomensurabilidade moderada aos radicais, elimina-se a possibilidade de uma incomensurabilidade moderada. Quanto à incomensurabilidade radical, já mostramos como Davidson diz não fazer sentido, por conduzir a paradoxos.

Nos anos seguintes, sobretudo na década de 1980, Kuhn redige vários artigos na tentativa de defesa da tese da incomensurabilidade e no esclarecimento do seu pensamento. A maior parte desses artigos foram reunidos na obra *O Caminho desde a Estrutura* (2017). A seguir apresentaremos a reelaboração do seu pensamento sobre o assunto, utilizando dois dos principais artigos da coletânea: “O que são as Revoluções Científicas” (publicado originalmente em 1981) e o “Comensurabilidade, Comparatividade e Comunicabilidade” (publicado originalmente em 1983), além de passagens de outros textos constantes na obra do autor. Nesses textos, Kuhn tenta reafirmar sua posição, defendendo: o relativismo ontológico e a incomensurabilidade (local) dos esquemas conceituais.

3.2- Kuhn

3.2.1- Kuhn: incomensurabilidade semântica e relatividade ontológica em *O caminho desde A estrutura*

Uma das concepções que apresentamos no Capítulo 1 foi a ideia de que, alcançada uma linguagem científica neutra e logicamente perfeita que espelhasse a realidade via proposições protocolares, o significado e a referência dos termos e dos enunciados científicos não variariam⁴⁷. Ademais, buscava-se mecanismos metodológicos que garantissem a neutralidade das observações na apreensão da “realidade empírica”. Kuhn, em sua clássica obra de 1962, além de ajudar a construir uma nova visão acerca do progresso do conhecimento científico, propôs uma nova concepção de mundo, cujas referências não são absolutas, mas dependentes dos esquemas conceituais (ou paradigmas) humanos. Nesse contexto, os filósofos não devem buscar constituir uma linguagem logicamente perfeita para auxiliar os cientistas, como propôs Carnap, mas tentar entender como se dá a relação entre os esquemas conceituais, as práticas científicas, os valores, os métodos, a visão de mundo e a realidade.

Outro ponto importante discutido na *Estrutura* foi sobre as possibilidades de comparação e comunicação entre esses diversos esquemas conceituais. Ao realizar esse

⁴⁷ Essa leitura é referendada por Kuhn: “Teorias verificacionistas atribuem significados a sentenças individuais e, por meio delas, aos termos individuais que estas sentenças contêm. Cada termo tem um significado determinado pelo modo como as sentenças que o contêm são verificadas”. (KUHN, 1989, p.100, nota 27).

estudo, Kuhn propôs a tese da incomensurabilidade dos paradigmas; e recebeu logo em seguida diversas críticas, tanto pela elaboração do conceito de paradigma quanto por sua proposta de incomensurabilidade, conforme apresentamos no subtópico anterior. Após isso o seu trabalho, em especial durante a década de 1980, foi o de reelaborar e refinar as suas teses na tentativa de desvencilhar-se dessas críticas. Durante esse trajeto, Kuhn foi substituindo o uso do termo “paradigma” por “lêxico” e suas reflexões passaram a contemplar, também, temas da filosofia da linguagem. O problema da incomensurabilidade, que possuía vários níveis, passa a ser eminentemente do campo da semântica e emerge com uma nova roupagem: a questão da não inter-tradutibilidade. O enfoque se dirige a certos termos cujos referentes e significados modificam-se na passagem de um lêxico a outro, gerando uma incomensurabilidade local.

3.2.1.1 - “O que são as revoluções científicas”

Revolução científica e relatividade ontológica

Kuhn (1981) segue na defesa da tese da incomensurabilidade esclarecendo o que ele entende por “revolução científica”, pois julga que parte da incompreensão de seus escritos se deve ao fato de seus críticos não compreenderem precisamente como ele diferencia a ciência normal e a ciência revolucionária. A esmagadora maioria dos avanços científicos ocorrem a partir da primeira forma de atividade científica: a cumulativa normal (KUHN, 1981, p.24). Porém, há “avanços” que ocorrem de maneiras bem mais problemáticas e “[...] envolvem descobertas que não podem ser acomodadas nos limites dos conceitos que estavam em uso antes de terem sido feitas. A fim de fazer ou assimilar uma tal descoberta, deve-se alterar o modo como se pensa, e se descreve, algum conjunto de fenômenos naturais” (KUHN, 1981, p.24). Essas são as revoluções científicas. É o que ocorre, por exemplo, com a “invenção”⁴⁸ da segunda lei de Newton. Nesse caso os conceitos de força e massa não são os mesmos dos que eram utilizados antes de sua introdução, substituindo o antigo o esquema conceitual. Ocorre o mesmo fato com a transição da teoria astronômica ptolomaica para a copernicana: “antes de ocorrer a transição, o Sol e a Lua eram planetas; a Terra não era. Depois dela, a Terra era um

⁴⁸ Kuhn prefere o termo “invenção” ao termo “descoberta”.

planeta, como Marte e Júpiter; o Sol era uma estrela, e a Lua era uma nova espécie de corpo, um satélite” (KUHN, 1981, p.25).

Nos dois casos anteriores há uma mudança na forma de enxergar os fenômenos e também, de alguma maneira, o referencial dos termos mudam, por isso eles não podem ser vistos como simples correções de erros: “não se pode passar do velho ao novo simplesmente por um acréscimo ao que já era conhecido. Nem se pode descrever inteiramente o novo vocabulário do velho ou vice-versa” (KUHN, 1981, p.25). Pois, eles “ligam-se à natureza de modos diferentes” (KUHN, 1981, p.26). Em virtude disso, não existe apenas a ciência normal e o desenvolvimento cumulativo, pois, em casos como esses, não se pode passar da antiga compreensão dos fenômenos a uma nova teoria acrescentando algo ao que já era conhecido. Investigando casos em que ocorre uma revolução científica, como nos exemplos citados e outros (como a pilha elétrica de Alessandro Volta e o estudo de Max Plank sobre o chamado problema do corpo negro), Kuhn identificou três características nas revoluções científicas que denotam a incomensurabilidade dos esquemas conceituais. As revoluções científicas promovem mudanças: i) holísticas em relação ao esquema conceitual anterior; ii) nas categorias taxonômicas e nos significado dos termos; iii) no conhecimento da natureza, decorrente de mudanças na linguagem. Vejamos um pouco mais sobre cada uma dessas três características.

*As três características de uma revolução científica e a retomada da tese da
incomensurabilidade*

Kuhn notou a primeira característica das revoluções científicas quando estudava para preparar um curso sobre a física aristotélica para seus ouvintes, ainda em sua pós-graduação, no ano de 1947 (KUHN, 1981, p.26). Naquele momento ele estudava Aristóteles com uma “cosmovisão newtoniana”. Ele estava tentando entender quanto da mecânica foi construída por Aristóteles e quanto o foi por Galileu e Newton. Mas, naquela ótica, descobriu que Aristóteles não contribuiu com praticamente nada. Além disso, os escritos aristotélicos pareciam cheios de erros inferenciais e de observação. Mas isso lhe pareceu implausível, pois o estagirita é considerado tanto o pai da lógica quanto o de algumas ciências observacionais, tal como a biologia. Assim, ele fora um bom observador, o que gerou uma aparente contradição. Na verdade, os pressupostos teóricos, o esquema conceitual contemporâneo, que

Kuhn estava utilizando, não lhe permitia “enxergar” como Aristóteles “enxergava”. Os significados das palavras não eram os mesmos. Nas palavras de Kuhn: “perguntei-me: em vez de ser uma falha de Aristóteles, não seria uma falha minha? Talvez as suas palavras não tivessem sempre significado para ele e para os seus contemporâneos exatamente o que significavam para mim e para os meus” (KUHN, 1981, p.26).

Porém, em uma certa etapa de seus estudos, Kuhn conseguiu entender o esquema conceitual aristotélico a partir dele mesmo, e nesse momento toda a estrutura conceitual criada por Aristóteles fez sentido:

Os fragmentos em minha cabeça rearmaram-se de uma nova maneira, e encaixaram-se todos juntos em seus devidos lugares. Meu queixo caiu, pois, de repente, Aristóteles parecia, na verdade, um físico realmente muito bom, mas de um tipo que eu jamais havia sonhado ser possível. Agora eu pude entender tanto por que ele havia dito o que disse quanto o peso de sua autoridade. [...] Esse tipo de experiência - as peças subitamente se arrumando e se organizando de uma nova maneira - é a primeira característica geral da mudança revolucionária que isolei após considerar mais alguns exemplos. (KUHN, 1981, p.27)

Nessa experiência vivida por Kuhn, cada conceito aristotélico se ligou mutuamente aos demais constituindo uma estrutura holística, reorganizando o fluxo das experiências de uma maneira completamente diferente da organização estabelecida pelo esquema conceitual contemporâneo. Ao considerar a estrutura conceitual aristotélica como um todo, sem projetar a sua cosmovisão nela, Kuhn conseguiu enxergar a realidade com os “olhos” de Aristóteles. Nesse momento valorizou os resultados práticos da teoria aristotélica e entendeu algumas de suas teses, tal como a impossibilidade do vazio e os aspectos qualitativos da física.

Após compreender o esquema conceitual aristotélico, a concepção de movimento como mudança na qualidade do objeto e a concepção de uma física qualitativa mostram-se profundamente interdependentes. Na física de Aristóteles: “a posição, como a umidade ou o calor, é uma qualidade do objeto, qualidade que muda à medida que o objeto se move ou é movido” (KUHN, 1981, p.29). Assim, uma das características do objeto, que tem que ser especificada, é sua posição original, ou, em termos do esquema conceitual aristotélico, “o seu lugar natural”; isto é, cada elemento “prefere” estar em um local diferente e específico, em relação ao centro da Terra, que também é considerado por Aristóteles o centro do universo.

Por isso, ao ser movido do seu lugar natural, um objeto tenderia a voltar para lá, e isso geraria o movimento. É em virtude disso que, em tal visão, as pedras caem, pois seu lugar natural é na terra; e o fogo sobe, pois seu lugar natural é no céu. Também passou a fazer sentido a tese de que não existe vácuo ou espaço vazio:

Se a posição é uma qualidade, e se as qualidades não podem existir separadas da matéria, então, deve haver matéria onde quer que haja posição, onde quer que um corpo possa estar. Mais ainda: isso significa dizer que deve haver matéria por todo o espaço: o vazio, o espaço sem matéria, adquire o estatuto, digamos, de um círculo quadrado. (KUHN, 1981, p.30)

A partir dessa experiência, de compreensão do esquema conceitual aristotélico, Kuhn entendeu que há diferentes maneiras de se recortar, perceber e descrever o mundo dos fenômenos (KUHN, 1981, p.31), condicionada por esses esquemas. Em cada estrutura conceitual, os conceitos se encaixam como peças de quebra-cabeça e tornam-se um todo integrado, que condiciona uma determinada visão da realidade.

Primeira característica de uma revolução científica

Portanto, a primeira característica das revoluções científicas são as mudanças interrelacionadas na rede conceitual, que de tão profundas, passam a constituir um novo esquema conceitual. Essas mudanças diferem-se das mudanças que ocorrem durante a prática da ciência normal: “Na mudança normal, simplesmente revisasse ou acrescentasse uma única generalização e todas as outras permanecem as mesmas. Na mudança revolucionária, é preciso, ou viver com a incoerência, ou revisar em conjunto várias generalizações interrelacionadas” (KUHN, 1981, p.41). Por tudo que foi dito até aqui, Kuhn tentou justificar sua tese de que cada sistema teórico deve ser compreendido a partir dele mesmo, o que inviabiliza comparações, tendo em vista como ocorrem as revoluções científicas. Isso o fez retomar a tese da incomensurabilidade. Em seu exemplo, os conceitos do esquema conceitual aristotélico “encaixam-se para formar um todo integrado, um todo que precisou ser quebrado no percurso até a mecânica newtoniana” (KUHN, 1981, p.32).

Kuhn segue com outros exemplos retirados da história da física. Em especial a mudança revolucionária promovida a partir dos estudos sobre a radiação do corpo negro

realizados por Max Planck. Quando esse cientista tentou explicar como a cor de um corpo muda com a mudança de temperatura, introduziu um novo esquema conceitual em relação à física clássica, que concebia o espectro energético como contínuo. Em direção oposta, Planck propôs que a energia (nesse caso em forma de radiação eletromagnética) é absorvida ou emitida por um corpo aquecido não sob a forma de ondas, como pensava Maxwell, mas por meio de pequenos “pacotes” de energia, os quais Planck denominou “quantum” de energia. Depois disso, a energia, a partir dos trabalhos de Planck, não é concebida como contínua, mas passou a ser vista como quantizada e descrita pela função: $E = n \cdot h \cdot \nu$ (onde “ E ” é o valor da energia, “ n ” o um número inteiro positivo, “ h ” é a constante de Planck e “ ν ” a frequência da radiação emitida). Surge um novo esquema conceitual para interpretar o mundo dos fenômenos, que ficou conhecido como física quântica.

Em resumo, a primeira característica de uma revolução científica pode ser enunciada da seguinte forma: “as mudanças revolucionárias são holísticas. Isto é, elas não podem ser feitas gradualmente, um passo de cada vez, e assim contrastam com as mudanças normais ou cumulativas” (KUHN, 1981, p.41). Ou seja, a rede conceitual está interligada, pois os conceitos são interdependentes e formam um todo integrado; e quando ocorre uma revolução científica não muda-se ou acrescenta-se apenas um ou alguns conceitos no interior do esquema conceitual, mas surge o advento de um novo esquema conceitual.

A segunda característica de uma revolução científica

Uma segunda característica é o estabelecimento de novos significados para os antigos termos. Mais precisamente, segundo Kuhn, ocorre uma mudança em como esses termos se ligam à natureza, pois o novo esquema conceitual, pós-revolucionário, “altera a realidade” e consequentemente os referentes. Sobre isso diz o filósofo:

Como enfatizado por recentes estudos sobre a referência, qualquer coisa que se saiba sobre os referentes de um termo pode ser útil para a conexão desse termo à natureza. [...] O caráter distintivo de uma mudança revolucionária na linguagem é que ela altera não apenas os critérios pelos quais os termos se ligam à natureza, mas também, por extensão, o conjunto de objetos ou situações a que esses objetos se ligam. (KUHN, 1981, p.42)

Nesse sentido, a palavra “movimento”, que constitui uma determinada categoria unificadora de objetos e eventos, ligam-se a certos elementos e acontecimentos do mundo, quando utilizada no esquema conceitual aristotélico (há movimento, por exemplo, da semente atualizando a sua potência e se transformando em árvore de carvalho) e que não ocorrem quando utilizamos o esquema conceitual newtoniano (estando a semente numa mesma posição no transcorrer do tempo, não existe movimento quando se transforma em árvore). Além disso, a rede conceitual ao qual se liga internamente o conceito de movimento é diferente nos dois casos. Por isso, Kuhn (1981, p.42) considera os conceitos como “moedas de duas faces”, cuja face externa se liga ao mundo e a face interna à rede conceitual da qual faz parte. Com a revolução científica, os dois tipos de ligações se modificam.

A terceira característica de uma revolução científica

A terceira característica está relacionada com a segunda: modificando-se a rede conceitual, modifica-se o conhecimento científico acerca do mundo e o conhecimento das palavras (ou dos conceitos). Sobre essa terceira característica, diz Kuhn: “esses dois tipos de conhecimentos, conhecimento das palavras e da natureza, são adquiridos em conjunto; na realidade, não são dois tipos de conhecimento, mas duas faces da única moeda que uma linguagem fornece” (KUHN, 1981, p.45). Assim, a linguagem fornece o conhecimento tanto do mundo quanto de si própria por meio dos conceitos. Alterando-se a rede conceitual modifica-se também o conhecimento. O conceito de energia descontínua elaborado por Planck, por exemplo, gerou um novo conhecimento científico acerca do mundo (em relação aos esquemas conceituais anteriores), e criou uma nova rede conceitual em torno da palavra “quantum” (inclusive esse novo esquema conceitual ficou conhecido como “física quântica”, em oposição ao esquema conceitual denominado de física clássica).

Em resumo, as três características observadas em todas as revoluções científicas, segundo Kuhn, são essas: 1º característica - elas promovem uma mudança holística no esquema conceitual que descreve e explica os fenômenos, constituindo-se um novo esquema conceitual; 2º característica - essa mudança holística abarca tanto os aspectos internos ao esquema (no significado dos termos e na rede interdependente dos conceitos) quanto nos referentes (os conceitos passam a estabelecer ligações com outros objetos e eventos da realidade); 3º característica - essa mudança de esquema conceitual gera novos conhecimentos.

A partir da compreensão dessas três características fica mais claro entender por que, para Kuhn, os esquemas conceituais são incomensuráveis. Os significados de cada conceito depende da rede conceitual ao qual ele se insere, e cada esquema conceitual configura o mundo de determinada maneira. Modificando essa rede, modifica-se os significados e altera-se a percepção da realidade, gerando novos conhecimentos. Essas ideias são retrabalhadas no texto “Comensurabilidade, Comparatividade e Comunicabilidade” (1982). Além disso, esse artigo é muito importante para o nosso estudo exploratório, pois é nele que Kuhn dialoga diretamente com Davidson.

3.2.1.2 - “Comensurabilidade, comparatividade e comunicabilidade”

Kuhn inicia o artigo “Comensurabilidade, Comparatividade e Comunicabilidade” (1982) esclarecendo o uso do termo “incomensurabilidade”. Segundo o filósofo, ele (e também Paul Feyerabend) retirou esse conceito do campo da geometria, a partir de seus estudos matemáticos e começou a aplicá-lo à filosofia da ciência por volta do ano 1962. A relação de incomensurabilidade se estabelece entre a hipotenusa e qualquer um dos catetos de um triângulo isósceles, e também entre a circunferência de um círculo em relação ao diâmetro do mesmo círculo. Nesses dois casos não há nenhuma unidade de comprimento pela qual ambos os elementos (catetos e hipotenusa ou circunferência e diâmetro) possam ser divididos, sem deixar resto. Portanto, nesses casos, não há nenhuma medida em comum. A essência dessa ideia foi então levada para o campo da filosofia da ciência, porém ressignificada da seguinte maneira: “nenhuma medida comum” passa a ser “nenhum conceito em comum”. A tese por trás dessa ideia é a de que não há uma linguagem neutra que subjaz a todas teorias e que serviria de parâmetro para a tradução, sem que haja perdas.

Assim, Kuhn, e também Feyerabend, começaram a aplicar o termo para conceitos científicos homônimos, mas provenientes de teorias diferentes: “Cada um de nós estava especialmente preocupado em mostrar que os significados de termos e conceitos científicos - “força” e “massa”, por exemplo, ou “elemento” e “composto”- com frequência mudavam de acordo com a teoria na qual eram empregados” (Kuhn, 1982, p. 48). Em virtude disso, ambos os filósofos chegaram a uma mesma conclusão: era impossível definir todos os termos de uma teoria utilizando somente o vocabulário de outra. Essa ideia foi sintetizada pela expressão “incomensurabilidade semântica”. Se considerarmos a *Estrutura*, notamos a defesa de que a

incomensurabilidade se manifesta em vários níveis. Porém, nas obras da década de 80, como é o caso do artigo em estudo, Kuhn vai especializando a ideia de incomensurabilidade, considerando-a apenas no nível semântico.

Prova disso foi que o principal termo (“paradigmas”) que Kuhn utilizou para expressar suas ideias na *Estrutura* foi substituído por “léxicos”. Assim, ele procurará defender a relatividade ontológica e a incomensurabilidade (semântica) constituindo argumentos retirados das discussões do campo da filosofia da linguagem, sobretudo em torno do “problema da tradução”, conforme apresentaremos adiante. Após esclarecer (sucintamente) o conceito de incomensurabilidade, Kuhn passa então a apresentar as críticas que foram dirigidas a ele. Nesse momento ele inicia um diálogo com o texto apresentado no tópico anterior (“On the Very Idea of a Conceptual Scheme”), dizendo que as principais críticas à ideia de incomensurabilidade são provenientes do referido texto Davidson (KUHN, 1982, p.49, Nota 6) e também de Kitcher.

Kuhn retoma as críticas de Davidson em “On the Very Idea of a Conceptual Scheme”

A primeira crítica de Davidson à qual Kuhn se refere é a seguinte: se não há nenhuma maneira de enunciar duas teorias utilizando o vocabulário de uma mesma linguagem, então não é possível compará-las, e por isso são ditas incomensuráveis. Porém, para dizermos que duas teorias são incomensuráveis, primeiramente houve uma comparação, a partir de determinadas coordenadas comuns. Logo, elas não são totalmente incomensuráveis (apresentamos melhor essa crítica no tópico anterior). Kuhn resume-a da seguinte forma: “falar de diferenças e comparações pressupõe a existência de um terreno comum, e isso é o que os proponentes da incomensurabilidade, que com frequência falam de comparações, parecem negar. Nesse ponto sua fala é necessariamente incoerente” (KUHN, 1982, p.49).

A segunda crítica, a si mesmo, descrita por Kuhn é parecida com a primeira: “pessoas como Kuhn - afirmam - dizem-nos que é impossível traduzir velhas teorias numa linguagem moderna, mas logo a seguir, essas pessoas fazem justamente isso” (KUHN, 1982, p.49). Ou seja, para comparar as teorias de Aristóteles, Newton ou Planck, Kuhn precisou reconstruí-las e intertraduzí-las e, para isso, utilizou a sua própria linguagem, justamente a sua linguagem contemporânea, o que antes afirmara ser impossível.

Para refutar tais críticas, o filósofo inicia por desfazer alguns mal entendidos acerca de sua proposta. De modo a defender a tese da incomensurabilidade semântica, Kuhn passa a utilizar um recurso indireto: demonstrar que não é possível uma tradução perfeita entre os esquemas conceituais (ou entre línguas). Ele diz que os que defendem essa possibilidade o fazem por ignorância ou confusão. A primeira delas é confundir tradução com interpretação; a segunda é confundir tradução com a aquisição de uma nova língua; e a terceira é confundir tradução com determinação da referência. Ao esclarecer esses três tipos de diferença, o filósofo rebate automaticamente as críticas de Davidson.

Após elucidar alguns mal entendidos e responder aos seus críticos, Kuhn irá defender que, em uma tradução perfeita, deveria se preservar não apenas as referências, mas também os mesmos significados. Ocorre que ele, em suas obras finais, adota a teoria holística dos significados. Mas ao contrário de Quine, que, segundo ele, confunde tradução com interpretação e, por isso, diz que a tradução é possível, porém indeterminada, Kuhn irá sustentar que ela é impossível, mesmo fazendo uso de expedientes como as hipóteses analíticas e notas do tradutor; pois uma tradução, para ele, deve preservar não somente os valores de verdade nos mesmos contextos, mas principalmente os mesmos significados. E preservar os significados dos termos é impossível, pois eles são estabelecidos a partir das conexões na rede conceitual na qual estão originalmente inseridos. Esse é um breve resumo de todo percurso que trilharemos a partir de agora. Ao final ressurgirá a tese da incomensurabilidade (apenas no nível semântico) e, como consequência, novamente a tese do relativismo ontológico.

Primeira confusão: tradução x interpretação

O maior mal entendido cometido por Quine, segundo Kuhn, foi confundir o processo de tradução com o de interpretação. Na visão de Kuhn, Davidson (e também Kitcher e Putnam) tece críticas injustas a ele por incorrerem no mesmo erro: “Todos três fazem um esboço da técnica de interpretação, mas descrevem seus resultados como tradução” (KUHN, 1982, p.52). Ocorre que Kuhn não diverge acerca da possibilidade de interpretação, antes defende somente a impossibilidade da tradução. Porém, os seus críticos não souberam diferenciar esses dois processos adequadamente e equiparam interpretação com tradução:

Essa equiparação pode ser rastreada pelo menos até *Word and Object*, de Quine. Acredito que esteja errada e que o erro é importante. Sustento que a interpretação, um processo a respeito do qual terei mais a dizer, não é o mesmo que tradução, pelo menos não como a tradução tem sido concebida em boa parte da filosofia recente. É fácil fazer essa confusão. [...] A tradução é algo feito por uma pessoa que conhece duas línguas. Perante um texto escrito ou oral, em uma dessas línguas, o tradutor sistematicamente substitui as palavras ou sequências de palavras do texto por palavras ou sequências de palavras da outra língua, de modo que se produza um texto equivalente nessa outra língua (KUHN, 1982, p.52).

Portanto, o experimento de tradução radical, proposto por Quine em *Palavra e Objeto* (2010), na visão de Kuhn, deveria se chamar “interpretação radical”, uma vez que o linguista não conhece o idioma do nativo. Assim é fundamental a diferenciação entre os processos de tradução e interpretação.

Uma tradução perfeita, segundo Kuhn, deve possuir duas características primordiais: i) o processo de tradução não pode modificar o significado das palavras (ou das expressões) da língua original; ii) deve-se encontrar, na outra língua, palavras ou expressões que correspondam exatamente aos mesmos referentes que as palavras ou expressões da língua original, sem a necessidade de notas explicativas ou prefácio do tradutor: “notas explicativas e prefácios de tradutores não fazem parte da tradução, e uma tradução perfeita não teria necessidade de nenhum deles” (KUHN, 1982, p. 53). Já a interpretação é um processo praticado por historiadores e antropólogos, entre outros. Nesse caso o intérprete domina apenas uma língua: “O “tradutor radical” de Quine é, de fato, um intérprete, e ‘GAVAGAI’ exemplifica o material ininteligível do qual ele faz parte” (KUHN, 1982, p.53). Outrossim, o antropólogo que estuda a língua de uma tribo isolada, ou o historiador da ciência, que estuda esquemas conceituais diferentes, têm quase sempre diante de si somente ruídos e inscrições ininteligíveis de um sistema linguístico desconhecido. O indivíduo que realiza uma dessas atividades deve ser chamado de intérprete, e seu trabalho é o de aventar hipóteses a partir da observação do comportamento verbal ou dos escritos que possui diante de si. Se suas hipóteses forem corroboradas, ele está em processo de aquisição de outra língua ou de outro esquema conceitual, e não realizando uma tradução.

Se prestarmos atenção no parágrafo anterior, Kuhn está rebatendo as críticas de Davidson: quando o historiador ou filósofo da ciência reconstrói um esquema conceitual antigo a partir do seu, o que é possível, ele não está traduzindo, o que é impossível, mas está

realizando a atividade de interpretação. Pode ocorrer também que o pesquisador consiga aprender o esquema conceitual exógeno (como Kuhn aprendeu o esquema conceitual aristotélico), ou o linguista consiga aprender a língua dos nativos, no caso do exemplo de Quine; mas nessa situação não ocorre uma tradução, e sim a aquisição de uma nova linguagem. Porém, vale ressaltar que em nenhum desses casos, segundo Kuhn, há tradução.

Segunda confusão: tradução x aquisição de uma nova língua

Assim, se as hipóteses do linguista quineano forem bem sucedidas, ele não está traduzindo o idioma nativo para o seu próprio idioma, mas aprendendo outra língua, o idioma do nativo: “Adquirir uma nova língua não é o mesmo que traduzir dela para a própria língua. [...] [O]s exemplos de Quine são sistematicamente enganadores, pois confundem interpretação e tradução” (KUHN, 1982, p.53). O linguista quineano não precisava ter um termo correspondente a “gavagai” em sua própria língua para aprender a utilizar o termo nativo. Da mesma forma que aprendeu a utilizar os termos da sua língua materna, o linguista pode aprender a utilizar os termos nativos: “em vez de traduzir, o intérprete pode simplesmente aprender qual é o animal em questão e usar, para esse animal, o termo empregado pelos nativos” (KUHN, 1982, p.53). Mas, somente após aprender a utilizar o termo na língua nativa, considerando as conexões estabelecidas no interior do esquema conceitual nativo, o linguista poderá tentar traduzi-lo para sua própria língua. Assim a tradução, com base no manual quineano, segundo Kuhn não é possível. Ou o tradutor aprende a língua a ser traduzida (aquisição de uma nova língua) e passa a utilizá-la em sua totalidade, ou fica restrito ao processo de interpretação (KUHN, 1982, p.70).

Terceira confusão: Tradução x determinação da referência.

Além de Davidson, Kitcher, um filósofo e comentador das obras kuhnianas, também comete um mal entendido ao confundir a determinação da referência com o processo de tradução. Segundo Kuhn, Kitcher argumenta com sucesso que os termos da linguagem da química do século XX podem ser utilizados para identificar os referentes dos termos e expressões da química do século XVIII, caso esses termos se referiam a alguma coisa. Podemos conceber, por exemplo, “ar deflogisticado” como “uma atmosfera rica em

oxigênio”, e “ar flogístico” como um “ar do qual foi removido o oxigênio”. Porém, esse processo de determinação da referência, a partir de esquemas conceituais diferentes, não é o mesmo que intertraduzi-los: “Kitcher, contudo, descreve esse processo de determinação da referência como tradução, e sugere que sua disponibilidade deveria pôr um fim à menção da incomensurabilidade. Em ambos aspectos, parece-me estar enganado” (KUHN, 1982, p.56). Em primeiro lugar porque o termo “flogístico”, no contexto da química, do século XVIII, pode designar diferentes referentes em função do contexto que é utilizado, podendo inclusive não se referir a nada. Sobre isso diz Kuhn: “na expressão “durante a combustão é emitido flogístico” - o termo ‘flogístico’ não se refere a nada, mas há outros contextos nos quais se refere ao hidrogênio” (KUHN, 1982, p.55). Assim, existem várias possibilidades de tradução para o termo ou talvez, por isso mesmo, não existe nenhuma absolutamente correta.

Para evitar problemas durante o processo de tradução, em casos como os citados no parágrafo anterior, Kitcher sugere duas alternativas: 1º) deixar um espaço em branco no lugar da palavra ou expressão correspondente; assim preservariam-se os valores de verdade. Porém, Kuhn protesta: “deixar um espaço em branco é fracassar como tradutor” (KUHN, 1982, p.56); 2º) colocar na tradução de forma justaposta as diferentes traduções possíveis. Essas duas alternativas (deixar os espaços correspondentes à palavra ou a expressão vazios ou colocar as várias traduções possíveis de forma justapostas) deixariam a tradução muito confusa e causaria perplexidade em alguém que a examinasse. Porém, mais complicado do que traduzir termos que possuem referências divididas é traduzir um termo que não possui referência. Vale lembrar que muitas teorias científicas do passado, segundo a visão atual, assemelham-se a mitos ou obras de ficção, não tendo referências na realidade. Como traduzir individualmente termos de referência dividida ou termos que não possuem referência para um outro esquema conceitual? Como manter o significado desses termos?

Teoria do significado em Kuhn: o holismo semântico

Kuhn é categórico em responder a pergunta anterior: não é possível manter o significado dos termos naquele caso. A partir dessa reflexão, ele apresenta a sua teoria do significado e da referência. Para traduzir termos de referência dividida, como por exemplo “flogístico”, é preciso traduzir conceitos inter-relacionados, que formam certas expressões, e que devem ser considerados simultaneamente para que se possa seleccionar os referentes. O

problema é que esses termos inter-relacionados podem ser intraduzíveis. Assim é preciso considerar o termo dentro de seu contexto original:

Entre as expressões que descrevem como são selecionados os referentes do termo “flogístico”, encontram-se várias que incluem outros termos intraduzíveis, como “princípio” e “elemento”. Junto com “flogístico”, eles constituem um conjunto inter-relacionado ou inter-definido que deve ser adquirido conjugadamente, num todo, antes que qualquer um deles possa ser usado e aplicado a fenômenos naturais. (KUHN, 1982, p.59)

Portanto, é impossível traduzir individualmente um conceito da química do século XVIII utilizando somente o esquema conceitual da química do século XX, pois esse termo só faz sentido quando considerado dentro do seu esquema conceitual original. Mas, como é possível que um historiador da ciência ensine os seus alunos sobre a teoria do flogístico? Ou como diria Davidson: o filósofo da ciência ou historiador da ciência, ao falar ao seu público sobre um esquema conceitual antigo, não deveria ter de traduzi-lo em termos do esquema conceitual contemporâneo, para que as pessoas pudessem compreendê-lo?

Primeiramente, o historiador da ciência tem de tentar “reconstruir” a visão de mundo do químico do século XVIII. Após isso, é preciso reconstruir a linguagem que eles utilizavam para descrever, explicar e explorar esse mundo. Nesse processo, pode haver palavras da linguagem contemporânea do historiador e de seus alunos que permaneceram inalteradas nos dois esquemas conceituais. Porém, haverá palavras que não são do vocabulário atual. Essas são as palavras intraduzíveis. Nesse momento o historiador deverá “inventar” um significado para elas. Sobre isso diz Kuhn: “a interpretação é o processo por meio do qual é descoberto o uso desses termos, processo que tem sido muito discutido recentemente sobre a rubrica de hermenêutica” (KUHN, 1982, p.61). Portanto, a atividade do historiador da ciência não é a de tradução, mas sim de interpretação, ou mais precisamente, de hermenêutica. Além de defender arduamente que se deve diferenciar os processos de tradução e interpretação, Kuhn afirma que, na tradução perfeita, dever-se-ia manter não só os mesmos referentes, mas também os mesmos significados.

Em uma tradução perfeita deve-se preservar não só as referências, mas também os mesmos significados

Para manter os mesmos significados os termos devem ser considerados em conjunto com as conexões que eles estabelecem na rede lexical do esquema conceitual no qual está inserido. Ou seja, o significado dos termos são instituídos a partir da estrutura interna do léxico. Nesta senda, Kuhn usa explicitamente a noção holista de significado. Sendo assim, quando se retira um termo de sua rede original, o significado fica comprometido, pois ele necessita da relação entre os termos. Assim, para Kuhn, a retirada do termo da sua relação lexical no esquema conceitual original ocasiona a perda do significado. Portanto, por maior que seja a quantidade de recursos utilizados (manual de tradução, hipóteses analíticas, etc.), a tradução não é possível. Aqui vemos a principal diferença entre as teorias quineanas e kuhnianas acerca da tradução. Para Quine cada esquema conceitual é único e conforma uma rede holística, uma “teia”, um “campo de força”. Porém, é possível estabelecer uma tradução de um para o outro, se utilizarmos um manual de tradução (que determina os significados em função dos contextos) e as hipóteses analíticas, que permitem uma tradução de blocos maiores de termos (sentenças). Porém, como pode haver mais de um conjunto de hipóteses analíticas, que dão conta das mesmas disposições discursivas, a tradução é possível, porém indeterminada. Portanto para Kuhn a tradução é impossível, mas para Quine ela é possível, porém indeterminada. Esse contraste de posições será melhor trabalhado adiante.

Segundo Kuhn, quando uma comunidade científica, em suas atividades, utiliza uma linguagem dotada de certas categorias taxonômicas, estabelece-se a possibilidade de comunicação entre seus membros, mantendo-se os mesmos referentes e significados. Porém, se duas comunidades utilizam léxicos distintos, ao empregarem termos idênticos, poderão estar apontando para entidades diferentes, pois os termos possuem significados distintos. Para que haja comunicação inter-comunidades é preciso que o membro de uma comunidade aprenda a utilizar o léxico da outra. Isto é, embora seja impossível a tradução aos moldes convencionais, é possível que um determinado estudioso se torne “bilíngue”, aprendendo a utilizar dois esquemas conceituais diferentes. O desafio passa a ser então a “aquisição de outra língua” e a correta utilização de outras categorias taxonômicas inerentes ao outro esquema conceitual:

Qualquer coisa que possa ser dita em uma linguagem pode, com esforço e imaginação, ser *compreendida* por um falante de outra. O

que é requisito para uma tal compreensão, contudo, não é a tradução, mas a aprendizagem de uma linguagem. O tradutor radical de Quine é, de fato, aprendiz de uma linguagem. Se ele tiver êxito, o que, creio, não é vedado por nenhum princípio, ele se torna bilíngue. Mas isso não garante que ele, ou qualquer outra pessoa, vá ser capaz de traduzir da língua recém-adquirida para aquela na qual foi educado. (KUHN, 1982, p.81).

O manual de tradução quineano e o uso dos especificadores de contexto e das hipóteses analíticas

Além disso, Kuhn acredita que a maioria das dificuldades das quais ele tenta se desvencilhar é gerada em razão de seus críticos considerarem que a tradução pode ser elaborada somente em termos referenciais, considerando os contextos reais. Kuhn, ao contrário, diz que é preciso se atentar também para a dimensão dos significados. A origem desse problema, segundo o filósofo, está na ideia do manual de tradução proposto por Quine. O manual de tradução quineano coloca uma palavra da língua nativa associada a uma ou mais palavras da língua inglesa e vice-versa, especificando-se os contextos de seu uso, na tentativa de se preservar os valores de verdade, após o processo de tradução:

Considerarei aqui o único exemplo ao qual aludi no início: a concepção de Quine de um manual de tradução. Um tal manual – o produto final dos esforços de um tradutor radical – consiste em listas paralelas de palavras e expressões, uma delas na língua do próprio tradutor, a outra na língua do povo que ele está investigando. Cada item em cada uma das listas é vinculado a um ou, frequentemente, a vários itens na outra, e cada vínculo especifica uma palavra ou expressão de uma língua que pode, supõe o tradutor, ser substituída nos contextos apropriados pela palavra ou expressão vinculada de outra língua. Onde os vínculos são do tipo de um para-muitos, o manual inclui especificações dos contextos nos quais cada um dos vários vínculos deve ser preferido. (KUHN, 1982, p.64).

O problema para o qual Kuhn aponta é que, em alguns casos, esses “especificadores de contexto” podem ser completamente ineficazes para resguardar o significado dos termos.

As palavras “spirit” e “flogisto” e a incomensurabilidade semântica

Em palavras que somente geram ambiguidade de interpretação os especificadores de contexto (organizados nas notas do tradutor) podem até funcionar: a exemplo da palavra “bank”, que pode ser traduzida para o português como “instituição financeira” ou como “margem de rio”, a depender do contexto específico. Ocorre que existem palavras onde estes especificadores não são suficientes para assegurar a tradução correta. A palavra “spirit”, por exemplo, possui uma infinidade de traduções possíveis (espírito, aptidão, mente, inteligência, perspicácia, atitude, etc.) e, nesse caso, não ocorre apenas uma ambiguidade, mas uma verdadeira disparidade conceitual: “embora as várias traduções apresentadas acima preservem o valor de verdade nos contextos apropriados, nenhuma delas é intencionalmente precisas em contexto algum” (KUHN, 1982, p.65).

Quine poderia propor que a palavra “spirit” pode ser traduzida em parte, por meio de determinados compromissos com um certo significado que a palavra possui, em detrimento dos outros, recorrendo-se aos especificadores de contexto e às hipóteses analíticas. Assim, embora a tradução seja indeterminada, ela seria possível. Além disso, para que ocorra esse tipo de tradução, na visão de Kuhn, dever-se-ia traduzir a palavra juntamente com os termos inter-relacionados que forneça ao termo o significado pretendido para aquele contexto, conforme apresentamos anteriormente. O mesmo ocorre com a palavra “flogisto”, pois precisa ser considerada juntamente com os: “grupos de termos inter-relacionados, vários dos quais precisam ser apreendidos em conjunto e que, quando aprendidos, dão uma estrutura a uma certa parte do mundo das experiências que é diferente daquela familiar aos falantes contemporâneos do inglês” (KUHN, 1982, p.65). Entretanto, sabemos que estas relações não podem ser transplantadas para o novo esquema conceitual, seja porque alguns termos já não existem na nova teoria, seja porque os termos que ainda permanecem já não se referem aos mesmos eventos. Portanto, esses problemas não podem ser solucionados pelo manual de tradução quineano, nem pelo uso de expedientes como as hipóteses analíticas. Assim a tradução não é possível.

Tendo em vista os exemplos citados, Kuhn conclui que tais palavras (“flogisto” e “spirit”) ilustram a ideia de incomensurabilidade semântica; e insiste na defesa de que, por mais que se tente, seja fazendo uso de especificadores de contexto, seja fazendo uso de hipóteses analíticas, uma tradução aportada nas propostas quineanas jamais será perfeita. Pois estará baseada em aspectos puramente extensionais, e não leva em consideração as características intensionais, que são impossíveis de serem preservadas no pareamento termo a termo. Isto posto, a proposta de tradução quineana, por mais que tente compensar as dificuldades de tradução com a elaboração de manuais, não consegue abarcar todas as conexões que são necessárias para que se mantenha o significado original.

Portanto, no que diz respeito ao processo de tradução, segundo Kuhn, ou se adota critérios demasiadamente fracos, como os propostos por Quine, onde não há a necessidade de preservação do significado, o que torna a tradução possível, porém indeterminada; ou se adota critérios demasiadamente fortes onde a tradução deverá preservar, além da referência, o significado. Nesse último caso a tradução é inviável, pois o significado depende das conexões estabelecidas na rede lexical do esquema conceitual; e como cada esquema conceitual é único, manter o mesmo significado original é impossível. Conclui-se que Kuhn não aceita nenhuma dessas duas propostas.

Finalizamos dizendo que para Kuhn não é possível a tradução entre esquemas conceituais. Em uma tradução perfeita dever-se-ai “preservar não apenas a referência, mas também o sentido ou a intensão. Essa é, com a rubrica de ‘invariância do significado’, a posição que tomei no passado e que adoto agora” (KUHN, 1982, p. 67). Pois as relações intensionais não podem ser transportadas para a teoria mais nova. Alguns termos já não existem na nova teoria e é possível que os termos que ainda existam já não se refiram às mesmas coisas e tenham estabelecido novas relações com termos novos inexistentes na antiga teoria, gerando novos significados. Não há, diz Kuhn, sobreposição completa dos termos novos aos antigos. Enfim, os problemas enfrentados pelo exercício da tradução não podem ser resolvidos pelo manual idealizado por Quine e apontam para uma incomensurabilidade semântica.

A defesa do relativismo ontológico e da tese da incomensurabilidade a partir do problema da tradução.

A partir dessa discussão, sobre os problemas presentes no processo de tradução, podemos perceber que Kuhn defende três teses (duas delas presentes em seus textos desde a *Estrutura*): 1º) o holismo, pois para que se preserve o significado específico de um termo, em determinado contexto, deve-se considerá-lo simultaneamente com um conjunto de termos que, quando associados à palavra em processo de tradução, faz com que ela preserve o significado pretendido. Sendo assim, toda e qualquer interferência ou tentativa de adaptação do termo, fora de seu esquema conceitual original, colocando o termo em um outro léxico, gera apenas confusão e desentendimento (KUHN, 1982, p.69); 2º) o relativismo ontológico, porém o que gera as “realidades distintas” com estruturas diferentes, não são os paradigmas sucessivos, mas sim as línguas (com suas redes lexicais e categorias taxonômicas) diferentes. Diz ele: “Essas observações podem também fornecer uma base para o meu segundo argumento recorrente: a asserção de que línguas diferentes impõem ao mundo estruturas diferentes” (KUHN, 1982, p.69). E por fim (3º) a incomensurabilidade semântica dos esquemas conceituais, porém fundamentada agora na ideia de intradutibilidade, se opondo à proposta do manual de tradução quineano: “Incomensurabilidade, assim, equivale à intradutibilidade” (KUHN, 1989, p.80).

Essas teses fazem com que Kuhn, em suas obras finais, proponha a ideia de que uma rede lexical é constituída e utilizada, ou por determinado grupo de cientistas (nesse caso forma-se um paradigma), ou por membros de determinada cultura (nesse caso constitui-se um idioma ou uma língua). Kuhn afirma que a constituição dessa rede lexical, ao contrário de simplesmente tentar espelhar a estrutura do mundo, “limita os fenômenos que podem ser descritos com a ajuda do léxico” (KUHN, 1982, p.69). O sistema lexical contém as categorias taxonômicas que “estruturam o mundo”. Os diferentes mundos podem até ter uma parte comum, mas jamais podem ser completamente iguais:

Possuir um léxico, um vocabulário estruturado, é ter acesso ao conjunto variado de mundos que esse léxico pode ser usado para descrever. Léxicos diferentes – os de diferentes culturas ou de diferentes períodos históricos, por exemplo – dão acesso a diferentes conjuntos de mundos possíveis, superpondo-se em grande parte, mas jamais por completo. (KUHN, 1989, p.80).

Concluímos a partir da leitura dos textos finais de Kuhn, que o autor continua a defender a ideia do relativismo ontológico baseado na tese da incomensurabilidade dos esquemas conceituais.

Ao compartilhar a mesma rede lexical, os membros de uma determinada comunidade (científica ou linguística) conseguem estabelecer uma perfeita comunicação entre si, onde não só as mesmas referências são resguardadas, mas também os mesmos significados dos termos utilizados. O mesmo não ocorre com falantes que utilizam estruturas lexicais (e categorias taxonômicas) diferentes: “é preciso que haja uma correspondência entre as estruturas taxonômicas, pois onde há uma diferença de estrutura, o mundo é diferente, a linguagem é privada, e a comunicação cessa até que uma das partes adquira a linguagem da outra” (KUHN, 1982, p.69). Portanto, o filósofo da *Estrutura* continuou a defender, em obras posteriores, a tese da incomensurabilidade dos esquemas conceituais e o relativismo ontológico, porém com uma nova roupagem.

3.3 - Conclusão do Capítulo 3

No presente capítulo retomamos todo o percurso histórico-exegético percorrido nos capítulos anteriores, à luz do texto “On the Very Idea of a Conceptual Scheme” (1974). Após estabelecer a proposta Quine-Kuhn segundo a visão de Davison, apresentamos as críticas davidsonianas à ideia de esquemas conceituais condicionando realidades (ou pontos de vista) diferentes. Mostramos que o principal alvo das críticas foi a coluna vertebral do relativismo ontológico: a tese da incomensurabilidade (ou não inter-tradutibilidade) dos esquemas conceituais. Davidson argumentou que, para haver a afirmação que dois esquemas conceituais são incomensuráveis, primeiramente tem-se de reconstruí-los à luz do esquema conceitual moderno e que está sendo utilizado. Após fazer isso, o defensor da incomensurabilidade passa então a dizer que o que ele acabou de fazer é impossível de ser feito. Além disso, sempre deve haver a tradução de um idioma para outro, ou então não se pode dizer que estamos falando de uma linguagem. Assim, a tradução sempre deverá acontecer antes que se diga que dois esquemas conceituais (ou léxicos) diferentes são incomensuráveis (ou não inter-traduzíveis).

Em sua resposta a Davidson, Kuhn afirma que o seu conterrâneo confunde tradução com o processo de interpretação, e que suas críticas são fruto dessa confusão. Kuhn defende que jamais será possível uma tradução perfeita, pois para isso deveria-se resguardar os

significados dos termos. Ocorre que, na passagem de um léxico para outro (seja após uma revolução científica, no âmbito da ciência, seja de um léxico para outro, no âmbito da linguística) os termos que permanecem, quando permanecem, não possuem os mesmos significados, pois estes são estabelecidos pelas conexões na rede lexical original. Ocorre também de, no outro esquema conceitual, não haver termos correspondentes aos que estão em processo de tradução. Conclui Kuhn que, embora seja possível o processo de interpretação e o bilinguismo, a incomensurabilidade semântica é um fato incontornável, devido a impossibilidade da tradução perfeita. Assim, mesmo voltando suas reflexões para o campo da filosofia da linguagem, Kuhn continuou a defender a tese da incomensurabilidade (especificamente, a semântica) dos esquemas conceituais e o relativismo ontológico.

Considerações finais

Em nosso estudo acerca de como a linguagem (ao lado dos outros elementos constituintes de uma cosmovisão) condiciona a percepção da realidade, iniciamos por apresentar a proposta de Carnap (inspirado no *Tractatus Logico-Philosophicus*). Naquele momento a realidade foi concebida como independente dos esquemas conceituais humanos, constituída por referências absolutas, e que a atividade científica e filosófica poderia elaborar um sistema linguístico perfeito, composto somente por proposições significativas, e que seria capaz de reproduzir ou de espelhar a então chamada realidade empírica.

Nesse contexto, vimos como Wittgenstein, no *Tractatus Logico-Philosophicus*, propôs um critério de significação, a partir do processo de afiguração lógica ou do isomorfismo (lógico) entre proposições elementares (linguagem) e estado de coisas (realidade). Os limites da realidade passaram a ser ditados pelos limites da linguagem, e ambas (linguagem e realidade) pela estrutura lógica em comum. Assim também, ao estabelecer o espelhamento lógico de um estado de coisas e ganhar sentido, uma proposição poderia ser verdadeira ou falsa. Seguindo essa linha de raciocínio, Carnap propôs que as proposições portadoras de significado, utilizadas pelas ciências, são as proposições protocolares. Elas se reportam à “realidade empírica” e podem ser verificadas. Nessa concepção, uma proposição, para que se tenha sentido, deveria, além de respeitar a sintaxe gramatical e lógica, ser verificável por algum método que garantisse ou a neutralidade e objetividade das observações (proposições sintéticas), ou os princípios e axiomas lógicos (proposições analíticas). As proposições protocolares constituiriam as unidades significativas, base atômica das proposições sintéticas, e remeter-se-iam às referências absolutas (aos “dados”). O papel da filosofia, neste contexto, seria o de ajudar na elaboração de uma linguagem científica logicamente perfeita e na eliminação da “metafísica”. Portanto, no Capítulo 1 apresentamos a teoria verificacional dos significados, que fixava o significado a partir de cada sentença individualmente, dividindo-as em analíticas e sintéticas, estas últimas, compostas por proposições protocolares remetendo-se às referências absolutas.

No Capítulo 2 estudamos como Quine questionou a noção de significado fixo, em especial as propostas semânticas do mentalismo e do verificacionismo. Ao fundamento da noção de significado fixo, a partir das sensações, ou das ideias, ou dos termos ou das proposições, ele denominou pejorativamente de “mito do museu”. Além disso, questionou

também a noção de “realidade empírica” única, a qual fornece os “dados”, permitindo constituir uma ontologia absoluta. Em oposição ao “mito do museu”, Quine propôs que não há portadores fixos e individuais de significados, tal como as “ideias” ou as “sentenças protocolares”; e nem também parâmetros extralinguísticos, tal como os “dados absolutos”, que garantam a determinação da tradução. Ao contrário, ele defendeu no artigo “Dois Dogmas do Empirismo” que a unidade significativa é o sistema de sentenças ou “campo de força” considerado holisticamente. Em sua tese holística dos significados, as proposições não enfrentam o “tribunal das experiências” isoladamente, mas em bloco. Outra tese importante, associada a essa, é que não existe apenas uma única “teia” ou um único “campo de força”, mas vários. A escolha do melhor deve obedecer a critérios pragmáticos. Além disso, um sistema de sentenças poderá sofrer modificações para se adequar a novos fatos, assim a mudança de uma única proposição repercutirá por toda a malha semântica. Portanto, desse embate com os “dogmas do empirismo” ficaram estabelecidos o holismo, o pragmatismo e o falibilismo na teoria quineana.

Embora Quine não tenha realizado um estudo direto sobre a relação entre cosmovisão e realidade, a sua construção teórica nos permitiu refletir sobre tal relação, pois ele pensou a realidade (ou ao menos a percepção dela) como condicionada pela linguagem. Portanto, as suas teses do holismo semântico, da multiplicidade dos “campos de forças” (ou dos esquemas conceituais), da indeterminação da tradução, da inescrutabilidade da referência e do relativismo ontológico, dialogaram diretamente com o nosso tema de interesse, fornecendo-nos um rico manancial para poder pensar um outro tipo de relação entre esquemas conceituais e realidade. Nessa nova concepção, podemos pensar os “campos de força” quineanos como diferentes cosmovisões a partir das quais podemos observar e entender o mundo. Além disso, seu experimento hipotético de tradução radical nos forneceu uma ideia importante: a referência sem o aparato individualizador da linguagem é inescrutável. Assim, a realidade para um ser humano só é plenamente constituída quando se utiliza um sistema linguístico capaz de promover a ontogênese da referência. Em seus textos posteriores, sobretudo em “Relatividade Ontológica”, Quine retoma e aprofunda essa ideia e desenvolve outras teses proveniente dela.

Nesse sentido, ao abandonar a noção de significado fixo e de referências absolutas e defender que cada esquema conceitual é único e que, além disso, os significados são constituídos a partir das conexões internas dos termos e sentenças em seu interior, Quine

concluiu que não tem como manter exatamente os mesmos significados durante o processo de tradução de um esquema conceitual para outro. Porém, a tradução é possível fazendo-se uso de recursos tais como o manual de tradução e o das hipóteses analíticas. Nesse caso, embora a tradução seja possível, ela é indeterminada. Soma-se a isso o fato de o observador não ter um acesso direto à “realidade empírica”, como se estivesse em um “exílio” social, histórico, cultural, linguístico e “cósmico”, mas o acesso à “realidade empírica” se dá somente através da intermediação de um determinado esquema conceitual. Sem a utilização de um sistema de proposições e conceitos, inerentes ao aparato individualizador da linguagem, a referência é inescrutável. Essa ideia, associada novamente à proposta do holismo semântico e da multiplicidade dos esquemas conceituais, nos leva à tese do relativismo ontológico, pois se cada sistema linguístico diferente promove um determinado recorte na multiplicidade dos dados sensíveis, constituindo eventos, objetos, seres, etc. então temos diversas ontologias possíveis. Aqui temos a ideia da constituição de visões de mundo distintas a partir dos diferentes aparatos linguísticos.

Já Kuhn, inicialmente por meio de suas reflexões sobre a historiografia e sociologia da ciência, desenvolveu uma ideia semelhante a de Quine ao tratar do problema do progresso do conhecimento científico. Para o autor da *Estrutura* não temos um acesso direto a uma “realidade empírica” absoluta e independente, mas somente por intermédio de um certo paradigma. Ocorre que, modificando-se o paradigma, após uma revolução científica, a própria realidade também muda. A sua tese, na interpretação de Davidson, foi resumida da seguinte forma: a realidade é condicionada por um paradigma. Paradigmas diferentes “geram” realidades (ou ao menos pontos de vista) díspares, pois os paradigmas são incomensuráveis. Vemos novamente a ideia, ainda que implicitamente, de que a realidade não é absoluta, mas dependente das “lentes” (nesse caso os paradigmas) culturalmente constituídas.

Tendo percebido a semelhança essencial entre as teorias de Quine e Kuhn, Davidson as unificou; categorizando-as como uma espécie de dualismo da seguinte forma: esquemas conceituais de um lado e os “dados brutos” (físicos ou fenomênicos) a serem organizados por eles, de outro. Vale dizer que a preocupação de Davidson não foi diretamente a relação entre cosmovisões (ou esquemas conceituais) e a realidade, mas principalmente a compatibilidade e a inter-tradutibilidade dos esquemas conceituais. Ele notou que para defender a proposta do relativismo ontológico (realidades diferentes a partir de diferentes esquemas conceituais) era preciso defender que os esquemas conceituais são essencialmente distintos e que, por isso,

não podem ser perfeitamente traduzidos. Mas essa ideia, da impossibilidade da inter-tradutibilidade dos esquemas conceituais, gerou alguns paradoxos. Davidson passou a elucidar esses paradoxos apontando-os como possíveis críticas à proposta “Quine-Kuhn”.

Em seus artigos da década de 1980, Kuhn voltou a refletir sobre o relativismo ontológico e sobre a tese da incomensurabilidade, porém considerando-a apenas no nível semântico. Neste contexto, o seu foco principal deixou de ser a questão do desenvolvimento do conhecimento científico e passou a ser os problemas que ocorrem durante o processo de tradução. Mesmo substituindo a ideia de paradigma (ou de matriz disciplinar) por léxicos, ele manteve a proposta do relativismo ontológico, pois defendeu que cada léxico possui uma estrutura taxonômica singular, o que permite enquadrar e estruturar os dados sensíveis de uma certa forma. Assim, léxicos distintos possuem diferentes estruturas taxonômicas e condicionam “mundos” diferentes. Além disso, dois léxicos distintos, embora possam até possuir um mesmo termo (tal como “movimento” ou “energia”) possuem uma estrutura conceitual distinta e não são intertradutíveis. Por isso, nenhuma tradução poderá ser perfeita, restando-nos apenas ou a interpretação ou o bilinguismo.

Durante o nosso estudo sobre a relação entre os esquemas conceituais e a(s) realidade(s) à luz do pensamento estadunidense do século 20, com o foco no construto teórico de Quine, Davidson e Kuhn, esperamos ter dado um primeiro passo para entender a importância da linguagem como um possível elemento da constituição de uma cosmovisão, e desta para constituição ou ao menos para percepção da realidade. Em parte dos trabalhos que tratam sobre o tema⁴⁹ somente foram levados em consideração os aspectos ontológicos, epistemológicos, éticos, lógicos, sociológicos, psicológicos, históricos, religiosos, etc., mas não os aspectos linguísticos diretamente. Embora as teorias introduzidas no presente estudo não tratem diretamente sobre o tema “cosmovisão”, pudemos garimpar importantes ideias para pensar a linguagem como elemento de uma cosmovisão e como ela impacta na constituição ou na percepção da realidade. Desse ponto de partida poderemos aprofundar os estudos sobre: i) a importância da linguagem na constituição de uma cosmovisão; ii) a importância da cosmovisão (e da linguagem) na constituição ou percepção da(s) realidade(s);

⁴⁹Como exemplo de obras que tratam sobre a relação entre cosmovisões (ou esquemas conceituais) e realidade(s), mas não contempla diretamente a linguagem como um importante elemento para a constituição de uma cosmovisão, podemos citar: *Cosmovisões e realidades* (ARRUDA, 2023), *Cosmovisão como conceito* (SIRE, 2012), *Um catálogo básico sobre cosmovisão* (SIRE, 2018), *Filosofia e Cosmovisão* (SANTOS, 2010), *A construção social da realidade* (BERGER & LUCKMANN, 2004).

iii) a relação entre a tese da incomensurabilidade e a tese do relativismo ontológico; iv) relativismo ontológico em Quine; v) relativismo ontológico em Thomas Kuhn. Na próxima pesquisa que empreenderemos, em vez de um estudo transversal, pretendemos aprofundar um desses temas tendo como foco o pensamento de um único autor e contemplar também os textos dos seus comentadores, além das obras primárias.

Referências Bibliográficas

AGGIO, J. O. *“Outros modos de se fazer filosofia”*. Le monde diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/outros-modos-de-se-fazer-filosofia/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

ARRUDA, R. T. *Cosmovisões e realidades*. Editora Terra à Vista, São Paulo - SP, 2023.

BEGER, P. L. e LUCKMANN T. *A construção social da realidade*. Editora Vozes, Petrópolis - RJ, 2004.

CARNAP, HANS & NEURATH. *“A Concepção Científica do Mundo - O Círculo de Viena”*. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, p.5-20, 1986.

CARNAP, R. *Pseudoproblemas na Filosofia*. In: Coleção Os Pensadores, Editora Abril Cultural, São Paulo - SP, 1975.

_____. *Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem*. In: *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 21; n. 2, pp.95 - 115: FFLCH - U.S.P. , São Paulo - SP, 2016.

CONDÉ, M. L. L. e PENNA-FORTE, M.A. *Thomas Kuhn: A Estrutura Das Revoluções Científicas (50 Anos)*, Editora Fino Traço, Belo Horizonte, MG, 2013.

DAVIDSON, Donald. *“On the Very Idea of Conceptual Scheme”*. In: *Proceedings and Addresses of The American Association*, Vol.47 (1973), pp.5-20.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado: Edusp, 2ª Ed. São Paulo - SP, 2009.

_____ *Conceitografia: uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a da aritmética*, Trad. Paulo Alcoforado, Alessandro Duarte e Guilherme Wyllie. Rio de Janeiro. Seropédica: PPGFIL-UFRRJ, 2018.

HUME, David. *Investigações Sobre o Entendimento Humano e Sobre os Princípios da Moral*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*, Editora Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2001.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução: Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 5ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____ *A função do dogma na investigação científica*. Tradução: Jorge Dias de Deus. Curitiba : UFPR. SCHLA, 2012.

_____ (2000) “*O Caminho desde a Estrutura: ensaios filosóficos, 1970 - 1993*”. São Paulo: UNESP, 2017.

_____ (1982) “*Comensurabilidade, comparabilidade, comunicabilidade*”. In: *O Caminho desde a Estrutura*. São Paulo: UNESP, 2017.

_____ (1981) “*O que são as revoluções científicas*”. In: *O Caminho desde a Estrutura*. São Paulo: UNESP, 2017.

_____ (1989) “*Mundos possíveis na história da ciência*”. In: *O Caminho desde a Estrutura*. São Paulo: UNESP, 2017.

LAKATOS I. e MUSGRAVE A. *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: EDUSP, 1979. Quarto volume das atas do Colóquio internacional sobre filosofia da ciência realizado em Londres em 1965. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979, p. 72-108. 1. ed. original por Cambridge University Press, 1970.

LAKATOS I. ***“O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicas”*** In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (organizadores). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento – Quarto volume das atas do Colóquio internacional sobre filosofia da ciência realizado em Londres em 1965*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979, p. 72-108. 1. ed. original por Cambridge University Press, 1970.

LAZZERI, F. ***Filosofia e Pesquisa Filosófica em Análise do Comportamento***. In Laurenti, C. & Lopes, C. E. (Eds.), *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento*, 2023.

LOPES DOS SANTOS, L. H. ***“Quine e os dogmas do empirismo”***, in: Discurso n. 6, Discurso Editorial. São Paulo, 1995.

MASTERMAN, M. ***“A natureza do paradigma”***. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (organizadores). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento – Quarto volume das atas do Colóquio internacional sobre filosofia da ciência realizado em Londres em 1965*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979, p. 72-108. 1. ed. original por Cambridge University Press, 1970.

NASCIMENTO, M. B.. ***O Realismo Naturalista de Quine: Crença e Conhecimento sem Dogmas***. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2008.

O Holismo Quineano e a Ciência Sem Dogmas. Praxis Filosófica, 28, p.99-116, 2009.

POPPER K. ***“A Ciência Normal e Seus Perigos”***. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (organizadores). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento – Quarto volume das atas do Colóquio internacional sobre filosofia da ciência realizado em Londres em 1965*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979, p. 72-108. 1. ed. original por Cambridge University Press, 1970.

A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 1993.

QUINE, W.V.O. (1960) *Palavra e Objeto*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____ (1953) “*Dois Dogmas do Empirismo*”. In: *De um Ponto de Vista Lógico*. Coleção Os Pensadores: Vol. LII. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1975.

_____ (1969a) “*Falando de Objetos*”. In: *Relatividade Ontológica e Outros Ensaios*. Coleção Os Pensadores: Vol. LII. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1975.

_____ (1969b) “*A Relatividade Ontológica*”. In: *Relatividade Ontológica e Outros Ensaios*. Coleção Os Pensadores: Vol. LII. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1975.

_____ (1969c) “*Epistemologia Naturalizada*”. In: *Relatividade Ontológica e Outros Ensaios*. Coleção Os Pensadores: Vol. LII. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1975.

RODRIGUES COSTA, A. C. *As mudanças de paradigmas como mudanças de mundo em A Estrutura das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn*. Dissertação de Mestrado, IFCH/ UNICAMP, Campinas, SP, 2022.

SANTOS, M. F. *Filosofia e cosmovisão*. É Realizações Editora, São Paulo - SP, 2010.

SIRE, J.W. *Cosmovisão como um conceito*, Brasília, DF: Editora Monergismo, 2012.

_____ *O universo ao lado*, Brasília, DF: Editora Monergismo, 2018.

TEIXEIRA, S.J. *Significado e Referência em Quine e Kuhn*, Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução e apresentação de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.